

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO
AMBIENTAL

CÁSSIA APARECIDA PRAEIRO MATEUS

**O TURISMO ÉTNICO COMO FERRAMENTA PARA O
ETNODESENVOLVIMENTO DA ALDEIA TABAÇU REKO YPY, ITANHAÉM-
PERUÍBE, SP**

Sorocaba, SP
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO
AMBIENTAL

CÁSSIA APARECIDA PRAEIRO MATEUS

**O TURISMO ÉTNICO COMO FERRAMENTA PARA O
ETNODESENVOLVIMENTO DA ALDEIA TABAÇU REKO YPY, ITANHAÉM-
PERUÍBE, SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, para obtenção do título de mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental.

Orientação: Profa. Dra. Andrea Rabinovici

Co-Orientação: Prof. Dr. Zysman Neiman

Sorocaba, SP

2016

Aparecida Praeiro Mateus, Cássia

O turismo étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da aldeia Tabaçú Reko Ypy, Itanhaém-Peruíbe, SP / Cássia Aparecida Praeiro Mateus.

-- 2016.

128 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Prof. Dra. Andréa Rabinovici

Banca examinadora: Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo; Prof. Dra. Rosangela Calado da Costa

Bibliografia

1. turismo étnico. 2. etnodesenvolvimento. 3. Comunidade indígena. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

CÁSSIA APARECIDA PRAEIRO MATEUS

**O TURISMO ÉTNICO COMO FERRAMENTA PARA O
ETNODESENVOLVIMENTO DA ALDEIA TABAÇU REKO YPY, ITANHAÉM-
PERUÍBE, SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, para obtenção do título de mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental. Área de concentração em Conflitos Socioambientais. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 15 de junho de 2016.

Orientadora

Prof. Dra. Andrea Rabinovici
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Examinador

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Examinadora

Prof. Dra. Rosangela Calado da Costa
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

DEDICATÓRIA

*Ao povo Ñandeva da aldeia Tabaçú Reko Ypy pela sua força, lutas e sonhos.
Por mostrar que ainda há um mundo paralelo
de paz, solidariedade e igualdade.*

AGRADECIMENTOS

À Nhanderú por me acompanhar em todas as jornadas.

À minha família e amigos pela parceria, cumplicidade, abrigo, suporte emocional, material e profissional, diálogos e encorajamento.

Ao professor Zysman Neiman pela oportunidade e confiança.

À professora Andrea Rabinovici pela paciência, ensinamentos, luz e compreensão durante toda a trajetória.

À família Tabaçú Reko Ypy por proporcionar momentos mágicos de reflexões e alegria. Gratidão por renovar o meu ser a cada encontro.

À Sandra Barros por toda atenção, esforço e auxílio.

Epígrafe

Fortalecer nossas raízes para que nossos filhos tenham um futuro de harmonia com a mãe natureza. Nhandedjary nos dá de acordo com nossos atos e em nossos corações a união entre irmãos de todas as raças é o que fortalece nossa alma e nosso espírito, pois acreditamos que nós, seres do planeta Terra existimos para cuidar uns dos outros.
Itá Mirim, líder e professora da Aldeia Tabaçú Reko Ypy.



RESUMO

Desde a colonização do Brasil, os povos indígenas enfrentam inúmeros conflitos relacionados à proteção de seus territórios. Na busca por melhores condições de vida, diversas comunidades indígenas têm pensado na atividade turística como uma alternativa de desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos próprios grupos étnicos. O objetivo desta pesquisa foi diagnosticar sobre os possíveis impactos e consequências ao etnodesenvolvimento causados pelo turismo étnico desenvolvido e aplicado na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, localizada entre os municípios de *Itanhaém-Peruíbe*, litoral sul do estado de São Paulo, ao longo dos anos de 2013 a 2015. Esta comunidade desenvolve e pratica esta atividade como uma ferramenta de apoio à geração de renda alternativa na busca de melhores condições de vida em prol da recuperação do seu território e também visa o resgate das suas tradições. Por se tratar de uma aldeia recentemente formada, nenhuma literatura específica sobre este povo foi encontrada. Os registros e informações sobre a sua política, comportamento social e cultural foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, participação em vivências e de registros realizados pelos próprios indígenas. Os referenciais teóricos para esta pesquisa foram obtidos através da literatura existente sobre antropologia e turismo e suas interfaces. Esta comunidade realiza, em parceria com agências e também de forma autônoma, algumas vivências e experiências relacionadas ao turismo, que foram acompanhadas e registradas para esta pesquisa durante dois anos consecutivos. Através deste estudo pôde-se notar consequências diversas advindas do turismo étnico e refletir sobre possíveis futuros impactos os quais poderão ser trabalhados. Conclui-se com esta pesquisa que, através das ações exercidas pelo povo *Nandeva* ao longo destes anos, a possibilidade em se fazer uso de novas ferramentas e diretrizes servirão de apoio para o alcance de um etnodesenvolvimento autônomo sob o olhar de um modelo de turismo inclusivo capaz de gerar renda, que respeite a cultura local e que também busque promover o equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: Etnodesenvolvimento. Turismo. Comunidade Indígena.

ABSTRACT

Since the colonization of Brazil, its indigenous peoples have been facing countless conflicts related to the protection of their territories. In the pursuit of better living conditions, several indigenous communities have been thinking of tourism as a local development alternative based on criteria established by their own ethnic groups. The aim of this research was to identify the possible impacts and consequences for ethnodevelopment which were caused by the ethnic tourism developed and applied to *Tabaçu Reko Ypy* village, which is located between the municipalities of *Itanhaém-Peruíbe* on the southern coast of São Paulo, from 2013 to 2015. The community develops and performs this activity as a supporting tool for generating alternative income with the purpose of improving their living conditions and recovering their territory and traditions. Due to the fact that it is a recently formed village, no specific literature about its people has been found. All the documents and information about their politics, social behavior and culture have been obtained through semi-structured interviews, participation in field experiences and documents provided by the indigenous people themselves. The theoretical framework for this research was obtained through the existing literature on anthropology and tourism and its interfaces. This community organizes some field experiences related to tourism in partnership with agencies and also autonomously which were monitored and registered for this research for two consecutive years. Through this study, it was possible to identify several consequences arising from ethnic tourism and to reflect on possible future impacts that can be dealt with. In conclusion, this research showed that, through the actions taken by the *Ñandeva* people over the two-year period from 2013 to 2015, the possibility of making use of new tools and guidelines will be useful for them to achieve autonomous ethnodevelopment with the perspective of an inclusive model of tourism capable of generating income, respecting local culture and promoting environmental balance.

Keywords: Ethnodevelopment. Tourism. Indigenous community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema sobre as modalidades e os segmentos de turismo desenvolvida na aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	32
Figura 2	Mapa conceitual do estudo de caso.....	34
Figura 3	TI <i>Piaçaguera</i> e as aldeias existentes em seu território.....	41
Figura 4	Localização da TI <i>Piaçaguera</i>	43
Figura 5	TI <i>Piaçaguera</i>	45
Figura 6	Área da aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	46
Figura 7	Espaço Tradicional da Aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	48
Figura 8	Espaço Contemporâneo da Aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	48
Figura 9	Povo <i>Ñandeva</i> ao redor da fogueira <i>Tataruçú</i>	50
Figura 10	Banheiro seco da aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	63
Figura 11	Separação do lixo da aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	63
Figura 12	Divulgação da primeira Vivência na Aldeia.....	80
Figura 13	Área de <i>camping</i> da <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	83
Figura 14	Dinâmica entre todos os participantes.....	83
Figura 15	Ritual de pintura.....	84
Figura 16	Atividades – permacultura.....	84
Figura 17	Cozinha e lago.....	85
Figura 18	Cantos e Danças ao redor da fogueira – <i>Tataruçú</i>	85
Figura 19	Programação do I Vivência na Aldeia.....	87
Figura 20	Divulgação da II Vivência na Aldeia.....	91
Figura 21	II Vivência na Aldeia.....	94
Figura 22	Museu Vivo.....	94
Figura 23	III Vivência na Aldeia.....	97
Figura 24	Reunião com os líderes da aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	99
Figura 25	Aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	102
Figura 26	Entrevista realizada na aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Programação das atividades desenvolvidas no dia 23 de fevereiro de 2013, na I Vivência na aldeia	81
Quadro 2	Programação das atividades desenvolvidas no dia 24 de fevereiro de 2013, na I Vivência na aldeia	82
Quadro 3	Programação das atividades desenvolvidas no dia 09 de novembro de 2013, na II Vivência na aldeia	92
Quadro 4	Programação das atividades desenvolvidas no dia 26 de julho de 2014, na III Vivência na aldeia	95
Quadro 5	Programação do I <i>Okatur – Nhanderekó</i>	101
Quadro 6	Tópicos abordados durante a entrevista semi-estruturada na aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i>	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AM	Amazonas
AMA	Agência de Monitores Ambientais
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CPISP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
DNPM	Departamento Nacional de Exploração Mineral
DOU	Diário Oficial da União
EA	Educação Ambiental
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
ISA	Instituto Socioambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SNPT	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
SP	São Paulo

SPI	Serviço de Proteção aos Índios
TI	Terra Indígena
TURISOL	Rede brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. OS INDÍGENAS E A BUSCA POR DIREITOS	17
2. O TURISMO E A SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES INDÍGENAS	23
3. METODOLOGIA	34
4. A T.I PIAÇAGUERA: HISTÓRICO, CONFLITOS E O TURISMO.....	39
4.1 HISTÓRICO	39
4.2 A T.I PIAÇAGUERA E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	41
4.3 A ALDEIA TABAÇU REKO YPY.....	45
4.4 O ETNODESENVOLVIMENTO ENTRE O TRADICIONAL E O CONTEMPORÂNEO	51
4.5 O RESGATE AS TRADIÇÕES INDÍGENAS	55
4.6 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	66
4.7 A PROPOSTA DO TURISMO ÉTNICO DA ALDEIA TABAÇU REKO YPY	69
4.8 A ORGANIZAÇÃO DO TURISMO ÉTNICO NA PRÁTICA COM O POVO ÑANDEVA	77
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	79
5.1 O TURISMO INDÍGENA REALIZADO NA ALDEIA E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS	79
5.2 VIVÊNCIA NA ALDEIA I	79
5.3 VIVÊNCIA NA ALDEIA II	91
5.4 VIVÊNCIA NA ALDEIA III	95
5.5 NOVAS PROPOSTAS E DESAFIOS A ENFRENTAR	98
5.6 I VIVA OKATUR – NHANDEREKÓ	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
APÊNDICES	125

APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa cujo tema é o turismo étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da aldeia *Tabaçu Reko Ypy, Itanhaém-Peruíbe*, SP estudou o povo *Nandeva*, da aldeia já mencionada.

O desafio de buscar melhores condições de vida por meio da atividade turística como uma ferramenta alternativa de etnodesenvolvimento sustentável ao local, é uma necessidade da comunidade, assumida por esta pesquisa.

Dentre as justificativas encontradas para o desenvolvimento desta dissertação, citam-se: a preocupação socioambiental, a qualidade de vida dos povos indígenas, o turismo étnico, o etnodesenvolvimento e formas conscientes e eficazes em se praticar tais atividades, a fim de resgatar e fortalecer as suas tradições e não as danificar.

Objetivou-se com essa dissertação, diagnosticar os possíveis impactos e consequências do turismo étnico desenvolvido e aplicado na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, ao longo dos anos de 2013 a 2015. Para tanto, questionou-se sobre o seu modo de vida e as propostas e práticas exercidas a cada vivência oferecida aos turistas.

Como solução ao problema anteriormente mencionado se faz necessário a elaboração de projetos estratégicos, cursos de capacitação em gestão, parcerias, o conhecimento e o aprimoramento sobre a aplicação de novas ferramentas de apoio.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta dissertação seguiu os preceitos da pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, com o de estudo de caso etnográfico. Para a investigação entre os anos de 2013 a 2016, foram realizados dez encontros nos quais ocorreram uma entrevista específica em 2013 e sete entrevistas abertas, entre 2013 a 2016 e duas participações em eventos: o *Vivência na Aldeia II*, em 2013 e o *I Viva Okatur – Nhanderekó*, em 2015. Todas as entrevistas foram autorizadas e registradas por meio de gravação em áudio e vídeo.

Artigos técnicos, teses, dissertações de mestrado e doutorado, livros, relatórios técnicos, dados estatísticos e demais instrumentos de pesquisa constituíram as principais fontes de coleta de dados utilizadas na elaboração desta pesquisa. As

áreas de conhecimento pesquisadas foram: turismo e seus diversos segmentos e, antropologia do turismo.

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo abordou sobre um breve histórico da questão indígena brasileira na luta por seus direitos. O segundo capítulo discorreu sobre a relação entre o turismo e as comunidades indígenas. O processo metodológico integrou o terceiro capítulo. Já o quarto capítulo tratou especificamente de todo o contexto histórico dos indígenas pertencentes à aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Por fim, o quinto capítulo apresentou as análises e a discussão dos resultados obtidos, seguido pelas considerações finais.

1. OS INDÍGENAS E A BUSCA POR DIREITOS

Desde a colonização do Brasil, os povos indígenas de nossa nação enfrentam inúmeros conflitos relacionados à proteção incessante de seus territórios: casos de genocídios, exploração, marginalização, bem como a perda de sua identidade cultural (FREITAS, 2009). Ainda, até o início da época republicana, pouco se fez para regulamentar a relação entre os índios e a sociedade envolvente. Neste período, a expansão de frentes pioneiras era um fator prioritário para a integração territorial. A abertura de ferrovias, as instalações de linhas telegráficas e a navegação dos rios por barcos a vapor proporcionaram, mais uma vez, novas frentes de luta contra as nações indígenas, o que descartou qualquer possibilidade de sobrevivência autônoma deste povo (RIBEIRO, 1977). Sabe-se que todo e qualquer assunto referente aos indígenas no Brasil é tratado de maneira cautelosa e, ao mesmo tempo ineficaz. Ainda são muito tímidos os progressos alcançados no sentido de elaborar um esquema conceitual adequado à compreensão do processo de mudança sociocultural decorrente do impacto do processo civilizatório sobre as etnias indígenas (RIBEIRO, 1982).

O tratamento jurídico brasileiro conferido aos povos indígenas por muito tempo esteve atrelado à concepção de que estes constituíam entrave ao desenvolvimento nacional em razão de não se renderem aos objetivos políticos e econômicos predominantes, ou seja, conforme o período histórico brasileiro observa-se que a legislação indígena, ao invés de, promover a tutela dos interesses das sociedades indígenas, se fundamenta basicamente na estigmatização destas, tratando-as de forma preconceituosa sem se importar efetivamente no atendimento de suas necessidades, peculiaridade que esteve presente em todo o processo legislativo indigenista desde o período colonial até o século XX, no qual em 1988, a Constituição Federal promulgada rompeu com essa concepção até então adotada (SOUZA; BARBOSA, 2011, p.1).

Devido aos preconceitos racial e cultural, a sociedade ocidental cunhou um estereótipo para o índio, rotulando-o como indolente, preguiçoso, débil e incapaz (FARIA, 2007). Esse quadro é preocupante, uma vez que, esses povos fazem parte da cultura deste país e possuem relevância ímpar como todas as outras, compondo assim, a identidade brasileira (FREITAS, 2009). Apesar do extermínio sofrido, muitas populações indígenas resistiram e ao longo dos séculos os seus

descendentes tornaram-se reconhecidos como sujeitos de direitos que devem ser promovidos e protegidos pela ordem jurídica nacional, em razão da tutela do patrimônio cultural da humanidade, da qual faz parte a identidade indígena (SOUZA; BARBOSA, 2011).

Desde o século XVII, teoricamente, a legislação reconhece a soberania e o direito dos índios ao território. Por meio das Cartas Régias de 1609 e de 1611, promulgadas por Felipe III, as terras pertencentes aos índios não poderiam ser afetadas pelas sesmarias e seriam isentas de qualquer tributo (CUNHA, 1987). Porém, ainda assim, os inúmeros e constantes conflitos gerados por disputas e direitos posicionavam assiduamente os indígenas em incessantes desvantagens. No final do século XIX, os índios sobreviviam como trabalhadores sem terra, já caracterizados como “caboclos” (mestiços), que ainda tinham que lutar para serem identificados como “índios de verdade” (MOREIRA, 2002). Nesta situação, em trabalhos para os colonos, tais indígenas eram explorados, recebendo baixos salários que geravam insatisfação, além de enfrentarem os confinamentos que levavam ao esquecimento dos ritos tribais (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios – SPI, órgão que operou em diferentes formatos até 1967. Suas principais iniciativas estavam voltadas para a pacificação de grupos indígenas em áreas de colonização (LEVY, 2007). Sua fundação se deu em um período altamente crítico para os povos indígenas. Diversas frentes de expansão para o interior, ao longo de todo o país, faziam a guerra contra os nativos. Em meados de 1907, as disputas no interior chegaram às capitais e ao cenário internacional em tom de acirrada polêmica. O então diretor do Museu Paulista, Von Ihering, defendia o extermínio dos índios que resistissem ao avanço da civilização, cultivando grande revolta em diversos setores da sociedade civil. Em 1908, o Brasil foi publicamente acusado de massacre aos índios no XVI Congresso dos Americanistas ocorrido em Viena (RIBEIRO, 1979; CUNHA, 1987).

Segundo Pacheco de Oliveira (1988), algumas contradições básicas existiram no âmbito do SPI: enquanto se propunha a respeitar as terras e a cultura indígena, agia transferindo índios e liberando territórios indígenas para a colonização, ao mesmo tempo em que reprimia práticas tradicionais e impunha uma pedagogia que alterava o sistema produtivo indígena. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI, foi criado em 22 de novembro de 1939, mediante o Decreto-lei nº 1.794,

do governo da República, tendo por competência “o estudo de todas as questões que se relacionem com a assistência e proteção aos silvícolas, seus costumes e línguas”, além de poder “sugerir ao governo, por intermédio do SPI, a adoção de todas as medidas necessárias à consecução das finalidades desse Serviço e do próprio Conselho” (OLIVEIRA, 1947, p.172).

Em meados dos anos de 1960, acusações de genocídio de índios, corrupção e ineficiência administrativa cercavam o SPI, situação que fez com que o órgão passasse a ser investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O resultado dessa investigação implicou na punição por demissão ou suspensão de mais de cem servidores do órgão, incluindo ex-diretores (OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Em 1967, em meio à crise institucional e ao início da ditadura, o SPI e o CNPI, foram extintos e substituídos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que vigora até os dias de hoje (ISA¹, 2015). Segundo Magalhães (2003), este órgão foi criado para continuar o exercício da tutela do Estado sobre os índios, tendo como princípios ações baseadas no mesmo paradoxo fundador do SPI: o “respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais” associado à “aculturação espontânea do índio” e à promoção da “educação de base apropriada do índio visando sua progressiva integração na sociedade nacional” (MAGALHÃES, 2003, p.85-86).

Em meio à tantas conflagrações, surgiu a lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, a qual dispõe sobre o Estatuto do Índio o reconhecimento da Terra Indígena - TI. O artigo 65 da referida lei previa a conclusão das demarcações para 1978, porém, este fato não ocorreu, pois, segundo Faria (2007), o governo militar preocupou-se apenas com a política de emancipação e integração dos índios à sociedade nacional, expressa na referida lei.

Os povos indígenas sob território brasileiro, até a década de 1980 eram considerados como uma categoria social transitória, fadada à integração com a sociedade chamada ‘nacional’, ou ao desaparecimento enquanto grupos sociais distintos. A partir da Constituição de 1988 quando foram reconhecidos aos índios seus direitos originários às terras e, respeito aos seus costumes, línguas e práticas culturais, esses povos passaram a ter maior visibilidade política no país (ABEP²,

¹ Instituto Socioambiental.

² Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

2012). Esta Constituição trouxe em seu bojo um capítulo exclusivo sobre a temática indígena:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§1º- São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 2015).

Portanto, de acordo com a Constituição Federal vigente, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cujo processo de demarcação se faz obedecer pelo Decreto nº 1775/96. As fases deste processo demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas, são definidas por Decreto da Presidência da República e consistem em:

Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.

Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.

Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

Interditadas: Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados (FUNAI, 2015).

Com relação aos estudos de densidade demográfica de povos indígenas, os quais fazem parte da interface entre demografia e antropologia, campo também conhecido como demografia antropológica apontam que pesquisas sobre o comportamento demográfico das populações indígenas são ainda pouco frequentes no Brasil, embora se tenha observado, a partir dos anos de 1980, o aumento de interesse de demógrafos e antropólogos por este campo de atuação e pesquisa (ABEP, 2012). Ribeiro (1983), em seus estudos relata que a população indígena brasileira no século XVI variava em torno de 2 a 4 milhões de indivíduos. Até meados de 1999, eram poucas as fontes oficiais de informações populacionais sobre estes povos. A partir do início dos anos 2000, tanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, quanto o Ministério da Saúde, começaram a investir mais esforços para aquilatar suas metodologias de coleta de informações (ABEP, 2012). Em 1982, viviam no Brasil cerca de 185 mil índios (CIMI³, 2011). O primeiro censo nacional que levantou informações sobre as populações indígenas foi o de 1991, estimando uma população de 294.131 mil índios, pesquisa que incluiu a categoria indígena na variável *cor* ou *raça*, para diferenciá-los dos *pardos* (AZEVEDO, 1994). Já o censo de 2000 teve uma cobertura maior, estendendo-se a todas as TI do país correspondendo à 734.127 mil indígenas (PAGLIARO; SANTOS; AZEVEDO, 2005). Em 2010, este número aumentou para 817.963 mil índios, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras (IBGE, 2010). Ainda de acordo com esta última pesquisa do IBGE (2010), em parceria com a Funai no aperfeiçoamento da cartografia, identificaram 505 TI, 305 etnias e 274 idiomas. Com relação as 274 línguas faladas, o censo demonstrou que cerca de 17,5% da população indígena não fala português. Também, se registraram 69 referências de índios ainda não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista.

Segundo Freitas (2009), o fato do povo indígena apenas ser tutelado pelo poder público e não integrado como cidadãos brasileiros resulta em casos frequentes de marginalização, pois ao invés do indígena ser reconhecido e integrado como parte de uma população economicamente ativa, resta a ele apenas ser inserido em programas que oferecem alternativas efêmeras aos problemas que enfrenta.

³ Conselho Indigenista Missionário.

Neste contexto, surge o turismo como uma alternativa de geração de renda para os grupos étnicos. No entanto, ainda há dúvidas se é possível desenvolver o turismo nas aldeias de forma a promover um resgate de identidade indígena sem causar-lhes danos culturais.

O povo *Ñandeva*, da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, residentes na TI *Piaçaguera*, localizada no litoral sul de São Paulo, especificamente entre as cidades de *Itanhaém* e *Peruíbe* enfrentam inúmeros conflitos sociais, culturais e econômicos. Para tanto, realizam, em parceria com agências e também de forma autônoma, algumas vivências e experiências relacionadas ao turismo, buscando possibilidades em se fazer uso de novas ferramentas e diretrizes que acreditam servir de apoio para o alcance de um etnodesenvolvimento autônomo sob o olhar de um modelo de turismo inclusivo capaz de gerar renda, que respeite a cultura local e que também busque promover o equilíbrio ambiental. Tais informações serão descritas e discutidas detalhadamente nos próximos capítulos desta pesquisa.

2. O TURISMO E A SUSTENTABILIDADE NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

O turismo fundamentado pela Organização Mundial de Turismo - OMT, compreende tal área como sendo “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p.38). Segundo Banducci Jr.; Barretto (2001), o turismo é um fenômeno extremamente complexo, mutável, capaz de se operar de múltiplas maneiras e sob diversas circunstâncias. Para tanto, em sua diversidade, se faz necessário estudar o fenômeno e saber diferenciar as suas distintas modalidades e segmentos, como o Turismo de Massa, o Ecoturismo, o Turismo de Praia e Sol, o Turismo Rural, o Turismo Sustentável, o Turismo de Base Local/Turismo de Base Comunitária, o Turismo de Aventura, o Turismo Cultural, o Turismo de Pesca, o Turismo Étnico, entre outros (SNPT⁴, 2005).

O Turismo de Massa se refere ao deslocamento de um grande número de pessoas, ou seja, se dá conforme o tamanho da demanda em locais onde a procura para a visitação é alta (BARRETO, 1995, p.48). Um dos segmentos desta modalidade é o Turismo de Sol e Praia. Segundo a OMT (2010, p.14), “o Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

De acordo com Castro (2009), embora o Turismo de Massa possa gerar consideráveis lucros e empregos, esta modalidade também tem a capacidade de transformar e degradar o ambiente

A chamada indústria do turismo, caracterizada por vincular um modelo estruturante, impactante de transformação do local, para receber os turistas, além de ter uma visão essencialmente mercadológica, vem agindo de forma a não considerar e respeitar a população local e o meio ambiente, quanto da implantação de estruturas turísticas para o desenvolvimento da atividade. Busca-se atrair o maior número possível de turistas, em um planejamento em curto prazo, que possa devolver o investimento e promover o lucro rapidamente. Este modelo impulsiona ainda mais o consumo de massa, além de provocar o esgotamento do local, em poucos anos (CASTRO, 2009, p.02).

⁴ Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.

Como alternativa sobre um pensar sustentável na conservação do meio ambiente e da cultura local surge o Ecoturismo visando a conservação de ecossistemas de modo a promover o bem-estar da comunidade local. É importante ressaltar que sob a égide do Ecoturismo vem se praticando uma má interpretação deste conceito. Muitas localidades são divulgadas devido ao potencial ecoturístico, embora a atividade praticada não seja caracterizada como tal (LINDIBERG; HAWKINS, 1999).

Dentro da sua essência, a atividade ecoturística deve se desenvolver respeitando critérios socioambientais que irão dar sustentabilidade a atividade, porém o que se observa na prática, em algumas localidades de potencial ecoturístico é uma distorção deste conceito ou a apropriação de roteiros ecoturísticos por outras modalidades de turismo, ou seja, a exploração dos ambientes naturais pelo turismo sem nenhum respeito a estes critérios. Assim, há uma distorção da realidade local, que nem sempre usufrui os benefícios do turismo e ainda arca com uma série de impactos por ele ocasionado (OLIVEIRA, 2007, p.195).

Com relação às comunidades tradicionais, cada vez mais os povos indígenas têm pensado na atividade turística como uma alternativa sustentável de desenvolvimento local, empreendida a partir de critérios estabelecidos pelos próprios grupos étnicos (BARTHOLO et al., 2009, p.240).

Segundo a SNPT (1997), a sustentabilidade deve ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na eficiência econômica, na diversidade cultural, na proteção, conservação do meio ambiente e na equidade social. Sendo assim, a sustentabilidade é entendida como um conjunto de princípios funcionais dos sistemas que permite definir um estilo de desenvolvimento sustentável como uma opção social que inclui objetivos múltiplos, segundo determinadas escalas de valores e contextos variáveis que vão se transformando no tempo.

O desenvolvimento local, que também pode ser conceituado como um processo endógeno se caracteriza como uma forma específica de organização da produção, da integração da sociedade e das instituições nos processos produtivos e na capacidade de resposta do território e dos atores econômicos a um novo cenário econômico, político e institucional (SNPT, 2007).

O desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local, que busca satisfazer as suas necessidades e demandas por meio de sua participação ativa nos processos de desenvolvimento. A perspectiva do desenvolvimento local acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios (FABEIRO, 2004).

De acordo com Hanai (2012), este perfil de desenvolvimento, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades.

Sobre tais questões, a SNPT (1997), afirma que, o desenvolvimento sustentável deve ser aplicado a qualquer segmento do turismo e em qualquer escala, desde o Turismo de Massa e seus grandes *resorts* até aquele desenvolvido em pequena escala e em lugares ambientalmente frágeis, de ecossistemas únicos e natureza preservada.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e a preservação do patrimônio natural (SNPT, 2010). Para Baidal (2001), o desenvolvimento sustentável não nega o crescimento, mas se refere à necessidade de mudar a qualidade do crescimento, ou seja, é um processo de transformação qualitativa que permite destacar o caráter operacional da sustentabilidade.

De maneira holística, implica em mudanças fundamentais nos níveis de estruturas social, econômica, política e cultural, significando haver uma reestruturação fundamental da presente sociedade onde se faz necessário uma união dialética indissociável entre teoria e prática (CUELLO NIETO, 1997).

Com relação a aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, a líder *Itá Mirim*⁵, classifica tais atividades desenvolvidas em suas terras como Turismo Pedagógico.

⁵ Mirian Dina dos Santos Oliveira, na língua indígena, *Itá Mirim* (Pedra pequena), é formada em Pedagogia (Magistério Indígena) pela Universidade de São Paulo - USP. É professora indígena a dez anos, leciona os idiomas *tupy-guarani* e língua portuguesa. É líder e coordena eventos culturais e projetos de fortalecimento tradicional da aldeia. Vice-Diretora da Escola Estadual Indígena Aldeia *Nhamandú Mirim*. Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

O turismo educacional, ou pedagógico, tem por objetivo executar viagens que promovam estudos do meio, ou seja, traçar uma ponte entre o conhecimento teórico discutido em sala de aula e uma experiência prática mais próxima da realidade. Parte do pressuposto de que os estudantes, quando colocados em contato com ambientes naturais, culturais ou sociais, reconhecem e assimilam novos conceitos, valores e modos de vida.

Este tipo de prática visa relacionar lazer com conhecimento para que a diversidade seja reconhecida, justificando a relação desse segmento com o turismo sustentável e a proximidade com o ecoturismo, já que este também tem como um dos seus objetivos promover a educação ambiental e o reconhecimento de culturas diferentes (FACO; NEIMAN, 2010, p. 53).

Esta classificação se encaixa neste contexto quando o povo *Ñandeva* recebe visitas de alunos de escolas, cursos técnicos ou superior⁶. Porém, as vivências ocorridas na aldeia *Tabaçu Reko Ypy* apresentam características que vão além do Turismo Pedagógico. Tais características serão discorridas adiante, ao longo deste trabalho.

Para tanto, dentro das diversas modalidades abrangidas pelo turismo e, de acordo com o cenário desta pesquisa, o turismo praticado na aldeia *Tabaçu Reko Ypy* consiste na segmentação do Turismo Alternativo e, com possibilidades de se constituir enquanto experiência de Turismo de Base Comunitária, o qual expressa valores de cunho social, natural e cultural por meio de uma interação positiva e do compartilhamento de experiências, capaz de promover a conservação e seguir de maneira pertinente os critérios de desenvolvimento sustentável (FACO; NEIMAN, 2010).

Sob a ótica desta vertente, encontra-se o Turismo Cultural, o qual compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (SNPT, 1998). Por terem características e finalidades em comum, o Turismo Cultural se encontra segmentado e se relaciona com o Ecoturismo, que, por sua vez, se ramifica resultando no Turismo Étnico, também chamado por Etnoturismo, no qual o visitante tem a oportunidade de conhecer os costumes e a identidade de outras etnias (FACO; NEIMAN, 2010).

⁶ Tais visitas acontecem quando alguma instituição de ensino da região entra em contato com os indígenas. Este tipo de atividade raramente acontece na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Informação coletada em entrevista concedida a Cássia Praeiro em 27 abr. 2014.

Diversos autores conceituam o termo 'Ecoturismo'. Para tanto, destaca-se a descrição de Goodwin (1996):

O Ecoturismo é o turismo de natureza, de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitats diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda (GOODWIN, 1996, p. 288).

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, o Ecoturismo é um dos segmentos de viagem que mais cresce no mundo, fato certamente relacionado ao aumento da preocupação da sociedade com o meio ambiente (SMA, 2010). E ainda, conforme registros do Ministério do Turismo – SNPT (2010), esse segmento profissional possui estreita relação com o turismo desenvolvido próximo a reservas indígenas, pois suas atividades são realizadas em áreas naturais, utilizando-se de atrativos culturais visando à sustentabilidade como objetivo primordial. Existem diversas outras denominações que se relacionam e se encaixam dentro deste contexto, como o Etnoturismo, o Turismo Indígena, o Turismo Sustentável, o Turismo Cultural, o Turismo de Base Comunitária ou de Base Local e o Turismo Alternativo. Todas estas denominações ou classificações se aproximam da ideia do turismo realizado em áreas indígenas, acompanhadas de ideologias relacionadas a conservação ambiental, cultural e a sustentabilidade. Entre todas as definições existentes referentes ao termo Ecoturismo, Faco e Neiman (2010), apresentam três características fundamentais que se mantêm presentes no que constitui o chamado tripé da sustentabilidade dessa atividade:

- 1) *Garantia de conservação ambiental;*
- 2) *Educação ambiental;*
- 3) *Benefícios às comunidades receptoras.*

Alguns autores, como Faria (2007) e Chaves (2012), percebem limitações no conceito do Ecoturismo ao ser aplicado em comunidades indígenas. Por meio da crítica de Faria (2007), o Ecoturismo Indígena é denominado como uma atividade praticada dentro dos limites das TI mediante do planejamento/gestão participativa

e comunitária, respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos em que a comunidade é a principal beneficiada. Diante disso, essa é a modalidade turística que, segundo a autora, melhor atende as necessidades das comunidades indígenas, uma vez que, leva em conta a possibilidade de organização e gestão participativa entre os atores envolvidos na composição do produto que respeite a identidade, territorialidade e características culturais, além de estabelecer critérios para o seu desenvolvimento e comercialização. Ainda, de acordo com a autora é de grande importância e necessidade esclarecer os fundamentos conceituais do turismo, pois a ausência de clareza na concepção das terminologias sob as diferentes vertentes desta vasta área em questão tem dificultado o planejamento deste tipo de atividade exercida pelos povos indígenas e em TI.

Para tanto, com a finalidade de informar e auxiliar as comunidades indígenas para operações ecoturísticas, o Ministério do Meio Ambiente – MMA, elaborou um Manual Indígena de Ecoturismo com princípios, critérios e diretrizes sobre esta vertente, onde constam medidas relevantes a serem consideradas:

*A tradição cultural deve prevalecer sobre os interesses do ecoturismo;
O ecoturismo deverá levar em conta o grau de contato da comunidade indígena;
O ecoturismo deve respeitar e valorizar a cultura local;
A comunidade deve participar de todo o processo do ecoturismo em suas terras
Cabe à comunidade a gestão do ecoturismo em suas terras;
O ecoturismo deve gerar recursos econômicos para melhorar a qualidade de vida da comunidade indígena;
O uso sustentável dos recursos naturais deve ser praticado;
Ecoturismo deve ser uma atividade complementar e de apoio às atividades tradicionais e a outros projetos da comunidade (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997).*

O turismo desenvolvido em TI é, de acordo com Leal (2007), motivado por interesses direcionados à cultura dessas comunidades, buscando conhecer os seus costumes, as suas tradições e crenças. Von Held (2013), afirma que existe um crescente interesse pelo turismo em comunidades indígenas, de maneira bilateral, ou seja, além da sociedade em geral, algumas comunidades manifestam interesse sobre tal ação. Mas, para tanto, adverte sobre o quão é necessário um

aprofundamento nos estudos desta temática para que tal atividade não se torne danosa aos protagonistas deste roteiro.

Segundo Juliano e Rabinovici (2010), pensar o turismo em território indígena preconiza e exige uma avaliação detalhada sobre as especificidades culturais de cada comunidade, a fim de não ocorrerem riscos relacionados à estereotipação do atrativo. O caráter de autogestão qualificada de tais projetos também é algo importante a se considerar, para que a ação coletiva seja suficientemente empoderada para definir sobre decisões cabíveis e coerentes à sua realidade. Tal prática se revela interessante e viável para as comunidades indígenas, apresentando possibilidades e capacidade de obter geração de renda, bem como a criação de novos postos de trabalho, a revitalização de seus artesanatos, estimulando e buscando manter os jovens em seus locais de origem, a conservação de ambientes e a valorização dos modos produtivos e reprodutivos destes povos (LUÍNDIA, 2007, p.18).

Assim, ao se considerar essa modalidade de turismo, o indígena não assume apenas a função de atender as necessidades do turista, mas é ele, em si, a própria atração a ser exibida (GRÜNEWALD, 1989). Conforme pressuposto por Silva e Carvalho (2008), tais propostas, se bem geridas, possuem capacidade para potencializar o etnodesenvolvimento local, revitalizando o patrimônio cultural e a sua identidade étnica de maneira autônoma ao seu desenvolvimento.

O caráter de autogestão se dá pelo poder de autonomia da comunidade ser suficientemente empoderada para definir o norte das decisões. Há também que se pensar na promoção da atividade em uma escala pequena e não massificada. Este tipo de organização deve ser desenvolvido e aplicado como um projeto de complementação econômica e não como a fonte principal de renda para o grupo social. Sabe-se que a dependência das comunidades com relação a esta atividade está sujeita a prejuízos advindos de sazonalidades e crises econômicas, entre outros fatores que possam promover o desequilíbrio socioeconômico local (JULIANO; RABINOVICI, 2010).

De imediato, é preciso assinalar que os impactos do turismo não são iguais em todos os lugares, pois diversos fatores determinam a expansão desta atividade em um dado momento e espaço, tais como: volume e perfil da demanda turística; características de oferta; acessibilidade; infraestrutura utilizada como: tipos de

transporte e meios de hospedagem; localização e distribuição espacial dos equipamentos turísticos - hotéis, marinas, parques temáticos, etc. E também a própria organização do território em si, como: recursos naturais e culturais disponíveis, nível de desenvolvimento econômico, estrutura social e política, entre outros fatores (TARLOMBANI, 2002).

O Turismo Étnico, segundo Neiman e colaboradores (2010), é o tipo de atração prática na qual o turista busca uma relação intrínseca com a comunidade a ser visitada. Pode também ter um contato com as tradições de seus antepassados, envolvendo-se mais com as pessoas e seus modos de vida. Neste tipo de turismo, deve-se redobrar a preocupação em não espetacularizar, folclorizar, congelar ou estereotipar as culturas e as tradições, lembrando que as mesmas, como toda e qualquer cultura, estão em processo dinâmico e contínuo de transformação.

Além disso, é importante considerar as necessidades de cada comunidade para que execute atividades de maneira prudente, a tarefa exige conhecimento e planejamento de todos os envolvidos. A OMT (2003) afirma que o Turismo Étnico é aquele que está relacionado a tradições e estilo de vida de um determinado grupo, utilizado principalmente para destacar o turismo nas comunidades ou enclaves específicos, em processo de desenvolvimento.

Outro perfil interessante que se encontra inserido na modalidade do Ecoturismo é o Turismo Comunitário. Coriolano (2006), o define como uma forma diferente de se organizar. Este tipo de turismo visa buscar a sustentabilidade socioespacial⁷, priorizando os valores socioculturais e descobrindo formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo. Que seja uma atividade que agregue produtos diferenciados, mas que ao mesmo tempo não vise apenas o consumo. Que seja possível também haver a troca de experiências, de laços de amizade e de valorização cultural. Para tanto, este tipo de turismo exige uma organização comunitária de maneira associativa, de produtos locais e que possua o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas. Segundo Maldonado (2009, p.30), a atividade Turística de Base Local é um complemento ao progresso econômico e ocupacional para potencializar e dinamizar as atividades tradicionais.

⁷ A sustentabilidade socioespacial se refere ao espaço local, sobre o que ele oferece, como está organizado, se oferece sustentabilidade ou não as atividades a ser desenvolvidas (CORIOLANO, 2006).

Desde 2008 o Ministério do Turismo - MTur, passou a reconhecer institucionalmente a existência do Turismo de Base Comunitária ao publicar o edital MTur nº 001/2008, definindo-o da seguinte maneira:

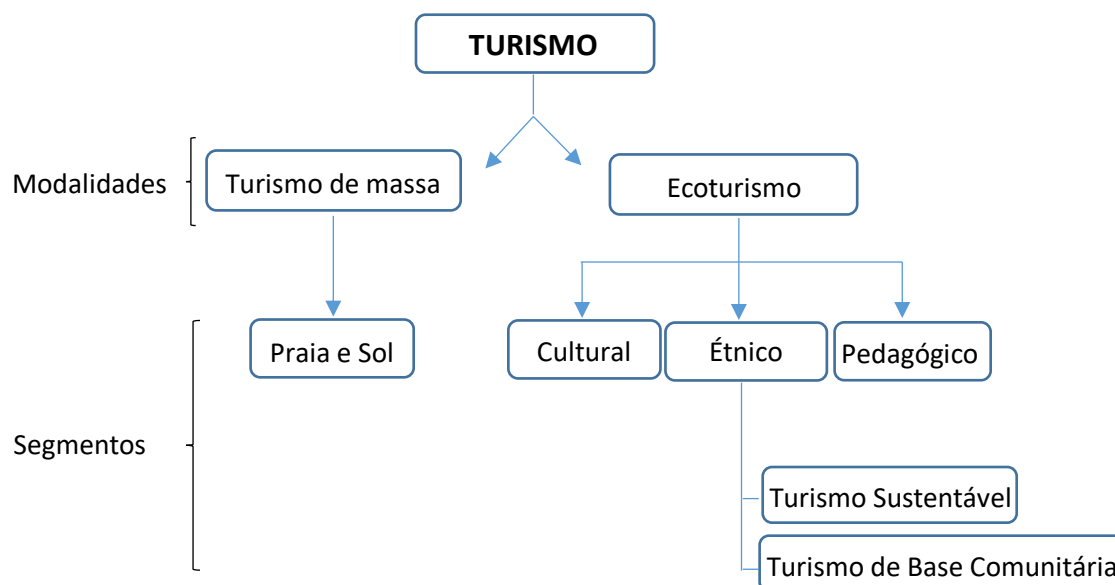
O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2008).

Outra modalidade interessante e que também condiz com princípios e idealizações semelhantes é o Turismo Sustentável. A Organização Mundial do Turismo – OMT, o define da seguinte maneira:

O desenvolvimento do turismo sustentável vai ao encontro das necessidades atuais dos turistas e das regiões anfitriãs e, ao mesmo tempo, garante oportunidades para o futuro. É a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo-se, ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

Com base nas descrições relacionadas as diversas áreas do turismo, a figura 1 ilustra sobre as possíveis modalidades e segmentos de turismo que possuem possibilidades para serem desenvolvidas e aplicadas na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*.

Figura 1 – Esquema comparativo sobre as modalidades do turismo de massa e do ecoturismo e os seus respectivos segmentos.



Fonte: Adaptado de Neiman et al., (2010); Barreto (1995); Castro (2009); Goodwin (1996); Coriolano (2006).

Para tanto, segundo Faria (2007), o tema turismo se trata ainda de algo novo para os povos indígenas e ao mesmo tempo, é um fenômeno típico da sociedade contemporânea. Por esta razão, se faz necessário haver o apoio de colaboradores durante todo o processo de discussão e planejamento participativo, o que proporciona uma metodologia de construção conjunta e contínua com capacidade de reunir diversos atores sociais envolvidos diretamente nos projetos que se pretende desenvolver. “Significa construir junto, permitindo a formação e capacitação dos atores considerados como sujeitos protagonistas do processo histórico” (FARIA, 2007, p.68).

As atividades exercidas na aldeia *Tabaçu Reko Ypy* são nomeadas pelo povo *Ñandeva* de vivência, ou seja, visam oferecer ao turista uma experiência de lazer e conhecimento sobre a sua história, cultura e conservação. Eles deixam claro para o visitante sobre a importância e o desafio de resgate e fortificação de suas tradições, bem como combater o preconceito e o descaso que enfrentam diariamente. Segundo a SNPT (1998), vivenciar implica, essencialmente em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira

refere-se ao conhecimento, entendido como a busca em aprender e entender os anfitriões; a segunda corresponde a experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função da experiência de visitação.

O povo *Ñandeva*, pertencente a esta aldeia, desenvolve e pratica esta atividade esporadicamente como uma ferramenta de apoio à geração de renda alternativa na busca de melhores condições de vida em prol da recuperação do seu território que foi gravemente degradado pela atividade de mineração e também visa obter um auto sustento que colabore com o resgate das suas tradições.

Como experiência similar e positiva de acordo com a realidade local, a aldeia Indígena *Krukutu*⁸ em parceria com a Associação *Guarani Nhe'ê Porã* busca exercer o turismo de princípio sustentável. Este povo recebe visitantes, esporadicamente, a fim de partilhar os seus valores culturais e artísticos através das danças, canções, artesanatos e trilhas por seu território em contato com a natureza. O objetivo deste projeto está relacionado com a necessidade de manter suas práticas tradicionais mesmo frente às diversas pressões decorrentes da proximidade com o maior centro urbano do país e do crescente envolvimento com diversas entidades interessadas em atuar na aldeia, bem como gerar renda a comunidade (ASSIS et al., 2009).

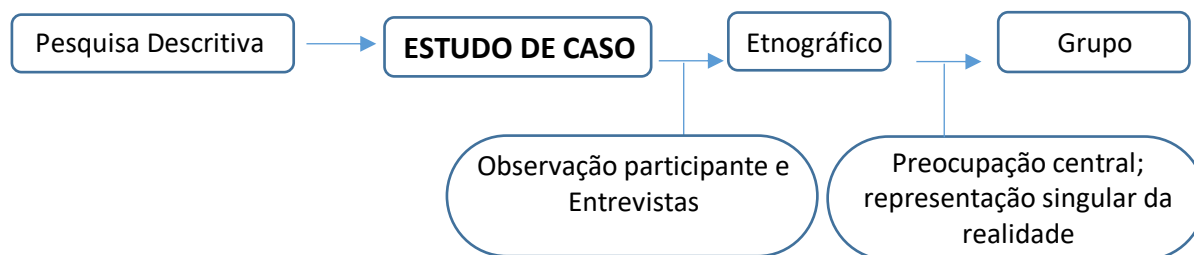
O Ecoturismo ou qualquer atividade para os povos indígenas devem ser pensados sempre a partir da gestão do território, considerando continuamente o conhecimento pré-existente destes povos sobre a sua cultura e os seus territórios (FARIA, 2007). De acordo com Meneses (1996), o tipo de turismo que se almeja dependerá do tipo de relações que são julgadas aceitáveis e desejáveis entre os seres humanos, ou seja, do tipo de sociedade pelo qual optamos.

⁸ A aldeia *Krukutu* é uma das aldeias do Pólo de Ecoturismo, contendo 300 habitantes. É uma área demarcada e protegida e preserva a cultura e o povo da raiz *Guarani*. A aldeia se localiza na Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, no distrito de Parelheiros, na capital de São Paulo às margens da represa *Billings* e tem origem nas famílias que se fixaram na região de Parelheiros na década de 1950. As populações indígenas são centrais na reflexão sobre a conservação da natureza, à luz de um sistema de manejo agrícola e extrativista geralmente marcado pelo respeito aos ciclos naturais. Os *Guarani Mbya*, antigos habitantes da Mata Atlântica, são profundos conhecedores desse *habitat* e mantêm uma relação de intimidade com a terra, considerada sagrada em sua cultura (PÓLO DE ECOTURISMO DE SÃO PAULO, 2016).

3. METODOLOGIA

A linha metodológica desta dissertação segue os preceitos da pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa e os de estudo de caso etnográfico, isto é, segundo Moreira (2009), neste trabalho, aplica-se a abordagem etnográfica ao estudo de um caso (figura 2). Por conseguinte, o estudo de caso se encaixa em uma tradição holística de pesquisa segundo a qual as características de uma parte são determinadas grandemente pelo todo ao qual pertence.

Figura 2 - Mapa conceitual do estudo de caso. Adaptado de Moreira (2002).



Fonte: Adaptado de Moreira (2002).

Para a investigação dos sujeitos de pesquisa, entre os anos de 2013 a 2016 foram realizados dez encontros, nos quais ocorreram uma entrevista específica em 2013 e sete entrevistas abertas, no período entre 2013 a 2016, e duas participações em eventos: o Vivência na Aldeia II, em 2013 e o I Viva Okatur – Nhanderekó, em 2015. Todas as entrevistas foram autorizadas e registradas por meio de gravação em áudio e vídeo. Foi possível dialogar e interagir com todos os membros da aldeia, porém, as informações foram cedidas pelas autoridades indígenas, o *Morubixaba*⁹, *Nhantze*¹⁰ e a líder e professora, *Itá Mirim*, por serem os responsáveis e porta-vozes da comunidade. Também, para complemento das informações ocorreu a análise de documentos doados pelo povo *Ñandeva*, documentários contendo depoimentos pessoais sob diversos assuntos em questão, observação participante de maneira

⁹ *Morubixaba*, também conhecido como *Ború*, é o líder da aldeia. Os *Ñandeva* não gostam do termo *Cacique*, pois alegam que se trata de um termo ofensivo.

¹⁰ *Nhantze* é a anciã da aldeia, a grande sábia, respeitada e responsável por muitos rituais praticados, principalmente os rituais de cura.

ocasional e, além disso, a participação nas vivências e atividades de turismo étnico aplicados na aldeia *Tabaçu Reko Ypy, Itanhaém-Peruíbe* (SP). Todas as atividades e encontros serão detalhados ao longo deste trabalho.

O método de pesquisa deve ser entendido numa perspectiva ampla a de um caminho escolhido para alcançar os objetivos pré-estabelecidos na elaboração do projeto de pesquisa, ou seja, “o método científico é o modo pelo qual os estudiosos constroem seus conhecimentos no campo da ciência, sendo compreensível que, na realidade, o método seja basicamente (filosoficamente) único para todos os saberes” (TURATO, 2003, p. 149). A pesquisa, como toda atividade racional e sistemática, exige que as ações desenvolvidas ao longo de seu processo sejam efetivamente planejadas. De modo geral, concebe-se o planejamento como a primeira fase da pesquisa, que envolve a formulação do problema, a especificação de seus objetivos, a construção de hipóteses e a operacionalização dos conceitos (GIL, 2009).

Ao se estudar a temática indígena se faz necessário conhecer as especificidades de suas dinâmicas sociais, culturais e cosmológicas, desde que, tais considerações e interpretações não sejam julgadas de maneira Pan Indigenista¹¹. É fundamental saber que cada etnia tem um enfoque e uma experiência diferenciada no significado de sua existência, não havendo uma lógica cultural que englobe todas as comunidades indígenas (VON HELD, 2013).

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não busca enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega modelos instrumentais estatísticos na análise dos dados, mas assume envolver a obtenção de informações descritivas sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. Gil (1991), complementa em sua análise que, este tipo de pesquisa envolve a observação intensiva e de longo tempo num ambiente natural; o registro deve ser preciso e detalhado sobre o que acontece no ambiente.

¹¹ O movimento pan-indígena luta pelo direito dos índios a serem ouvidos pelas autoridades nacionais sobre as decisões políticas e econômicas que afetam suas vidas. O direito de ser diferente e, ao mesmo tempo, ter direitos e ser tratado como qualquer outro cidadão (MATOS, 1997).

O estudo de caso é um método que consiste em uma investigação empírica, sendo um método que abrange diferentes fontes de evidência – planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos (YIN, 2005). Sua definição é tida também como uma metodologia que analisa a propriedade de um caso ou de um fenômeno (CAMPBELL; STANLEY, 1963). O estudo de caso etnográfico, classificado assim por Stenhouse (1985, *apud* Sturman, 1988, p. 63) envolve o estudo profundo de uma entidade singular, geralmente por meio da observação participante e de entrevistas.

Gil (2009), aponta alguns propósitos dos estudos de caso:

- I) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;*
- II) preservar o caráter unitário do objeto estudado;*
- III) descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação;*
- IV) formular hipóteses ou desenvolver teorias;*
- V) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitam o uso de levantamentos e experimentos.*

A interpretação e a análise de dados deste trabalho utilizam-se das descrições e narrativas etnográficas, conduzidas por meio da observação participativa. Segundo Silva e colaboradores (2011), o termo etnografia tem sido usado para designar o estudo dos fenômenos sociais a partir de uma investigação em que o pesquisador participa ativamente no contexto pesquisado com o intuito de entender os significados das ações e dos comportamentos dos sujeitos que vivem e se relacionam neste ambiente. Para Moreira (2009), a etnografia é um método e um ponto de partida, é a interação entre o pesquisador e os sujeitos estudados. É uma ferramenta de grande utilidade para se estudar e compreender uma cultura, a maneira de vida de um grupo de pessoas sob o contexto de suas ideias, crenças, valores e pressupostos, além de seus comportamentos.

Moreira e Caleffe (2006), alegam que, a etnografia tem como característica focar o comportamento social no cenário, confiando em dados qualitativos, em que as observações e interpretações são feitas no contexto da totalidade das interações humanas. Os resultados da pesquisa são interpretados com referência ao grupo ou

cenário, conforme as interações no contexto social e cultural e a partir do olhar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Apenas fazer perguntas não é o suficiente, é necessário observar o que as pessoas fazem, as ferramentas que utilizam no seu cotidiano e como se relacionam entre si. Então, o ir, o ver e o viver com os nativos foram marco inicial do surgimento da antropologia científica e a observação participante se tornou a principal técnica para atingir esses objetivos. A investigação é feita de dentro, é vivida junto aos sujeitos. A etnografia é uma decorrência dessa construção epistemológica (PEREIRA; LIMA, 2010). Lüdke e André (1986) apontam três etapas para a realização de uma pesquisa etnográfica: a exploração, que envolve as escolhas de campo e sujeitos bem como as primeiras observações e aproximações no e com o contexto da investigação; a decisão, que implica nas escolhas dos dados relevantes, das fontes e até dos instrumentos; e a descoberta, que consiste na explicação da realidade e na forma de situar as várias descobertas num contexto mais amplo e holístico.

Por se tratar de uma aldeia recentemente formada, nenhuma literatura específica sobre este povo foi encontrada. Basicamente todos os registros e informações sobre a sua política, comportamento social e cultural foram obtidas por meio de entrevistas, participação em vivências e doação de registros realizada pelos próprios indígenas.

Para Jones (1985), a entrevista em profundidade deve ser absolutamente aberta, contendo no máximo alguns tópicos a serem discutidos, mas sem nenhuma pergunta preconcebida, porém, tal fato pode ser uma aproximação válida para a etnografia tradicional, ou quando a entrevista é o primeiro contato do entrevistador com o entrevistado. Segundo a autora, neste caso, a etnografia crítica pode incluir uma entrevista mais dirigida, com perguntas específicas derivadas de uma crítica social mais abrangente. Particularmente, isso pode acontecer quando uma observação participante detalhada tem revelado aspectos importantes que merecem ser examinados com maior profundidade.

Os fundamentos da entrevista em profundidade estão na convicção de que as pessoas envolvidas em um fenômeno têm pontos de vista ou opiniões que só podem ser descobertas por meio da pesquisa qualitativa (RICHARDSON, 2007). Para melhor obtenção dos dados e interpretação, foi permitida a filmagem em todos os encontros.

Os encontros na aldeia *Tabaçu Reko Ypy* sempre ocorreram de maneira harmoniosa e receptiva. As vivências consistem basicamente em dialogar e apresentar aos visitantes sobre o desafio e a importância no resgate das tradições indígenas. É possível circular por todo o espaço de maneira livre e conversar com todos da comunidade, inclusive os líderes e as crianças. A visita é regada a momentos de interação entre turistas e a comunidade. A programação da visita se dá mediante apresentação dos membros da aldeia e boas-vindas ao público, encenações lúdicas sobre lendas indígenas, trilhas, cantos, rituais, diálogos e contações de histórias ao redor da fogueira, brincadeiras e jogos indígenas, mostra e venda de artesanatos e atividades de lazer no lago.

Todas as atividades serão descritas detalhadamente e discutidas no decorrer desta pesquisa.

4. A T.I PIAÇAGUERA: HISTÓRICO, CONFLITOS E TURISMO

4.1. HISTÓRICO

Entre as belezas naturais da Mata Atlântica, no litoral sul, localiza-se um registro histórico datado do século XVI. Este monumento, conhecido como Ruínas do *Abarebebê*¹², se refere às ruínas da mais antiga igreja da região - construída por jesuítas e franciscanos no período colonial do Brasil. O padre Leonardo Nunes, foi um dos primeiros jesuítas a se estabelecer no aldeamento de São João Batista – ou Ruínas do *Abarebebê* – para ministrar os primeiros sacramentos religiosos e também assumir a missão de catequizar os índios da etnia *tupi* (DIÁRIO DO LITORAL, 2007).

Com o passar dos anos, no final do século XVII, a aldeia passou a ser administrada pelos franciscanos. O vasto aldeamento foi extinto em 1802 com o argumento de libertar os índios dos trabalhos forçados impostos pelos jesuítas desde o século XVI. Apregoava-se então, à época da extinção do aldeamento que os índios “livres” poderiam conviver com a população regional e, assim, “civilizar-se” (SECRETARIA DA CULTURA, 2015). No entanto, devido a marginalização, a população indígena foi repelida e somente após um século, em 1927, criou-se por decreto estadual a reserva Indígena de *Peruíbe*, também conhecida como aldeia do Bananal. Esta área possui 480 hectares e se localiza junto às encostas da serra, porém, o território se mostrou incapaz de abrigar toda a população indígena dispersa pela região. Em 20 de dezembro de 2002, foi aprovado e publicado no Diário Oficial da União o relatório de identificação e delimitação de outro território, a TI *Piaçaguera*, com 2.795 hectares (FUNAI, 2008).

Por razões burocráticas, a TI *Piaçaguera* se encontrava em processo de Desintrusão¹³ desde 29 de abril de 2016. Este tipo de processo é demorado e delicado, pois envolve consideráveis conflitos entre a resistência de posseiros e invasores que moram nas proximidades de maneira ilegal e sem escritura (ITÁ

¹² *Abarebebê*: Em *tupi-guarani* significa literalmente: “padre ligeiro, rápido” (abará+bebê). Era o apelido do padre Leonardo Nunes, entre os indígenas da época.

¹³ Desintrusão: termo que se refere à retirada de ocupantes ilegais de áreas reconhecidas e regularizadas como sendo terras indígenas, reservas ambientais, territórios quilombolas ou de outros povos e populações tradicionais.

MIRIM¹⁴). A partir desta data, a TI *Piaçaguera* se encontra homologada perante a lei, segundo o Diário Oficial da União – Seção 1 – nº 82 de 02 de maio de 2016.

A Presidenta da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e art. 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena denominada Piaçaguera, localizada no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo, destinada à posse permanente do grupo indígena Guarani Nhandeva, com superfície de dois mil, setecentos e setenta e três hectares, setenta e nove ares e sessenta e oito centiares e o perímetro de trinta e sete mil, novecentos e noventa e oito metros e noventa e um centímetros, a seguir descrita (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2016).

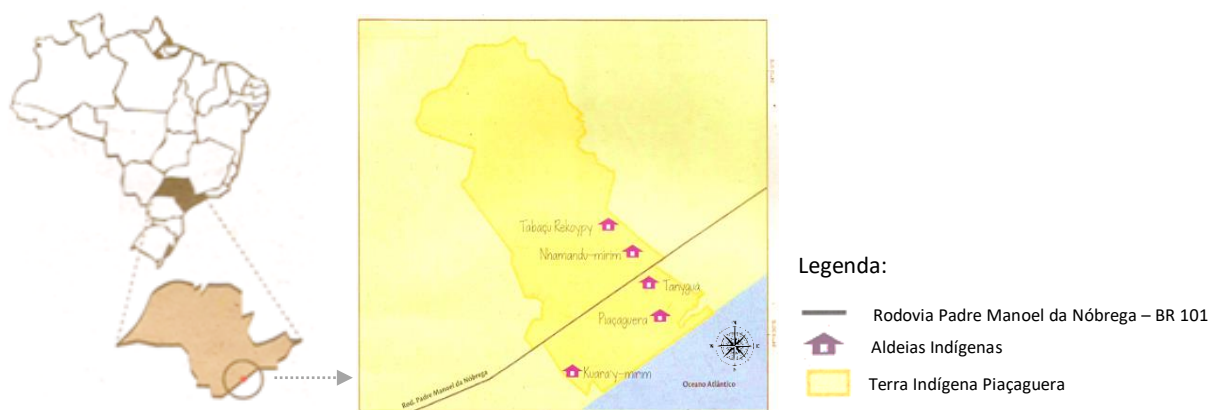
4.2. A T.I PIAÇAGUERA E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A TI *Piaçaguera* está situada na divisa dos municípios de *Itanhaém* e *Peruíbe*, litoral sul de São Paulo. Conforme explicado em entrevista realizada em 27 de abril de 2014 com a líder *Itá Mirim*, *Piaçaguera* significa ‘terra de passagem’, ou seja, este local sempre foi utilizado como via de passagem aos indígenas de costume nômade, justamente por apresentar características desfavoráveis a moradia, mesmo que momentânea.

Esta TI é cortada pela rodovia SP 55 Padre Manoel da Nóbrega. Segundo, a Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP (2013), não foram localizados estudos que analisem os impactos da estrada para os índios. A região é considerada a última remanescente à beira mar, onde ainda permanece a vegetação de restinga nativa estendida até a areia da praia do litoral sul do Brasil.

Essa área abriga 55 famílias com aproximadamente 200 indígenas da etnia *Tupi-Guarani* – mistura da etnia *tupinambá* com a etnia *guarani* - entre crianças, jovens e adultos, distribuídas em cinco aldeias: Aldeia *Piaçaguera*, Aldeia *Nhamamndú Mirim*, Aldeia *Taniguá*, Aldeia *Pekoá Kwaray* e Aldeia *Tabaçu Reko Ypy* (figura 3). A criação de novos aldeamentos se deu pelo fato da ocupação territorial ou por conflitos em sua organização política interna tradicional.

Figura 3 – TI *Piaçaguera* e as aldeias indígenas existentes em seu território. *Itanhaém-Peruíbe/SP*.



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2014.

A área de restinga é um ecossistema delicado, composto por solo sedimentar arenoso e considerável teor de salinidade. A TI *Piaçaguera* é um território extremamente vulnerável pela proximidade da área urbana, pela existência de uma estrada de uso intenso, pelo fluxo de turistas e pelos impactos causados por mais de cinquenta anos de atividade minerária no interior de suas terras (CPISP, 2010).

Antes de ser declarada TI, estando na sua fase de identificação, *Piaçaguera* foi alvo de exploração mineral por mais de cinquenta anos. A atividade minerária extraía areia quartzosa e areia de fundição da área, material este, em sua maioria, destinado à construção civil (CPISP, 2013). Segundo o Ministério Público Federal - MPF, houve extração ilícita de areia por ausência de autorização para a supressão de vegetação e violação do Código Florestal, uma vez que, ocorreu desmatamento de vegetação de preservação permanente e retirada da qualidade fértil do solo em área de restinga. O MPF alegou ainda que a exploração mineral ocasionou prejuízos para a comunidade indígena, uma vez que, essa área foi privada de recursos adequados para sua subsistência. Somente em março de 2011, estando a TI *Piaçaguera* já declarada, o DNPM¹⁵ determinou por meio de despacho publicado no Diário Oficial da União em 17/03/2011:

Suspensão da outorga de novos títulos minerários, da renovação de títulos minerários já emitidos, da apreciação de relatórios finais de pesquisa já apresentados e da declaração de disponibilidade de áreas referentes a processos minerários cujas áreas interfiram total ou parcialmente com a área delimitada da TI Piaçaguera (DNPM, 2011).

Vale ressaltar que a reparação ambiental das áreas degradadas pela atividade ilegal da mineradora foi pedida na ação civil pública e aguarda apreciação do juiz.

Embora os registros históricos do relatório técnico de Alves (2012), exponham que a taxa de porcentagem da área desmatada frente a dimensão total da TI *Piaçaguera* tenha correspondido a 14,5% no ano 2000; 12,1% em 2005 e 10,5% em 2011 as imagens de satélite (figuras 4 e 5), revelam que em seu entorno existe um alto grau de conservação da cobertura vegetal dessas áreas, mesmo quando cercadas por aglomerados urbanos, empreendimentos imobiliários e estradas (CPISP, 2013).

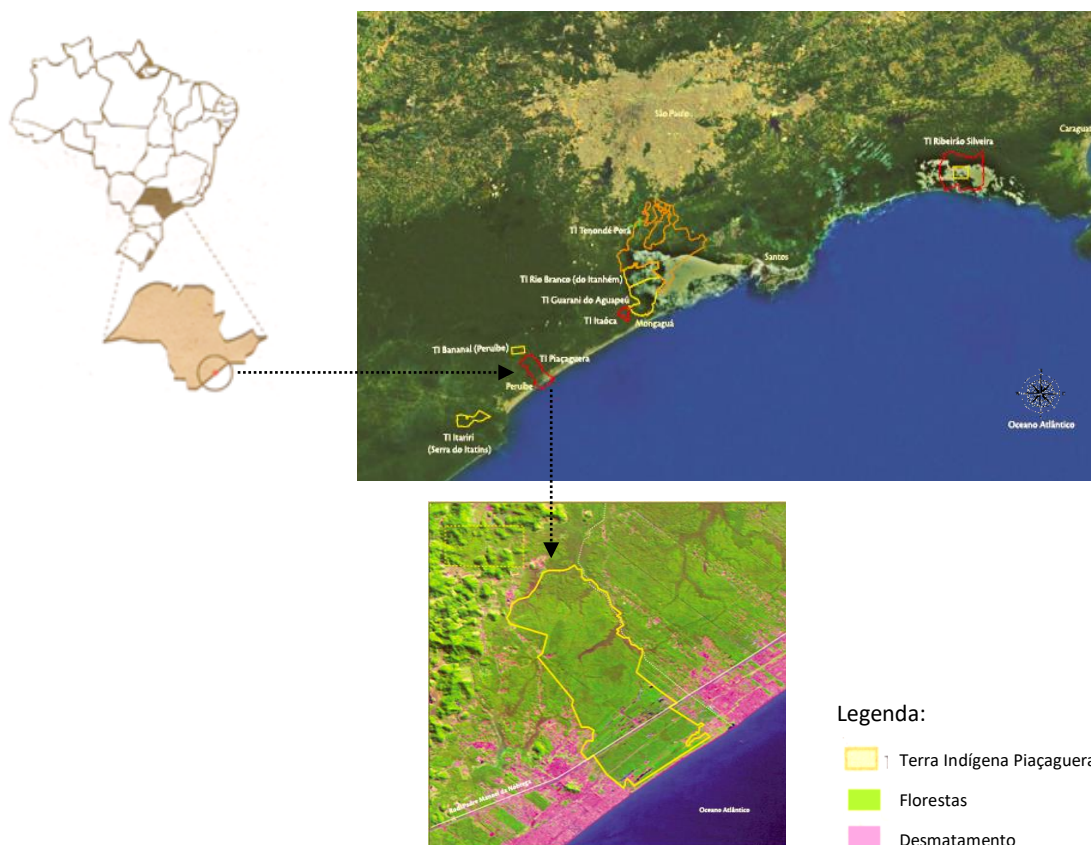
¹⁵ DNPM: Departamento Nacional de Exploração Mineral.

Segundo a Funai (2014), as TI's apresentam o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal.

Em junho de esse índice representou apenas 1% do total de desmatamento verificado na região amazônica, conforme afirma o Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal do Instituto Imazon. De acordo com o relatório, nas áreas privadas, o desmatamento de junho foi de 59%. O restante foi registrado em unidades de conservação (27%) e assentamentos de reforma agrária (13%).
(FUNAI, 2014, s/p.).

Para Baines (2014, s/p.), as TI's são fundamentais por dois motivos: elas garantem a sobrevivência dos povos indígenas e compõem os espaços que ainda possuem cobertura vegetal. “Ao sobrevoar o Parque Indígena do Xingu e o Estado de Rondônia, por exemplo, se vê claramente que as áreas de floresta que sobram coincidem com as terras indígenas”, argumenta.

Figura 4: TI Piaçaguera. Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2013 - Imagem de satélite, 2011.

Mainardi (2010), relata em seu trabalho etnográfico na TI *Piaçaguera* que, durante suas visitas realizadas no local percebeu a real dimensão dos danos causados pela atividade de mineração. Quando esteve na aldeia *Nhamandú Mirim*, encontrou “diversos ‘buracos’ – crateras imensas, resultado da extração de areia”. Na aldeia há também um grande e profundo lago de cor escura. Segundo os indígenas e a FUNAI, este lago é resultado da extração de areia realizada pela mineradora. Como o lago contém elevada concentração de ferro ele é utilizado apenas para o lazer. É possível visualizar a imagem do lago na figura 6.

*Itá Mirim*¹⁶ relata que, quando se mudaram para a atual aldeia, em 2012, o terreno se encontrava vazio, a terra pobre e a fauna escassa. Por esta razão, as caçadas são raramente executadas. Segundo *Boru*¹⁷, o *morubixaba* da aldeia; a pesca é praticada com certa frequência.

Os *Tupi-Guarani* buscam alternativas para viver de forma que consideram ideal em um ambiente sujeito a muitas pressões e ameaças. Para tanto existe alguns projetos nas aldeias locais – turístico, cultivo de plantas medicinais, de coco anão, de árvores frutíferas, cultivo em viveiro de mudas de palmito *Jussara*, *açaí* e de plantas ornamentais (CPISP, 2014).

Todos esses conflitos os privam de praticar os seus costumes de maneira plena. Para tanto, dentro do contexto capitalista, os índios criam as suas estratégias de sobrevivência e fortalecimento. Através de suas ações e discursos, é possível notar que os indígenas possuem consciência sobre o processo histórico que atravessam. Eles sabem, que este é um momento de agir com determinação pelo fortalecimento de suas bases étnicas e pela busca de uma nova posição no panorama nacional. Eles sabem também, por meio da tradição e de sua história oral, que a história que se lhes impôs os reduziu a uma posição de marginalidade demográfica e social no contexto político em que vivem (GOMES, 2012).

¹⁶ Entrevista concedida a Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

¹⁷ Entrevista concedida a Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

4.3 A ALDEIA TABAÇÚ REKO YPY

A aldeia *Tabaçu Reko Ypy* foi criada em 26 de maio de 2012 e está situada no km 339 da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega – BR 101, dentro da TI *Piaçaguera* (figuras 5 e 6). A área de restinga, ou *Jundú*¹⁸, abriga uma vegetação densa com arbustos e árvores em solo arenoso revestindo desde as dunas das praias até o sopé da Serra do Mar.

Este povo pertence a etnia *Guarani Nãndeva*, classificação esta delineada desde a demarcação da TI *Piaçaguera*, fato recente, ocorrido em meados de 2012, aproximadamente, segundo as informações obtidas com a líder *Itá Mirim*¹⁹.

A palavra *Tabaçu Reko Ypy* significa “o renascer da grande aldeia”.

Figura 5: Território da TI *Piaçaguera*. Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: *Google Earth*, 2015.

¹⁸ *Jundú*: termo indígena cujo significado se refere a 'mata ruim'.

¹⁹ Entrevista concedida a Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

Figura 6: Área da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, localizada no território da TI *Piaçaguera*. *Itanhaém-Peruíbe/SP*.



Fonte: Google Earth, 2015.

A necessidade de se fundar uma nova aldeia se baseia em diversos conflitos enfrentados ao longo de anos. *Itá Mirim*²⁰ nos conta um pouco sobre este fato:

Assim como existem líderes na sociedade que desenvolvem trabalhos bons e ruins para suas cidades, estados e país, enfim, nós, temos nossa organização política interna e como tal, estávamos em uma aldeia em que a liderança não focava o nosso propósito tradicional de fortalecimento. Esse propósito foi dilacerado pelo líder nos proibindo até de praticar a nossa tradição, isso enfraqueceu nosso espírito e por mais que lutássemos para continuar nossos objetivos, não conseguíamos apoio da maioria da comunidade, que também foram contaminados com a sombra do esquecimento da nossa tradição, focando em individualismo e viver por viver.

Eu, como líder, não consegui ver a divisão das doações que chegavam e não beneficiavam as famílias que mais necessitavam, não consegui assistir as necessidades básicas da aldeia, nossos rituais e festas tradicionais sendo substituídas por interesses esportivos, serem sufocados por futebol, chegando somente doações como jogo de camisa, bola e outros, e isso realmente nos deixou muito tristes.

Entre essas e outras coisas ruins, veio uma coisa boa, a demarcação de nossa terra possibilitando a ocupação territorial em definitivo. E assim, poderemos seguir em busca de nossos objetivos” (ITÁ MIRIM, 2015).

Até o ano de 2013 a aldeia *Tabaçu Reko Ypy* era composta por sete famílias, totalizando em treze indivíduos, destes, cinco são crianças. Até este período havia

²⁰ Entrevista concedida a Cássia Praeiro em 11 de abr. de 2015.

oito famílias, porém, estes ainda se mantêm nômades e permanecem migrando por outros territórios. Em 2015, o número de indivíduos aumentou para quatorze adultos e dez crianças.

A aldeia é dividida em dois espaços: o espaço tradicional chamado de *Nhanderekoa Ymã* (figura 7) e o espaço contemporâneo conhecido como *Nhanderekoa Koay* (figura 8). O espaço tradicional é a reprodução de uma aldeia *tupinambá* do século XVI conforme é conhecido e transferido por meio da oralidade de seus ancestrais. Neste local, se pratica e se ensina diariamente os mais jovens sobre toda a sua tradição cultural e conhecimentos da natureza. É neste ambiente que os indígenas produzem suas esteiras e redes de cipó, fazem fogo, praticam a oralidade, entre outras atividades tradicionais que são revividas. O espaço contemporâneo é o local onde há a escola, algumas casas de barro – pau-a-pique e *superadobe*²¹, a cozinha comunitária, o banheiro seco²² e demais ferramentas tecnológicas que auxiliam em seus trabalhos de acordo com as suas necessidades atuais: fazem uso basicamente de um antigo computador, livros, canetas, quadro de anotações, lousa, giz e um simples automóvel para colaborar nos deslocamentos até a cidade, quando preciso.

²¹ *Superadobe*: técnica de *bioconstrução* criada por Nader Khalili, arquiteto iraniano. A técnica consiste em facilitar a construção necessitando de menos tempo e custos, garantindo segurança e resistência. Os materiais necessários para se construir utilizando a técnica de *superadobe* são: areia, barro (argila), arame farpado, sacos polietílenos em rolo ou unidade – pode-se também reaproveitar sacos de ração – para a construção da base das casas (CESAR, 2015).

²² O banheiro seco é uma alternativa de saneamento ecológico que não utiliza água em seu sistema para tratar os dejetos humanos que são armazenados em uma câmara onde passam por processo de compostagem. Este tipo de banheiro reduz consideravelmente ou totalmente o uso excessivo de água. Portanto, como não há mistura de água com os dejetos, não existe geração de esgoto doméstico, evitando possíveis doenças relacionadas a ela, assim como a possível contaminação de mananciais hídricos (AMATUZI; BOTEGA; CELANTE, 2013).

Figura 7: Espaço Tradicional da Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: VIVAOKATUR, 2015.

Figura 8: Espaço Contemporâneo da Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: VIVAOKATUR, 2015.

Para obtenção de renda, vez ou outra, vão para a feira da cidade vender os seus artesanatos, orquídeas e demais plantas ornamentais. *Itá Mirim* leciona em escolas indígenas da região, *Tabaçu Reko Ypy* e *Nhamandú Mirim* e algumas famílias recebem o benefício social da bolsa-família. Como colaboração à renda, esporadicamente dão espaço as atividades que envolvem o turismo étnico na aldeia.

A sabedoria dos artesanatos se faz presente não somente para o comércio, *Nhantze*²³ conta que, tradicionalmente, quando nasce uma nova criança na aldeia, os avós tecem um colar de proteção para abençoá-la. Segundo a tradição, o colar deve ser feito de *capiá* e são diferentes de acordo com o gênero.

A fogueira *Tataruçu*²⁴ (figura 9) é um símbolo sagrado para o povo *Ñandeva*. Segundo *Itá Mirim*²⁵ (2013), todas as manhãs e tardes se pratica o *Nhanderekó*²⁶. Os indígenas cantam ao redor da fogueira em agradecimento a *Nhanderú*²⁷ e, gostam de se reunir a noite para contar histórias sobre seus antepassados, falar sobre as suas crenças e lendas místicas. Assam batata-doce, palmito e banana verde no pé da fogueira, fumam cachimbo, cantam e dançam durante quase toda a noite. Neste momento, partilham conhecimentos, revivem histórias, praticam o seu idioma nativo, o *tupi* e discutem sobre ideias de trabalho e melhorias para a aldeia.

Como o principal objetivo se refere ao resgate cultural, fortalecer a língua é uma das metas da comunidade. Os mais velhos estão tentando tornar fluente a linguagem tradicional falando e ensinando diariamente os jovens e as crianças. As crianças, por sua vez, estudam na escola indígena e também em escolas da cidade (VIVAOKATUR, 2015).

Segundo Oliveira (2006), os grupos indígenas brasileiros podem ser compreendidos como comunidades tradicionais, cuja transferência da cultura acontece por meio da oralidade, uma vez que tais povos têm pouco domínio da escrita, não existindo literatura extensa na própria língua. Por esta razão, o povo *Ñandeva* está dando início a projetos linguísticos, resgatando o seu idioma e praticando-o também em escritas, para que futuramente possam montar materiais de apoio ao ensino-aprendizagem a todos da aldeia. De acordo com Hobsbawm (1984, p.10), “o ‘costume’, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente”.

²³ Entrevista concedida a Cássia Praeiro em 16 de mai. de 2015.

²⁴ *Tataruçu*: Fogueira sagrada.

²⁵ Entrevista concedida a Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

²⁶ *Nhanderekó*: Cantos sagrados.

²⁷ *Ñanderú*: Deus.

Figura 9: Povo *Ñandeva* ao redor da fogueira *Tataruçu*. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. *Itanhaém-Peruíbe/SP*.



Fonte: VIVAOKATUR, 2015.

Outro grande problema que a comunidade enfrenta é com relação à assistência municipal e federal, pois como a TI está localizada na divisa dos municípios de *Itanhaém* e *Peruíbe* nenhum órgão os assume, um passa a responsabilidade para o outro o que acarreta na falta de socorro médico emergencial SAMU, no acesso aos postos de saúde, no descaso as escolas indígenas, a falta de recursos e merenda, não recebem cesta básica, a estrada de acesso a aldeia se encontra em péssimas condições, dificultando assim o seu acesso, falta de fiscalização territorial, precariedade com relação a energia elétrica e água potável (VIVAOKATUR, 2015).

4.4 O ETNODESENVOLVIMENTO ENTRE O TRADICIONAL E O CONTEMPORÂNEO

Os índios do Brasil não se resumem a apenas um povo, mas sim em muitos e diferentes tipos de povos. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultados de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. E distinguem também de nós e entre si por falarem diferentes línguas (RODRIGUES, 2002).

Além da luta pela demarcação de suas terras, os povos indígenas enfrentam também desafios de como sobreviver na terra já demarcada e proteger os seus conhecimentos e patrimônios material e imaterial da ideologia capitalista da sociedade ocidental, onde tudo se transforma em mercadoria, ou seja, em capital (FARIA, 2007). Esta população, em sua grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural, para assim, poderem obter e garantir melhor qualidade de vida (FUNAI, 2015).

De acordo com Gomes (2012), as diversas comunidades tradicionais²⁸ querem manter seus espaços de continuidade física, econômica e social, mesmo que se integrando cada vez mais ao mercado e à sociedade moderna. Reclamam direitos históricos por territórios, exigem direitos novos de serem distintos e alegam pertencimentos que as consagram como comunidades diferenciadas. Ao que tudo indica, existe viabilidade, pois poderão continuar a viver assim enquanto houver condições econômicas, até porque, de maneira geral, quando não ocupam territórios de interesses econômicos ou outros, - são bem aceitas pela sociedade brasileira hegemônica, que, embora não saiba de sua existência, quando sabe, os aceita junto aos seus costumes “folcloricamente” simples e hábitos de vida, em algumas vezes inclusive, idealizando e romantizando sua real situação.

Para tanto, se faz necessária a compreensão e a prática de um sistema de etnodesenvolvimento. Conforme exposto por Azevedo (2014), o etnodesenvolvimento tem como principal característica desenvolver um grupo

²⁸ Refere-se aos grupos quilombolas, caiçaras, indígenas, caboclos, entre outros.

tradicional específico com base em seus conhecimentos e na sua cultura, que seja capaz de evoluir e produzir de maneira autônoma, disseminando sua cultura por meio da autogestão, a fim de promover um desenvolvimento local para a sustentabilidade. Afinal, é quase unânime entender que “o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente” (MEDEIROS, 2011; p.170).

O etnodesenvolvimento é um conceito que surgiu no início da década de 1980, como um contraponto crítico e alternativo às ações desenvolvimentistas e etnocidas que viam as comunidades indígenas como um obstáculo ao progresso (FARIA, 2005).

Batalla (1982) se refere ao etnodesenvolvimento como uma ferramenta na qual as comunidades possam ser efetivamente autogeridas para o seu auto sustento, ou seja, terem capacidade e esclarecimentos para se permitirem serem autônomos com relação ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo.

É o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento (BATALLA, et al. 1982).

Stavenhagen (1997) define *etnodesenvolvimento* como o desenvolvimento que mantém o diferencial étnico de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Neste contexto, o desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” no que se refere ao Produto Interno Bruto - PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade, entre outros. O autor conceitua o termo como a capacidade de os povos tradicionais possuírem real poder e direito por suas terras, por seus recursos, organização social e cultural, sendo livres para negociar com o Estado sobre o estabelecimento de relações segundo o seu interesse.

Azanha (2002, p.32), envolve em seus estudos referentes as sociedades indígenas brasileiras, pontos que podem ser tomados como metas ideais de um projeto de etnodesenvolvimento sustentado:

- a) segurança territorial, satisfazendo plenamente as necessidades de expansão da sociedade indígena;*
 - b) usufruto exclusivo dos recursos naturais;*
 - c) demanda por produtos manufaturados e meios para consegui-los;*
 - d) tempo empregado na geração de recursos financeiros internos para a aquisição de produtos manufaturados;*
 - e) escala ou nível das necessidades impostas pelo contato e identificação de como cada sociedade indígena específica fixa ou fixou esse nível;*
 - f) internalização dos recursos financeiros gerados pelos canais tradicionais de distribuição e circulação. Essas questões, portanto, são os pressupostos para a execução de qualquer projeto na direção do etnodesenvolvimento.*
- (AZANHA, 2002).

Segundo Faria (2007, p. 63), o artigo 231 da Constituição Federal Brasileira de 1988 confere a posse e o usufruto exclusivo das TI com atividades para garantir sua sobrevivência física e cultural. Assim, de certa maneira, o turismo e/ou o ecoturismo podem ser considerados como uma destas atividades, desde que sejam planejados e gerenciados pelos povos indígenas. Para que isso se torne possível, é fundamental haver capacitação técnica e teórica dos membros das populações tradicionais.

Este tipo de capacitação é de grande utilidade para o sucesso de uma auto-gestão, porém, ainda não ocorreu na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Os indígenas se organizam da maneira que podem, pedindo auxílio em tarefas como divulgação, gestão financeira e demais organizações a pessoas em quem confiam. A cada vivência vão aprendendo a lidar com imprevistos, em quem confiar e a planejar conforme os erros cometidos em projetos anteriores.

Claro que isso não é uma tarefa simples por pressupor alterações em estruturas e comportamentos já definidos, mas, de acordo com os estudos e observações de Grunewald (2003), nota-se que são justamente os projetos que levam em conta a flexibilidade estrutural e histórica do desenvolvimento que devem ser preconizados como viáveis em longo prazo. De fato, o etnodesenvolvimento é uma perspectiva

intimamente ligada à administração de políticas públicas nas áreas indígenas. Ainda, de acordo com o autor, além da dimensão política local, se faz necessário também pensar em outros modelos de etnodesenvolvimento que possam considerar diversos elementos, como: história, cultura, religião, economia, relações interétnicas, fluxos culturais e afins. Porém, mesmo diante de tais argumentos, é preciso ter cautela. O etnodesenvolvimento não é a única saída para este caso, mas é um pressuposto positivo que vale ser testado (GRÜNEWALD, 2003).

De acordo com Luíndia (2007), parcerias, partilha de conhecimentos, capacitações e demais ações, nas quais as propostas e os objetivos se mantenham em missões honestas e de mesma afinidade são importantes para a obtenção do sucesso. Com relação a esta tarefa, o povo *Ñandeva* se encontra em fase de planejamento, testes e na busca de parceiros éticos.

4.5 O RESGATE ÀS TRADIÇÕES INDÍGENAS

Cultura é uma palavra latina que vem do verbo *colere*, que em nosso idioma significa cultivar (GOMES, 2014). Em antropologia, convencionou-se designar cultura como os padrões de comportamento, as instituições, os valores materiais e espirituais de um povo, que são elaboradas e modificadas no decorrer da história de uma sociedade (JUNQUEIRA, 1991, op. cit., p.17). Para Edward Tylor (1909), “Cultura [...] é o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Segundo Diegues (2004), as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- a) *Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;*
- b) *Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;*
- c) *Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;*
- d) *Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;*
- e) *Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;*
- f) *Reduzida acumulação de capital;*
- g) *Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco com compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;*
- h) *Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;*
- i) *A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtos (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;*
- j) *Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;*
- k) *Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2004, p.87:88).*

Um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade* (DIEGUES, 2004).

De acordo com as argumentações de Cunha (1994), com relação à cultura e à identidade, existe uma importante relação e ao mesmo tempo, uma sutil diferença entre ambas. Podemos entender identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória. A cultura, por sua vez, não seria, diante desta visão, um conjunto de traços dados, mas sim, a possibilidade de gerá-los em sistemas perpetuamente cambiantes. Da mesma forma como a fisiologia comanda cada espécie natural, as culturas são sistemas cujas partes interdependentes são determinadas pelo todo que as organiza.

Os indígenas da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* se reconhecem como comunidades tradicionais e buscam diariamente resgatar a sua cultura por meio das histórias, oralidade e práticas sobre os ensinamentos contados pelos anciãos das aldeias locais.

Segundo relatos da professora *Itá Mirim*²⁹, os indígenas desta etnia são nômades, porém, devido à necessidade por demarcação de terras, acabaram sendo obrigados a se fixarem em um lugar para, assim, terem o direito legal ao seu território. Sob este contexto, Gallois (2004) comenta sobre um grave problema na compreensão relacionada à dimensão cultural envolvida nesta territorialidade indígena. A autora relata que a visão da população brasileira ainda é dominada pela imagem romântica de índios nômades acerca dos usos, costumes e tradições indígenas e, sobre os índios que não correspondem a esta imagem, diz-se que perderam sua tradição.

Segundo Oliveira Filho (1996, p. 09), “Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas”. Para tanto, a líder *Itá Mirim*³⁰, afirma sobre a urgente necessidade

²⁹ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

³⁰ Depoimento realizado na II Vivência na Aldeia: Educação Ambiental e Comunidades Tradicionais, em 09 de nov. de 2013.

de os indígenas lutarem pelos seus direitos de demarcação de TI perante aos órgãos responsáveis, “isso ao menos garantirá o nosso local de morada e também de preservação ambiental”. Neste caso, assim como em diversas outras mudanças impostas por entidades políticas maiores, o indígena, em muitos casos, se rende a aculturação³¹.

Ou seja, tais mudanças forçadas, fazem com que a resistência cultural se transforme em aceitação com a nova dinâmica intercultural e interétnica que é imposta (GOMES, 2008). Entre tantas outras dimensões relacionadas a aculturação, Schaden (1967) enfatiza sobre a aculturação psicológica. Esta vertente busca conhecer e analisar os reflexos que a mudança de cultura provoca na personalidade dos indivíduos marginalizados ou em vias de marginalização, este último se refere aos componentes de um determinado grupo que se encontra no caminho de um sistema cultural para outro.

A crise de personalidade se torna efetiva a partir do momento em que o índio já não considera evidente e indiscutível que as instituições e os valores de origem são os únicos válidos para por ele orientar o seu comportamento, conceber o tipo de personalidade ideal, dar um sentido à vida. Por outras palavras: quando começa a avaliar a cultura dos antepassados com os critérios do branco, endossando até certo ponto os preconceitos deste. Passa então a considerar então a nudez como desprezível, repugnantes certas comidas tradicionais, errados os antigos padrões de vida familiar, sem que seja capaz, por outro lado, de aderir plenamente aos critérios com que o branco encara a cultura indígena com relação à sua própria. A personalidade do homem marginal é, em essência, insegura, dúbia, ambivalente (SCHADEN, 1967).

Com relação ao ser tradicional, Gomes (2014) expõe que, para a antropologia, a palavra *tradição* está relacionada sob a dimensão temporal da cultura, que se reporta à sua formação no passado. Sendo assim, tradição seria um sinônimo de tudo aquilo que é considerado cultural, onde uma coletividade reconhece tal fato como sendo essencial para sua identidade, na qual a sua existência atual esteja de alguma maneira vinculada com o seu passado. “Portanto, quando se fala em tradição, fica subentendido o sentimento de lealdade ou deslealdade a ela. Isto é,

³¹ Aculturação: a antropologia usa esse termo para expressar sobre o processo de relacionamento e de incorporação de itens culturais de uma cultura por outra, ou seja, representa as mudanças culturais que se operam nas sociedades indígenas (GOMES, 2008).

tradição é uma noção que implica uma ética e a exigência de uma atitude perante a cultura” (GOMES, 2008). Ainda assim, embora os traços culturais tornem-se bissêmicos, entre sistemas interno e externo, a alteração de um novo sistema não significa que existe uma mudança étnica (CUNHA, 1994). Laraia (2003), classifica tais mudanças, a interna e a externa da seguinte maneira:

Interna, resultante do próprio sistema cultural, onde a mudança é lenta, quase impercebível para o observador que não tenha o suporte de bons dados diacrônicos. O ritmo, porém, pode ser alterado por eventos históricos, tais como uma catástrofe, uma grande inovação tecnológica ou uma dramática situação de contato.

Externa, resultado do contato de um sistema cultural com outro, que pode ser mais rápido e brusco, o que ocorre na maioria das sociedades humanas. (LARAIA, 2003, p.08).

As culturas regionais e locais representam a soma total de experiências passadas unida a uma vasta gama de condições ambientais. A incorporação seletiva de um passado reinterpretado para um futuro liberado não ocorrerá se a memória do passado for destruída, ou se seus produtos culturais forem conhecidos somente como peças de museu (PEET, 1986).

De fato, as culturas se relacionam entre si. Sendo assim, quando os indivíduos se relacionam uns com os outros, inevitavelmente se encontram em estado de vulnerabilidade para trocarem bens e produtos, transmitirem e receberem valores, ideias, pensamentos, modos de comportamento que são absorvidos, isto é, “emprestados”, de propósito ou até inconscientemente, e são, posteriormente, incorporados ao todo coletivo, ganhando sua própria dinâmica de existência e transmissão (GOMES, 2014).

Tais metamorfoses nada mais são do que os frutos das continuidades e descontinuidades de processos históricos pelos quais passam as sociedades. Portanto, nenhuma cultura tradicional existe em estado puro. Assim, um determinado grupo social portador de cultura tradicional, como a caiçara do litoral de São Paulo, por exemplo, pode apresentar modos de vida em que determinadas características ancestrais estejam presentes, com maior ou menor peso. Tal fato se dá, sobretudo pela ocorrência da sua maior ou menor articulação com o modo

de produção capitalista dominante; ou seja, as populações e culturas tradicionais se acham hoje transformadas em maior ou menor grau (DIEGUES, 2004).

Diante desta maneira de pensar, o foco do povo *Ñandeva* se dá cotidianamente em fortalecer e resgatar as tradições e costumes de sua etnia. Eles possuem ciência e clareza sobre o quão desafiador é tentar se manter fiéis às suas raízes sem se entregar, por completo as mudanças externas. Tudo o que fazem é pensando na coletividade, seja no trabalho, nos momentos de lazer ou na extração de matéria-prima da mata. “*As demais aldeias não exercem mais este senso coletivo*”, afirma *Itá Mirim*³².

Esta pesquisa permitiu observar que, experientes com relação à escassez de mão-de-obra e a desorganização da política social de outras aldeias, surgiu então, um novo modelo de organização nesta comunidade. Eles compreendem a importância em adquirir novos conhecimentos e fazer uso de novas ferramentas em prol da sobrevivência do coletivo. Para tanto, frequentemente os líderes e não-líderes se reúnem, a fim de discutirem sobre melhorias na aldeia. Aos sábados, domingos, segundas e terças-feiras, são os dias das atividades individuais. Nestes dias, os indígenas têm a liberdade de fazerem o que desejam, ou seja, podem passar o dia entre a sua família, visitar os seus parentes, ir ao médico, resolver problemas burocráticos, documentações e demais assuntos afins³³.

Segundo Gomes (2014), a dialética de mão dupla indivíduo/coletivo é um dos pontos mais importantes para se compreender como a cultura funciona. Do nosso ponto de vista, indivíduo e coletivo são entidades distintas e podem ser concebidas e percebidas separadamente, cada um com a sua própria lógica de funcionamento. O indivíduo age movido tanto pela consciência quanto pelo inconsciente; ele é uma eterna síntese dialética desses dois predicados. Já o coletivo, do qual o indivíduo é parte, é sempre algo inefável, uma totalidade que funciona por meios diferentes de uma mera soma agregada de indivíduos.

Com relação a organização de seu território, o povo *Ñandeva* da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* a dividiu em dois espaços distintos: o espaço tradicional e o espaço contemporâneo.

³² Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

³³ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

Sob a ótica relacionada à administração de espaço e tarefas, a afirmação de Castro (2000) alega que o território é o espaço no qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo. O território reivindicado por dada sociedade constitui o conjunto de recursos que ela deseja e se sente capaz de explorar sob condições tecnológicas dadas (GODELIER, 1984).

Não somente os recursos financeiros obtidos com as vivências são investidos na conservação e manutenção do ambiente visitado, como também os indígenas, por meio de outras rendas, buscam melhorar a infraestrutura básica local. A ampliação da cozinha coletiva, a manutenção do banheiro seco, a construção de novas estruturas no centro da aldeia para as vivências (espaços | abrigos cobertos, os troncos de rituais, ferramentas para limpeza e organização do espaço) são alguns dos resultados obtidos com a renda da comunidade e do turismo praticado. Sendo assim, é quase que inevitável a ocorrência de transformações territoriais decorrentes da reorganização para a recepção e o contato com os visitantes (JULIANO; RABINOVICI, 2010).

O espaço tradicional da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* é o local onde são praticados seus costumes e conhecimentos da natureza aprendidos pelos seus ancestrais. Neste ambiente, são produzidos suas esteiras, redes de cipó, instrumentos musicais e artesanatos em geral, fazem fogo, descansam, praticam diariamente seus rituais, as danças, a arte de pintar o corpo³⁴, as orações, os cantos, a caça, a pesca, as brincadeiras, as lutas, as vestimentas³⁵ e a comunicação no idioma *tupi* são mantidos em seu cotidiano.

Todos os dias (manhãs e tardes) se pratica o *Nhanderekó*, momento em que cantam os hinos sagrados em agradecimento a tudo o que a natureza lhes oferece. Para isso, os indígenas almejam construir o *Oguatsu*³⁶ – a casa sagrada. *Itá Mirim*³⁷ afirma que, esta ‘religião’ não tem doutrina e nem regras, a única lei é agradecer e respeitar a mãe Natureza e seus espíritos.

³⁴ Existe diversos tipos de pinturas, adequadas ao tipo de celebração, ritual, cotidiana, entre outros momentos.

³⁵ As vestes são simples, adaptadas de forma a ficarem da maneira mais harmônica possível com a natureza. Claro que, em dias de frio ou quando precisam ir para a cidade, se vestem de maneira apropriada ao local.

³⁶ *Oguatsu* – Casa grande aberta nas laterais, casa mística, sagrada, onde são realizados os rituais.

³⁷ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

Gomes (2012), relata que os *tupinambás* tinham crenças e rituais como em outras religiões que buscavam explicações especiais sobre os fenômenos incontroláveis da natureza, temiam elementos sobrenaturais e usavam de mecanismos mágicos para interceder pela ajuda às suas dúvidas e sofrimentos. Tinham um sistema mitológico complexo e antropomórfico que pretendia explicar o mundo e a sua cultura de uma forma simbólica, alegórica e pedagógica.

Tal sistema religioso percolou no processo de miscigenação cultural para as muitas crenças regionais e nos sincretismos religiosos constituídos entre o cristianismo e as religiões africanas importadas. A sua influência se percebe, acima de tudo, na figura do *pajé* e na sua liturgia característica de fumar charutões, defumar os pacientes, incorporar espíritos de animais, transe e uso de remédios naturais retirados de vegetais do conhecimento popular tradicional.

O seu mundo mítico da criação transcorre num limiar em que homens e animais se integram com características típicas e imutáveis, prototípicas ou paradigmáticas. [...]. O único elo que há é entre homens e os espíritos dos animais, ou, em alguns casos, com as almas dos seus mortos. É nesse ambiente que a feitiçaria e a pajelança encontram sua justificativa e seu meio condutor (GOMES, 2012).

Os *Ñandeva* adotaram um novo costume, os registros, tanto em português como em *tupi-guarani*. É através da escrita, que aprenderam a organizar as suas tarefas diárias, pois antes tudo era transmitido, ensinado e praticado apenas oralmente. Segundo *Ború, Nhantze e Itá Mirim*³⁸ esse novo comportamento facilita a rotina de afazeres da comunidade onde podem optar por construir seus registros em prol da sua história e administrar os recursos financeiros obtidos em seus projetos e ações. A rotina de trabalho é organizada por meio de uma tabela de escala onde constam as responsabilidades cooperativas de cada família. Os dias da semana são divididos, ou seja, as quartas, quintas e sextas-feiras são os dias de trabalho coletivo, todos da aldeia se organizam para trabalhar no roçado, nas construções e manutenções das estruturas local e em cuidar da escola.

³⁸ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

*Ború*³⁹ relata que, aprender sobre novas ferramentas, técnicas de cultivo e de manejo com a terra – permacultura⁴⁰ - são práticas essenciais que podem contribuir de maneira eficaz para o trabalho do povo *Ñandeva*. Afinal, a condição do território ainda não é autossuficiente para suprir as necessidades de todas as famílias daquele local. O roçado ainda se encontra improdutivo devido ao solo empobrecido. Por esta razão, os *Ñandeva* são obrigados a consumir alguns alimentos que não fazem parte da sua dieta natural – como o arroz, o feijão e grãos. Para isso, *Itá Mirim*⁴¹ diz sobre a necessidade de seu povo buscar fontes de rendas alternativas sem que prejudique de forma radical as suas tradições. Segundo constatado por esta pesquisa, quando recebem doações, tudo é dividido igualmente entre as famílias, às vezes, quando necessário, a repartição é feita por meio de sorteio, na tentativa de ser a forma mais justa possível.

Ainda, conforme observado em diversas visitas e comentado pela liderança *Ñandeva*⁴² da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, a coleta seletiva – separação dos resíduos orgânicos e inorgânicos; o tratamento de compostagem para produção de húmus, produto utilizado para adubar o roçado; a escolha e uso eficiente de técnicas ambientalmente saudáveis como a permacultura – bioconstrução e banheiro seco são medidas alternativas que foram aprendidas e estão sendo praticadas na aldeia, devido à ausência de saneamento básico no local.

Embora exista na aldeia *Tabaçu Reko Ypy* a separação do lixo seco e úmido, recomenda-se ao visitante se responsabilizar pelo o que consome e pelo lixo que produz (embalagens – plástico e papel, principalmente). Os resíduos orgânicos são destinados ao processo de compostagem; os resíduos inorgânicos são acumulados em recipientes e deixados na entrada da aldeia, onde é coletado pela prefeitura.

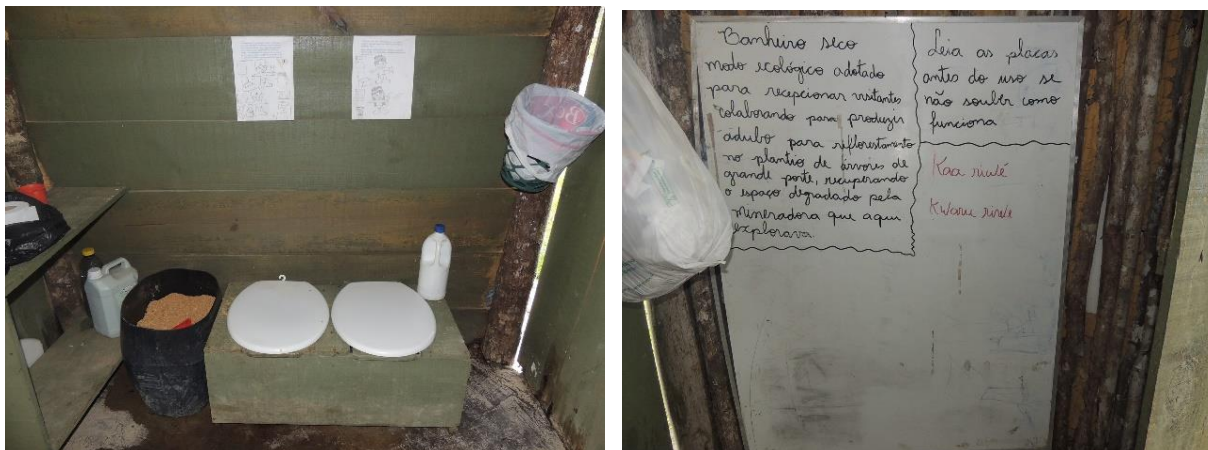
³⁹ Depoimento realizado no documentário: *Vivência na Aldeia I: Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas*, produzido pela Anarco Filmes Produções em 2013.

⁴⁰ A palavra permacultura foi cunhada por Bill Mollison & Holmgren em meados dos anos 1970 e definida da seguinte maneira: permacultura são paisagens conscientemente desenhadas que reproduzem padrões e relações encontradas na natureza e que, ao mesmo tempo, produzem alimentos, fibras e energia suficientes para prover as necessidades locais. As pessoas, suas edificações e a forma como se organizam são questões centrais para a permacultura. Assim, a visão da permacultura de uma agricultura permanente ou sustentável evoluiu para uma visão de uma cultura permanente sustentável. Inserida neste contexto a permacultura é fundamentada nos seguintes princípios éticos: cuidado com a terra (solos, florestas e água); cuidado com as pessoas (cuidar de si mesmo, parentes e comunidade) e; partilha justa (estabelecer limites para o consumo e reprodução, e redistribuir o excedente) (HOLMGREN, 2007).

⁴¹ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 11 de abr. de 2015.

⁴² Entrevista realizada com *Ború, Itá Mirim e Nhantze* concedida à Cássia Praeiro em 08 de jun. de 2015.

Figura 10 – Banheiro seco da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, *Itanhaém-Peruíbe*, SP.



Fonte: Cássia Praeiro, 2016.

Figura 11 – Separação do lixo da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, *Itanhaém-Peruíbe*, SP.



Fonte: Cássia Praeiro, 2016.

Com relação a sua moradia, conforme constatado nesta pesquisa, os indígenas possuem ciência sobre a sua construção tradicional, as casas de palha. Porém, em seu território não há matéria-prima disponível o suficiente e tão logo esta folhagem se desgasta, em comparação ao barro, o qual possui maior resistência as erosões. “Esse tipo de construção exige manutenções frequentes e oferece baixa qualidade de vida para as crianças”⁴³. É importante enfatizar que, eles não deixaram de praticar as suas construções tradicionais, mas a mescla de novas técnicas funciona como algo alternativo em determinadas situações no espaço contemporâneo.

⁴³ Itá Mirim em entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

Sabe-se que esta nova organização não se encaixa nos parâmetros de pensamento radical sobre estar ou não inserido por inteiro em uma determinada cultura. Esse fato coloca uma questão importante: a mudança social. As culturas tradicionais não são estáticas, muito pelo contrário, elas estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que denominamos de *pequena produção mercantil* (DIEGUES, 2004, p. 41).

A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos (DIEGUES, 1983). Dasmannir (1988) também assinala que povos que sofreram mudanças sociais e tecnológicas estão organizando-se para reconquistar ou manter sua identidade cultural e seus territórios ancestrais.

O resistir à invisibilidade é um resgate cultural. Com relação ao processo de autoafirmação da identidade étnica, Luciano (2006) alega que, tal aceitação resultou na recuperação da autoestima dos povos indígenas perdida ao longo dos séculos. Este fenômeno chamado etnogênese reivindica o reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades. Por outro lado, assumir a identidade indígena, no caso dos povos emergentes, não acarreta apenas benefícios, mas enseja também um pesado ônus, pois, segundo Bartolomé (2006):

Recuperar uma identificação estigmatizada pela discriminação social não é um processo pessoal ou social simples, isento de conflitos existenciais. Não se trata de um romantismo nostálgico, do qual só se esperam resultados gratificantes, mas da adoção deliberada de uma condição tradicionalmente subalterna, à qual se pretende imprimir uma nova dignidade. Isto pressupõe uma atitude contestatória e de desafio diante da sociedade majoritária em que se gestou o preconceito (BARTOLOMÉ, 2006, p. 56).

Uma vez estabelecido o convívio e à medida em que as relações se amiúdam e se estreitam, os índios se veem submetidos a uma série de desafios, todos eles conducentes a transfigurações sucessivas no seu modo de ser e de viver. Nenhuma

oportunidade lhes é dada de preservar seu substrato biológico, sua sociedade e sua cultura em sua forma original.

Os desafios cruciais com os quais se defrontam são os de resguardar sua sobrevivência como contingentes humanos seriamente ameaçados de extermínio; o de resguardar na medida do possível, sua identidade e autonomia étnica, a fim de não se verem abruptamente subjugados por agentes da sociedade nacional, a cujos desígnios tenham de submeter seu próprio destino. E, finalmente, o de assegurar a continuidade de sua vida cultural, mediante alterações estratégicas que evitem a desintegração do seu sistema associativo e a desmoralização do seu corpo de crenças e valores (RIBEIRO, 1982).

4.6 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Segundo *Itá Mirim*⁴⁴, é comum haver conflitos internos nas aldeias sobre divergências ideológicas, inserção de novos costumes, desinteresse ou discórdia sobre as tradições, desorganização e, às vezes, até mesmo sobre o seu modo de se vestir. Há, em alguns casos, corrupção e dependência química também. Com relação aos vícios – alcoolismo e demais drogas ilícitas, principalmente o *crack* - as famílias tentam controlar a situação, porém, não obtêm sucesso e este fato se mantém em estado grave pois se trata de algo que se alastrou e continua se alastrando por diversas aldeias e etnias da região.

Essa autodestruição se dá pelo fato de indivíduos que não pertencem a aldeia oferecerem ou proporem atividades de escambo, estimulando assim, a troca de bebidas por favores praticados pelos indígenas. Por tais razões e outras que se referem à educação do povo brasileiro, existe uma opinião generalizada, acompanhada de um pré-julgamento nos quais muitas pessoas rotulam os indígenas como indivíduos preguiçosos, ‘vagabundos’, violentos, dependentes químicos e ‘cachaceiros’.

Este preconceito é confirmado por *Itá Mirim*⁴⁵, quando relata que:

Certas vezes, quando costumávamos ir as escolas para ministrar palestras, na hora do lanche, as crianças xingavam e jogavam lixo na gente. Era muita humilhação. Por esta razão, hoje trabalhamos com as atividades da vivência na aldeia, pois assim, só visita realmente quem tem interesse em conhecer a nossa cultura e, os visitantes terão de respeitar o nosso ambiente e os nossos costumes (ITÁ MIRIM, 2014).

De acordo com Ribeiro (1982), várias são as causas que contribuem para a marginalidade sócio psicológica das aldeias indígenas, ao entrarem em contato com a civilização. Segundo o autor, os fatos que considera mais importantes nesta questão:

⁴⁴ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

⁴⁵ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

- o engajamento compulsório dos índios em nosso sistema econômico, para cuja competição não estão preparados e que só lhes pode assegurar um padrão de vida ainda mais miserável que os dos mais pobres seringueiros, lavradores ou vaqueiros; isto é, condições de vida que dariam cabo de qualquer população;
- a traumatização da cultura tribal ao impacto com uma sociedade dotada de equipamento material esmagadoramente superior, que assume tamanho prestígio aos olhos dos índios que determina um colapso no corpo de crenças e de valores através dos quais eles explicam o mundo e seu lugar nele e encontram motivo para viver e amar a existência (RIBEIRO, 1982, p. 213).

Até 1999, a assistência à saúde dos índios era atribuição da Fundação Nacional do Índio – Funai, em consonância com o Estatuto do Índio. Naquele mesmo ano, após inúmeras reuniões com lideranças indígenas e Organizações Não Governamentais - ONGs, a responsabilidade sobre a saúde indígena foi passada por decreto presidencial para a Fundação Nacional da Saúde - Funasa, órgão do Ministério da Saúde, sob a justificativa tecnocrática de que saúde indígena, embora devesse ser cuidada com a devida especificidade, era para ser tratada pelo ministério próprio (FUNAI, 2016).

Em 2010, criou-se, via medida provisória, uma secretaria especial para a saúde indígena, a Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai, inserida dentro do organograma do Ministério da Saúde. O período de transição da Funasa para Sesai se arrastou por mais de um ano, só sendo instalado no governo seguinte (SESAI, 2016).

Os índios sofrem com o atendimento, o traslado para hospitais, a indiferença das equipes médicas, os tempos de recuperação. Eles reclamam, invadem as sedes regionais, exigem a presença do secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai (GOMES, 2012). E, segundo relatos da comunidade, a Funai junto a Sesai não proporcionam assistência alguma com relação aos trabalhos de saúde, conscientização e prevenção para tais problemas. Existe um grande descaso por conta destes órgãos e, na escola urbana, os projetos, estudos e informações referentes a dependências químicas e demais assuntos relacionados a saúde são

bem defasados. *Itá Mirim*⁴⁶ relata que pouco se fala, pouco se participa sobre esta precariedade.

Entre tantas desavenças o maior conflito para os *Ñandeva* da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* se refere a não aceitação de seus próprios parentes que habitam outras aldeias. Seus familiares rejeitam o seu modo de vida e assim, se tornam alvo de críticas e chacotas. Muitas famílias que frequentam as igrejas locais e a escola urbana os censuram, principalmente pelo fato de não usarem roupas. A escola urbana também interfere um pouco nesta questão. Já a Funai, a Sesai e a Prefeitura os respeitam, relatam *Itá Mirim* e *Nhantze*⁴⁷

Embora, todos tenham a liberdade de escolher e de praticar a religião que decidirem, os indígenas da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* não permitem que nenhuma igreja se instale em seu território, pois sabem o quanto isso interfere consideravelmente em sua cultura e comportamento cotidiano. Pode-se dizer que todos os índios convertidos ao cristianismo, seja na versão católica, seja nas evangélicas passaram necessariamente por um período de liminaridade em sua fé original motivada pela perplexidade e, conseqüentemente, pela incerteza sobre o valor de suas convicções culturais (SCHADEN, 1967). Na verdade, os indígenas sabem que, desde sempre a grande experiência que os índios tiveram com a religião católica foi mais de ordem social do que propriamente religiosa (GOMES, 2012, p.66).

⁴⁶ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

⁴⁷ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

4.7 A PROPOSTA DO TURISMO ÉTNICO DA ALDEIA TABAÇU REKO YPY

Itá Mirim deu início as suas atividades socioeducativas, de resgate e resistência a cultura indígena, em 2004, quando ainda fazia parte da aldeia *Piaçaguera*. Devido aos conflitos internos, os seus projetos não chegaram a gerar frutos.

Desde 2004 iniciamos um trabalho de fortalecimento tradicional do nosso povo. São muitos os obstáculos para conseguirmos alcançar nossos objetivos, mas com a união de alguns líderes jovens e anciões estamos em busca desse fortalecimento. Dentro desse propósito nasceu a junção de fortalecimento e geração de renda para a auto sustentabilidade das famílias indígenas que, sempre de modo precário e sem valorização, comercializam seus artesanatos, palmito, plantas ornamentais e medicinais em feiras e praças (VIVA OKATUR, 2015).

Fundar a aldeia *Tabaçu Reko Ypy* permitiu que os indígenas colocassem em prática os seus projetos de valorização a vida, de resgate cultural além de favorecer a busca de recursos financeiros por meio da educação socioambiental junto ao turismo étnico. A dedicação à educação é uma forma de captação de recurso financeiro para auxiliar em algumas despesas necessárias e também é uma maneira de se trocar conhecimentos.

Os visitantes têm a oportunidade de vivenciar um novo modelo de vida, conhecer um pouco sobre a sua história, sobre algumas lendas, músicas, arte, língua e filosofia, ou seja, o visitante tem a oportunidade de perceber – de uma maneira superficial - sobre o cotidiano da comunidade que se baseia no resgate do fortalecimento da cultura *Tupi-Guarani*, com suas ocas tradicionais alinhadas na forma circular, a futura casa de reza, as rodas de canto e danças, os contos de história na fogueira, os utensílios tradicionais e artesanatos.

Para os *Nãndeva*, trata-se de uma relação na qual seus ensinamentos são transmitidos com o intuito de serem respeitados e, de certa forma, dizem conhecer um pouco mais sobre outras culturas. O povo da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* diz se sentir mais estimulados a cuidar da aldeia, e de tudo que a complementa, quando estão em fase de organização para receberem os visitantes para as atividades e

vivências, tal fato move os integrantes da aldeia a cuidarem do seu espaço, buscar matéria-prima para a produção de seus artesanatos e tintas naturais.

Para tanto, as atividades desenvolvidas e aplicadas na aldeia *Tabaçu Reko Ypy* têm como meta, visão e objetivo:

Arquitetura, manuseio de matérias primas, plantio, horta, criação de peixe, oficina de artesanato, visitação turística, museu histórico, esporte, lazer;

Encontros indígenas para incentivar as práticas tradicionais, a fim de fortalecer a raiz tradicional, combatendo a exposi o   dependência química,   marginalidade e o alcoolismo;

Possibilitar principalmente aos jovens o aumento de sua autoestima e o orgulho de se autodenominar indígena;

Resgatar a língua indígena para os que não falam fluentemente, e com isso combater a discrimina o sofrida por parte de grupos indígenas de língua próxima que ca oam e não os reconhece como irmãos (VIVA OKATUR, 2015).

O turismo tem, de fato, o potencial de colaborar com a prote o e a conserva o do meio ambiente, e também com a conseqüente melhoria e manuten o da qualidade de vida das comunidades receptoras. Porém, por outro lado, se não houver preparo e planejamento, os aspectos negativos se farão not rios de imediato. A descaracteriza o de uma comunidade tradicional, como conseq ncia do turismo não planejado e não inclusivo, refletir  em como essa comunidade irá se relacionar com o ambiente e com os recursos naturais disponíveis a sua volta (SNPT, 1997).

Com rela o ao combate ao preconceito e a discrimina o, o intercâmbio cultural promovido pela atividade turística pode proporcionar ao visitante uma percep o sobre uma outra maneira de se viver. Esta experiência visa favorecer a capacidade de compreensão e o respeito às diferenças (SNPT, 1997). Porém, cada pessoa em contato com a comunidade a interpretar  de uma determinada maneira e o seu nível de intera o com as pessoas e com os símbolos indígenas durante as vivências dependerá de uma série de fatores, entre eles a abertura para uma nova cultura (RABINOVICI; JULIANO, 2010, p. 221).

Diante de outros objetivos mencionados por *Itá Mirim*⁴⁸, nota-se a grande preocupação em incentivar as práticas tradicionais, o resgate e o estímulo à autoestima de seu povo.

Para tanto, segundo a SNPT (1997), o turismo pode ajudar a estimular o interesse dos moradores por sua própria cultura, tradições, costumes e patrimônio histórico, uma vez que, os elementos culturais de valor para os turistas sejam recuperados e conservados, para que assim possam ser incluídos na atividade turística.

Para Tarlombani (2002), o turismo pode contribuir para renovar o orgulho das populações residentes no concerne a sua cultura, quando elas observam que os turistas mostram interesse e têm desejo de aprender sobre a mesma. Desta forma, este cruzamento cultural entre turista e residente representa uma troca em que um aprende a cultura do outro. E por isto pode conduzir à compreensão mútua, à aceitação do outro a relacionamentos respeitosos entre as pessoas de diferentes vivências culturais.

A afirmação da identidade étnica de uma comunidade é a base de sua organização, de sua relação com outros grupos e de sua ação política, sendo que a maneira pela qual os grupos definem sua própria identidade depende de uma série de fatores determinados endogenamente e que também tenha relação com a sua ancestralidade comum, seja a estruturas políticas e sociais e/ou a elementos linguísticos e religiosos (SILVA; CARVALHO, 2008).

Essa etnicidade, quando explorada pelo turismo, busca no passado um conjunto de símbolos que serão atualizados no presente. A partir dessa perspectiva, ela atua enquanto ideologia, cimentando práticas e pensamentos do grupo social, dando margem aos conceitos de “lealdade ao grupo” e “identidade local” (SANTOS, 2007, p. 13).

Embora diversos autores como Pelegrino Filho (1993) e Cardozo (2006, p.100), aleguem que é possível se fazer turismo de maneira equilibrada de forma que o processo e a aplicação não descaracterize a tradição local e, assim como existem situações em que as minorias étnicas têm manejado o uso do turismo como uma ferramenta para afirmar a sua identidade; outros autores como Santana (1997), argumentam que, inevitavelmente os defensores da cultura local sofrem sim,

⁴⁸ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

impactos danosos provocados pelo turismo. Também é necessário reconhecer que o número exagerado de visitantes pode levar a deterioração do local, comprometendo assim a atividade turística. Tal fato favorece o crescimento da violência, aumenta-se o consumo de água e luz, diminui-se o estoque de alimentos e aumenta-se a produção de lixo (SNPT, 1997). O turismo, no entanto, não é o único a provocar estes impactos e transformações. Geralmente é acompanhado pela chegada da eletricidade, de aparelhos televisivos entre outros, por vezes muito mais frequentes e responsáveis por mudanças e transformações nos hábitos da comunidade.

A líder *Itá Mirim*, em vídeo publicado em meados de 2010⁴⁹, quando ainda pertencia a aldeia *Piaçaguera* reconhece sobre a aculturação de seu povo e que tal fato é um desafio a ser enfrentado. Mesmo diante desta situação específica, vale ressaltar que muitas aldeias indígenas inseridas neste contexto, não estão necessariamente se autodestruindo, mas sim, se transformando. Porém, a imprudência desenfreada no campo da política de uma sociedade indígena pode transformar comunidades reais, em pseudo-comunidades, a fim de gerar atenção turística apenas (MACCANNELL, 1976).

Com relação ao incentivo a revitalização de costumes e tradições locais, o artesanato, os rituais e danças ao redor da fogueira, a língua praticada entre os nativos, os jogos indígenas e os ensinamentos ditos por entre as trilhas e durante as atividades propostas são os destaques ocorridos durante as vivências na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Nota-se que, o turismo indígena tem a capacidade de potencializar a cultura local, principalmente no que diz respeito aos elementos ligados à dança, ao artesanato e à pintura, ao canto e à reza, à língua nativa, às bebidas e comidas típicas, à agricultura, entre outros aspectos. Além disso, possibilita novas formas de subsistência (JESUS, 2012).

Faria (2005) argumenta que os artesanatos indígenas devem ser incentivados e valorizados. Na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, a venda destes artefatos⁵⁰, contribui tanto para o aperfeiçoamento da arte quanto para a geração de renda das famílias da

⁴⁹ Vídeo: *Kangwaá*, cantando para *Nhanderú*. Projeto desenvolvido junto aos indígenas *Tupi-Guarani* das aldeias Bananal, *Nhamandu Mirim* e *Piaçaguera* do Litoral Sul de São Paulo. Realização: Abaçáí Cultura e Arte (2010).

⁵⁰ Brincos, colares, pulseiras, instrumentos musicais como maracá, tambores e apitos, machadinhas, arcos e flechas, dentre outros objetos decorativos.

comunidade indígena. Porém, a matéria-prima para a produção do seu artesanato ainda é escassa, pois para que seja possível coletar sementes e outros materiais são necessárias longas caminhadas por trilhas até a vegetação mais densa, próximo a serra, informa os líderes da aldeia⁵¹.

Para Luíndia (2007), quando as formas simbólicas dos indígenas são metamorfoseadas em atrativos, as mesmas trazem em si uma carga de reinvenções que trazem significados tanto para os donos das manifestações quanto para os apreciadores. Neves (2011), ao analisar o artesanato dos Coroas Vermelha percebeu que o seu significado pode variar de arte a *souvenir*, portando concepções locais como: memória, tradição, um patrimônio a ser lembrado ou até mesmo um instrumento de comunicação. Eles vendem para o turista aquilo que seria a lembrança dos Pataxó da Bahia, sendo então apresentado como um *souvenir* a ser utilizado como lembrança de uma viagem capaz de se inserir na agenda típica de uma viagem a um destino turístico.

Por outro lado, o artesanato vendido também tem o poder de contar a história de um povo, sendo que esta história pode ser relembada e narrada várias vezes pelos diversos lugares do mundo. Desta maneira, o artesanato se torna um instrumento de comunicação, um modo de se manifestar e mostrar ao turista a memória não só da sua arte, mas de suas lutas, resgates e resistências (NEVES, 2011).

Sobre o combate à dependência química, *Itá Mirim*⁵² informa sobre a gravidade deste problema que se alastra pelas diversas aldeias da região, uma vez que, os indígenas se aproximam cada vez mais de outras culturas. Segundo a SNPT (1997), o crescimento do comércio de drogas em áreas turísticas é um exemplo bastante eloquente deste ponto. Seu enfrentamento é importante para a manutenção do vigor do turismo local.

Em entrevista para a revista Brasil Indígena⁵³, a antropóloga Carmen Junqueira⁵⁴ discorre sobre a importância em se praticar um turismo étnico organizado junto a comunidade indígena do Parque Indígena do Xingu.

⁵¹ Ború, *Itá Mirim* e *Nhantze* em entrevista concedida à Cássia Praeiro em 11 de abr. de 2015.

⁵² Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

⁵³ Revista Brasil Indígena. Publicação trimestral editada pela FUNAI, 2006.

⁵⁴ Carmen Junqueira, antropóloga e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O turismo não pode ser aleatório. Não pode ter nem drogas, nem lixo. Tem de ser profissional. Outro ponto importante é a participação de toda a comunidade, por meio de representantes. As decisões não devem ficar restritas a um grupo pequeno de grandes líderes. O lucro deve ser bem dividido. Para o turista, é preciso fazer algumas coisas também – primeiros-socorros, pessoas capacitadas para este tipo de atendimento, verba para a reposição de medicamentos. Isso tudo só se consegue com oficinas. Ainda assim, seria necessário ter uma pessoa “volante”, que fosse às aldeias de tempos em tempos para observar o andamento do projeto. Esse tipo de acompanhamento é necessário (JUNQUEIRA, 2006).

Doria (2004), sugere que o ecoturismo pode concretizar benefícios a gestão ambiental local e ao mesmo tempo estimular a criação de novas áreas de conservação. Segundo a autora, este benefício ocorre em São Jorge do Alto Paraíso, no estado de Goiás, com a implantação de outras novas Reservas de Patrimônio Particular Natural.

Para o caso da América Latina, o ecoturismo representa uma atividade de importância inquestionável, já que contribui com a promoção do desenvolvimento econômico e social das localidades. A diversidade de ecossistemas, ainda pouco explorados, concede novas alternativas de melhorias tanto econômicas quanto sociais para as populações envolvidas (FACO; NEIMAN, 2010).

Segundo Luíndia (2007) em seu livro ao se referir em sua obra a Smith (2000), Weshe & Drumm (1999) e Colvin (1994) sobre os projetos de ecoturismo desenvolvidos por grupos indígenas do Equador, o turismo acarreta inúmeras implicações. Entre elas, a maioria das iniciativas dos benefícios econômicos podem ocorrer mediante a oferta de postos de trabalho, melhora nos serviços essenciais e impactos e incentivos na diversificação de renda. No entanto, sua concretização só se dá através de algumas condições: controle, gestão comunitária e envolvimento das comunidades em todas as etapas de planejamento e operação, base prévia organizativa e capacitação efetiva dos comunitários.

Little (2002) afirma que, para existir efetividade em um processo de etnodesenvolvimento local é necessário que o grupo a ser analisado possua também autonomia cultural. Esta, por sua vez, deve estar respaldada em três pilares: 1) político – no qual as políticas públicas devem ser descentralizadas e adequadas aos grupos étnicos; 2) econômico – neste enfoque os atores devem desenvolver práticas produtivas que mantenham seu abastecimento para

sobrevivência e excedentes para comercialização e geração de renda; 3) simbólico – é necessário ter controle sobre os conhecimentos científico e os processos educativos a fim de preservar os conhecimentos tradicionais.

O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. É no nível local que começa o processo de construção da autogestão étnica (LITTLE, 2002, p.40).

Um exemplo de parceria com organizações a fim de alcançar o desenvolvimento justo local e construir alternativas de renda entre os povos tradicionais – indígenas, seringueiros e agricultores familiares – foi a ação conjunta com a organização Pacto das Águas⁵⁵. Este projeto foi desenvolvido e aplicado nas TI *Erikptsá, Japuíra* e *Escondido*, no noroeste de Mato Grosso, no período de 2007 a 2010. Entre as atividades desenvolvidas neste projeto, estão a reativação da produção de borracha de seringueiras localizadas nestas regiões, coleta de castanha, formação de agentes multiplicadores de conhecimento, indígenas e não-indígenas, o acompanhamento técnico para a incorporação de boas práticas de manejo às atividades produtivas e a certificação orgânica dos produtos extrativos, além do apoio para a comercialização de produtos florestais pelos próprios povos tradicionais. A educação ambiental voltada para a conservação dos recursos naturais e para gestão ambiental e territorial também foram atividades somadas ao fortalecimento de tais lideranças e associações (ABONG, 2013).

De acordo com a ABONG (2013), parcerias são necessárias, pois empresas, agências, ONGs ou qualquer outro coletivo capaz de se responsabilizar pela captação de recursos financeiros, apoio técnico, transporte e logística, materiais de

⁵⁵ A Organização Pacto das Águas é uma entidade sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP, que tem como proposta garantir alternativas de geração de renda às comunidades da Amazônia apoiando a estruturação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade já utilizados pelas comunidades, assim como de outros potenciais existentes em suas terras. O extrativismo legal e sustentável valoriza a floresta em pé, além de ser uma eficaz estratégia de gestão ambiental e territorial que possibilita a geração de renda para o sustento das famílias e comunidades, valorizando os modos de vida tradicionais e seu protagonismo social (PACTODASAGUAS, 2016).

promoção e comercialização fazem a diferença. Segundo Luíndia (2007), sem apoio, tais comunidades sofrem fortes pressões competitivas de outras comunidades que possuem parcerias com agência de turismo e que oferecem condições para competirem com o mercado pois possuem capacitação em gestão administrativa, marketing, estratégias de vendas e publicidade. Estes são fatores importantes a se analisar e que podem colaborar com um programa de turismo étnico mesmo que este não seja algo ambicioso, ou seja, que não tenha a intenção de se tornar um turismo de grande escala.

Para tanto, se faz necessário haver parcerias honestas, cujo objetivos entre os parceiros estejam alinhados e em sintonia. Caso contrário, como argumentado nas pesquisas de Luíndia (2007) haverá conflitos, divergência de ideias e valores, danos territoriais e culturais, além dos lucros econômicos não serem distribuídos de maneira igualitária, como ocorre com os Pataxó, na Bahia, na Reserva de Mata Atlântica - Costa do Descobrimento. Nota-se que tal questão é delicada.

Segundo Juliano e Rabinovici (2010), os projetos de turismo desenvolvidos em comunidades indígenas vêm demonstrando que a falta de parcerias e de articulação se constitui como um dos fatores-chave de insucesso.

Os indígenas da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* possuem ciência, discernimento e liberdade de escolha e opinião sobre o turismo étnico. Eles discutem por meio de reuniões entre todos da comunidade e avaliam juntos sobre os diversos aspectos relacionados aos impactos e as possíveis interferências e, para tanto, buscam sempre tomar cuidado para que este tipo de atividade não os prejudique.

4.8 A ORGANIZAÇÃO DO TURISMO ÉTNICO NA PRÁTICA COM O POVO ÑANDEVA

Esta pesquisa se inicia com o povo *Ñandeva* da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Ocorreu a participação em uma vivência no ano de 2013, cuja finalidade era mostrar ao visitante um pouco sobre o seu cotidiano e costumes e, através disso, obter renda financeira para investir em estruturas necessárias ao melhoramento das condições atuais. Este evento foi promovido em parceria com a Agência de Monitores Ambientais - AMA Ecoturismo, instituição que organizava e divulgava os eventos desta comunidade. O povo *Ñandeva* desenvolve e pratica o turismo étnico esporadicamente. Esta atividade serve a eles como uma ferramenta de apoio à geração de renda alternativa na busca de melhores condições de vida em prol da recuperação do seu território que foi gravemente degradado pela atividade de mineração e também visa obter um auto sustento que colabore com o resgate das suas tradições.

Conforme informado pela liderança da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*⁵⁶, esta iniciativa se deu através dos idealizadores indígenas *Itá Mirim*, *Morubixaba* e *Nhantze* em parceria com a AMA Ecoturismo, quando ainda faziam parte da aldeia *Nhamandú-Mirim*. Devido a divergência de ideologias no que se refere ao projeto de resistência e resgate as tradições indígenas, ocorreu então, em 2012 uma separação interna, ou seja, os indígenas que eram a favor de colocar em prática as ideias relacionadas ao turismo étnico em prol da etnoconservação saíram da aldeia *Nhamandú-Mirim* e fundaram a aldeia *Tabaçu Reko Ypy*.

As vivências eram divulgadas através de uma página em rede social pela AMA Ecoturismo. A participação consistia em enviar e-mail à agência, efetuar a inscrição e contribuir com R\$30,00 (trinta reais) – taxa de inscrição. Existe um limite de inscritos, totalizando no máximo 30 pessoas por vivência. Após a efetivação da matrícula, o participante recebe via e-mail os seguintes anexos: mapa de localização da região, instruções de como chegar até o local e sobre o que levar, mini-dicionário *Tupi-Guarani*, breve histórico da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, termo de compromisso o qual deve-se levar preenchido e assinado e, por fim, um

⁵⁶ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

questionário de percepção ambiental que deve ser preenchido e enviado via correio eletrônico antes do evento.

De modo geral, a Vivência na Aldeia se baseia em expor aos visitantes – através de diálogo, rituais de pintura, cantos e encenações⁵⁷ um ‘resumo’ sobre os seus costumes e tradições. O grupo também conta sobre a sua história, o porque estão lá sob aquelas condições, quais são os seus desafios e objetivos com relação a proposta de turismo, a importância sobre a resistência e resgate cultural. Também, em alguns momentos ocorrem algumas atividades interativas – dinâmicas de educação ambiental – aplicadas pelos representantes da AMA Ecoturismo. No final do dia, os visitantes podem se banhar no lago e a noite, participar do *tataruçu*.

⁵⁷Na programação da vivência, esta atividade é chamada de “museu vivo”. Os indígenas contam as suas lendas através de encenações em que eles mesmo organizam.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 O TURISMO INDÍGENA REALIZADO NA ALDEIA E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS

A seguir serão apresentados, de forma detalhada, as atividades e encontros realizados na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*.

5.2. VIVÊNCIA NA ALDEIA I

A primeira vivência aconteceu nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2013. Este primeiro encontro foi organizado pelos indígenas da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* em parceria com a AMA Ecoturismo, responsável pela divulgação do evento nas redes sociais e pelas atividades socioeducativas; a Anarco Filmes Produções, colaborou com o curta-metragem divulgando a aldeia e também o seu trabalho. Os coletivos Cultive Resistência Semente Negra, ministrou um curso teórico-prático sobre permacultura e a equipe do Hângü Cozinha Livre preparou todo o alimento vegetariano e vegano para o público. O registro deste encontro está retratado em um vídeo produzido voluntariamente pela Anarco Filmes Produções, com duração de 13:39 minutos. O curta retrata um pouco sobre as atividades e sentimentos vividos durante o projeto “Vivência na Aldeia I: Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas”.

A proposta deste projeto foi a de partilhar com os visitantes a história e o estilo de vida dos indígenas, unindo algumas atividades de interpretação e sensibilização ambiental. Também foi possível aprender sobre algumas técnicas de permacultura – bioconstrução (técnicas em *superadobe* e pau-a-pique) – para a construção de duas casas no espaço contemporâneo da aldeia. Esta vivência contou com a participação de cerca de oitenta pessoas – entre todos os envolvidos (indígenas, visitantes e coletivos).

A organização das ideias e propostas surgiu por meio de reuniões entre indígenas e parceiros. Embora os indígenas quisessem uma atividade mais focada a sua realidade de vida, onde pudessem mostrar inteiramente sobre a sua cultura,

abordando assuntos relacionados a sobrevivência na mata e partilhar a sua culinária com os visitantes, eles concordaram com a proposta pelo fato da bioconstrução, naquele momento, contribuir com o espaço contemporâneo, onde poderiam usufruir das casas que seriam construídas, uma vez que, ainda não havia praticamente nada naquele espaço, apenas algumas paredes cobertas com lonas⁵⁸. Para tanto, todos os envolvidos contribuíram de maneira mútua para a realização desta vivência, uma vez que, todos se ajudaram e puderam divulgar os seus trabalhos.

Com relação a distribuição financeira entre todos os envolvidos, os líderes da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* informaram que todo o dinheiro arrecadado das inscrições foi investido em materiais e custos, como: argila, areia, alimentos, gás de cozinha, entre outras despesas.

As informações relatadas sobre a programação da primeira Vivência na Aldeia foram transmitidas e coletadas mediante contato pessoal com alguns participantes, em diálogo posterior com o povo *Ñandeva* e também em análise do vídeo produzido. Em registros publicados nas redes sociais é possível notar alguns dos momentos vividos por todos ali presentes. Muitos visitantes fotografaram o encontro e compartilharam esta vivência nas redes sociais em *fanpage*, em grupo aberto e também em seus álbuns virtuais pessoais. A figura 12 corresponde ao registro de divulgação sobre esta vivência.

Figura 12 – Imagem de divulgação da primeira Vivência na Aldeia, realizada nos dias 23 e 24 fevereiro de 2013. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. *Itanhaém-Peruíbe/SP*.



Fonte: VIVENCIANAALDEIA, 2013

⁵⁸ Relatos de *Ború* e *Itá Mirim* em entrevista concedida à Cássia Praeiro em 16 de mai. De 2015.

Este primeiro encontro ocorreu em um final de semana, a partir das 8h da manhã, do dia 23 de fevereiro de 2013. Os quadros 1 e 2 informam sobre todo o contexto e andamento da programação:

Quadro 1 – Programação das atividades desenvolvidas no dia 23 de fevereiro de 2013, na I Vivência na aldeia: Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy. Itanhaém-Peruíbe/SP.*

PROGRAMAÇÃO (23 fev. 2013)			
I Vivência na Aldeia: Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas			
Período	Atividade	Descrição	Ministrante
Manhã	Recepção	Recepção realizada no espaço contemporâneo. Depois os visitantes seguiam para o “campo de areia” para darem início a montagem de suas barracas (figura 13).	Indígenas Parceiros
	Café da manhã	Café da manhã vegano.	Hângü Cozinha Livre
	Dinâmica	A dinâmica “quebra-gelo” consistia em formar uma roda onde cada pessoa dizia sobre algo ou alguma coisa que gosta. Quando os demais integrantes do grupo também concordavam com a opinião do colega, davam um passo para frente, quando não concordavam, davam um passo para trás. A dinâmica permitia que, ao final, todos partilhassem de um abraço coletivo (figura 14).	AMA Ecoturismo
	<i>Tatáruçu</i> Ritual de pintura	Esta cerimônia foi aplicada pelo pajé <i>Gwaíra</i> acompanhado da líder <i>Itá Mirim</i> , dentre outros indígenas que lhes davam suporte. Para tal tarefa foi utilizado Urucum, Jenipapo e carvão como matéria-prima para a produção da tinta natural (figura 15).	Indígenas
	Permacultura Teoria	Abordagem teórica sobre o conceito de Permacultura e também sobre algumas técnicas da Bioconstrução, as quais, posteriormente foram colocadas em prática (figura 16).	Cultive Resistência Semente Negra
	Permacultura Prática Bioconstrução: Pau-a-pique	As atividades práticas foram organizadas de maneira rotativa havendo a separação de quatro grupos. Cada grupo foi identificado com pulseiras coloridas - preto, verde, vermelho e amarelo e direcionados para as seguintes tarefas: G1: Coletar madeira na mata. G2: Preparar a argila para barrear a casa. G3: atividades de sensibilização ambiental. Uma das atividades aplicadas foi a trilha sensitiva, onde os participantes de olhos vendados em fila indiana. Ao final todos paravam num local próximo a uma árvore e deviam sentir e conhecer o vegetal através do tato e demais sentidos – exceto a visão.	Cultive Resistência Semente Negra AMA Ecoturismo

		<p>Depois o educador encaminhou o grupo para outro local e pediu para que todos tirassem suas vendas. A proposta final era fazer com que cada pessoa identificasse “a sua árvore”.</p> <p>G4: Organização das madeiras – coletadas pelo G1 - em coluna em prendê-las com arames, dando suporte as paredes.</p> <p>A cada uma hora decorrida de atividade, ocorria o revezamento entre os grupos para que todos pudessem participar de todas as propostas (figura 16).</p>	
Tarde	Almoço Descanso	Almoço comunitário vegano (figura 17).	Hângü Cozinha Livre
	Permacultura Prática	Retomada das atividades práticas.	Cultive Resistência Semente Negra AMA Ecoturismo
	Banho no lago	No final da tarde muitos visitantes foram para o lago onde ficaram se banhando até o anoitecer (figura 17).	Todos
Noite	<i>Mbokwerá tata</i>	Cantos e danças ao redor da fogueira – <i>tatarussú</i> . Os visitantes tiveram a oportunidade de aprender algumas curiosidades sobre a diferença dos passos de danças indígenas entre homens e mulheres (figura 18).	Todos

Fonte: Cássia Praeiro, 2013.

Quadro 2 – Programação das atividades desenvolvidas no dia 24 de fevereiro de 2013, na I Vivência na aldeia: Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy. Itanhaém-Peruíbe/SP*.

PROGRAMAÇÃO (24 fev. 2013)			
I Vivência na Aldeia: Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas			
Período	Atividade	Descrição	Ministrante
Manhã	Café da manhã	Café da manhã vegano	Hângü Cozinha Livre
	Permacultura Prática Bioconstrução: Pau-a-pique <i>Superadobe</i>	<p>Retomada das atividades práticas.</p> <p>Contudo, assim que a casa de pau-a-pique foi concluída, foi dado início e a conclusão da segunda casa - construída sob a técnica de <i>superadobe</i>.</p> <p>G1: Preparação da base da casa - enchendo grandes sacos com areia.</p> <p>G2: Construção da estrutura da base da casa fazendo uso dos sacos já preenchidos com areia.</p> <p>G3: Atividades de sensibilização ambiental na mata</p> <p>G4: Coleta de madeiras na mata.</p> <p>Revezamento a cada uma hora de atividade.</p>	Cultive Resistência Semente Negra AMA Ecoturismo
	Almoço	Almoço comunitário vegano	Hângü Cozinha Livre

Roda de contos e canções	Momento de interação. O pajé Gwaíra ensinou algumas canções e danças indígenas.	Indígenas
Fechamento	Desmontagem das barracas. Roda de encerramento e agradecimento.	Todos

Fonte: Cássia Praeiro, 2013.

As atividades ocorreram de forma dinâmica e organizada. A seguir o registro de alguns momentos como ilustração ao que foi discorrido na programação.

Figura 13 – Área de camping para os visitantes. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. *Itanhaém-Peruíbe/SP*.



Fonte: Regiane Carvalho de Moraes, 2013.

Figura 14– Dinâmica entre todos os participantes – visitantes e indígenas. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. *Itanhaém-Peruíbe/SP*.



Fonte: VIVENCIANAALDEIA, 2013.

Figura 15 – a) Ritual de Pintura com a líder *Itá Mirim* e b) Visitante recebendo a bênção do *pajé Guaíra*. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy Itanhaém-Peruíbe/SP*



Fonte: VIVENCIANAALDEIA, 2013.

Figura 16 – c) Grupo 1 coletando madeira. d) Preparação da argila para barrear as casas. e) Grupo 3 em atividades sensoriais ambientais – trilha sensitiva. f) Gradeamento pronto para receber a técnica de barreamento. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy Itanhaém-Peruíbe/SP*.



Fonte: VIVENCIANAALDEIA, 2013.

Figura 17 - g) Preparação do almoço na cozinha comunitária, (Equipe Hângü Cozinha Livre). h) Descanso e banho no lago. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: VIVENCIANAALDEIA, 2013.

Figura 18 – Cantos e Danças ao redor da fogueira *Tataruçu*. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: VIVENCIANAALDEIA, 2013.

A prática do turismo vem se tornando uma realidade cada vez mais presente na vida das comunidades tradicionais que não vislumbravam a possibilidade de ter nesse tipo de atividade uma fonte de recursos para sua sobrevivência. Conseqüentemente, constrói-se um novo segmento do mercado turístico que trabalha as potencialidades dos povos originários tornarem-se reconhecidos como importantes na sociedade contemporânea (FORTUNATO; SILVA, 2011).

A proposta em oferecer uma vivência de interação coletiva em meio a um ambiente natural entre diferentes culturas proporciona aos visitantes mais que uma simples atividade de lazer. Esta vivência se relaciona com a Educação Ambiental - EA no que se refere a interpretação ambiental e também a sensibilização (NEIMAN et al., 2010).

Segundo Pedrini (2007), as trilhas interpretativas vêm sendo usadas essencialmente para práticas de sensibilização e interpretação ambiental, ou seja, resume-se basicamente a difusão de informações sobre o ecossistema local.

De acordo com Geerdink e Neiman (2010), ainda assim, mesmo de maneira básica ou superficial, a interpretação ambiental é um processo de grande importância, uma vez que, possui um foco especial na experiência do visitante, de modo a garantir maior integração deste com o meio ambiente, fazendo com que a vivência seja a mais completa e proveitosa possível. E a sensibilização pelo contato com a natureza possibilita uma reflexão sobre o próprio sentido existencial do ser humano, bem como sobre sua relação com o mundo, a partir do aguçamento e ampliação das percepções, ou seja, o fato de o ser humano perceber-se vivo e participante em meio à natureza pode contribuir plenamente para os objetivos da conservação (NEIMAN; RABINOVICI, 2008).

A sensibilização ocorre praticamente durante toda a visita, com a AMA Ecoturismo durante as atividades de EA, em momentos de lazer no lago e nas conversas com os indígenas. De acordo com a SNPT (1997), promover a sensibilização dos turistas para as questões ambientais, amplia a percepção da realidade e contribui para a conservação e proteção do ambiente visitado, ou seja, torna-se uma responsabilidade compartilhada.

Figura 19 – i) Equipe preparando a base da casa utilizando a técnica do *superadobe*. j) Participantes barreando as paredes da casa. k) Casa de *superadobe* pronta. l) Visitantes seguindo para o espaço tradicional da aldeia. m) Encenação indígena – Museu Vivo. n) Roda de encerramento



Fonte: VIVENCIA NA ALDEIA, 2013.

No vídeo supracitado o representante da AMA Ecoturismo, *Morubixaba Ború* e a mãe *Nhantze*, Dora, senhora da aldeia, relatam:

A troca aqui é bem dinâmica, ocorre a troca do pessoal que está vindo conhecer e que também nos ensina algo, e a troca com os indígenas que tem muita coisa interessante a nos oferecer. Essas atividades de sensibilização e de educação ambiental é uma educação prática, onde

ocorre interações. Eu sou apenas um facilitador que organizo as atividades (AMA ECOTURISMO⁵⁹, 2013)

É uma coisa inexplicável que está acontecendo, em 23 anos que moro em aldeia nunca vi nada igual. Eu acho que é uma experiência nova para os indígenas estar a par destas duas técnicas que vocês estão passando pra gente, que é o superadobe e do pau a pique. A permacultura pode ser uma opção em prol deste tempo de recuperação (MORUBIXABA⁶⁰, 2013).

Hoje em dia a maioria do povo não-indígena tem muito preconceito e acham que o índio não é capaz. Esse encontro é muito bom, pois eles estão conhecendo um pouco sobre a nossa cultura, nossos costumes, nosso jeito de viver dentro da mata e nosso conhecimento. Estamos passando por dificuldades que eles não devem saber. A gente não esperava essa troca de ideias, de conhecimento tanto da nossa parte como da parte de vocês, me sinto muito feliz mesmo, de coração (NHANTZE, 2013⁶¹).

Segundo Araújo e colaboradores (2013), a EA e o ecoturismo deveriam formar parcerias e caminharem juntos na busca de um desenvolvimento local com base sustentável. Dentro deste contexto, Silva, Rabelo e Rodriguez (2011) citam a permacultura como uma das possíveis ferramentas alternativas, capaz de oferecer desenvolvimento para uma gestão que possibilite a evolução de suas atividades econômicas sustentáveis, beneficiando assim todos os integrantes da comunidade.

Em entrevista *Itá Mirim*⁶² agradece:

A gente está muito feliz, isso tá mexendo muito com a gente, pois muitos de nossos parentes muitas vezes querem deixar, abandonar, e essa união está fazendo com que as pessoas percebam que isso é bom, que o nosso jeito de ser é gostoso de sentir. Estamos dando mais valor ainda com esse propósito de fortalecimento e vendo que toda essa união está dando mais força pra gente. Existe a possibilidade de existir um mundo melhor, considerando os seres humanos irmãos novamente, a união é possível (ITA MIRIM, 2013).

⁵⁹ Depoimento do representante da AMA Ecoturismo em documentário: Vivência na Aldeia – Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas. Produção: Anarco Filmes Produções, fev. de 2013.

⁶⁰ Depoimento do líder *Ború* (*morubixaba*) da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* em documentário: Vivência na Aldeia – Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas. Produção: Anarco Filmes Produções, fev. de 2013.

⁶¹ Depoimento de *Nhantze* em documentário: Vivência na Aldeia – Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas. Produção: Anarco Filmes Produções, fev. de 2013.

⁶² Depoimento de *Itá Mirim* em documentário: Vivência na Aldeia – Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas. Produção: Anarco Filmes Produções, fev de 2013.

Além da proposta da permacultura, interpretação do meio e sensibilização, a programação também proporcionou uma interação com os indígenas. Com relação ao ritual de pintura, *Itá Mirim*⁶³ explica que, a arte corporal não se limita, ou seja, existem diversos tipos de pintura adequadas aos momentos: realce a beleza, cotidianas, específicas para determinados rituais e celebrações.

Segundo Oliveira (2006), a arte de fazer as pinturas corporais pode ser considerada uma atividade voltada para a valorização cultural. Na população indígena *Krahô*, a tonalidade avermelhada do urucum se destaca em sua pele principalmente quando realizam os rituais e as corridas da flecha e da tora. É possível observar que, o povo *Ñandeva* utiliza muito a cor preta em seus traços artísticos corporais. Como matéria-prima utilizam o jenipapo, o urucum e, em último caso, o carvão. Se pintar é como 'se vestir' para uma determinada celebração.

Fortunato e colaboradores (2011), discorrem em sua pesquisa sobre o turismo comunitário indígena da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (AM) que, como obtenção de renda, os indígenas locais promovem danças tradicionais para apresentação aos turistas. São visitas rápidas, de no máximo trinta minutos de duração. O autor alega que, os vários grupos de turistas se limitam a observar apenas o ritual e, o contato de maior intensidade acontece somente no momento da compra do artesanato e da dança de integração onde se juntam ao grupo de índios como protagonistas do ritual. Já na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, as vivências seguem uma proposta diferente no que se refere a interação entre os participantes. Nota-se a preocupação com todos ali presentes, os visitantes têm total liberdade para conversarem com os indígenas em diversos momentos e as atividades contam com a participação conjunta – índios e não índios.

Por outro lado, indica-se que o turismo realizado nesses territórios se torna um campo de negociação, uma arena turística, na perspectiva de Grunewald (2003), em que as comunidades se modelam no processo dialógico com o mercado turístico, submetendo-se a gestão da atividade aos seus critérios e as suas visões de mundo com intuito de assegurar sua sobrevivência e saciar seus desejos no seio de uma sociedade de consumo. Tal situação torna os índios propensos a

⁶³ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

compartilhar um mundo de símbolos e significados quando aumenta o desejo de reconhecimento (FORTUNATO, 2011).

De acordo com Tarlombani (2002), a atividade turística pode representar um estímulo à conservação ou resgate da herança cultural de uma região ou localidade. Herança cultural esta que pode ser representada pela dança, música, ofícios, artes, vestimentas, costumes e tradições, cerimônias, etc., e que ocorre o risco de se perder face à massificação que caracteriza a sociedade contemporânea. Mas, se for preservada se torna, com frequência, um importante atrativo de fluxos turísticos.

5.3. VIVÊNCIA NA ALDEIA II

O segundo encontro, chamado “Vivência na Aldeia: Educação Ambiental e Tradições Indígenas” (figura 20), foi realizado no dia 09 de novembro de 2013, das 10h às 17h. Este foi o primeiro contato da pesquisadora com o povo *Ñandeva*.

Figura 20 – Imagem de divulgação da II Vivência na Aldeia, realizada no dia 09 de novembro de 2013. Aldeia *Tabaçu Rekoypy*, *Itanhaém-Peruíbe/SP*.



Fonte: VIVENCIA NA ALDEIA, 2013.

A proposta desta vivência foi a de aplicar atividades lúdicas sensoriais junto à comunidade indígena. Conforme exposto em propaganda, “o evento almeja promover a inclusão social e geração de renda da comunidade indígena, em combate ao preconceito, a discriminação de raça, de etnia e de condição econômica” (VIVENCIA NA ALDEIA, 2013).

O roteiro de atividades deste segundo encontro ocorreu da seguinte maneira, como consta no quadro 3:

Quadro 3 – Programação das atividades desenvolvidas no dia 09 de novembro de 2013, na II Vivência na aldeia: Educação Ambiental e Tradições Indígenas.

PROGRAMAÇÃO (09 nov. 2013) II Vivência na Aldeia: Educação Ambiental e Tradições Indígenas			
Período	Atividade	Descrição	Ministrante
Manhã	Recepção	A recepção aos visitantes se deu ao redor da fogueira – <i>tata ruçú</i> - localizada no centro do espaço contemporâneo da aldeia.	Indígenas AMA Ecoturismo
	Apresentação	A apresentação foi feita em tupi e, posteriormente, traduzida em português. Deram as boas-vindas e agradeceram a presença de todos. Cantaram músicas à <i>Ñhanderu</i> e explicaram sobre a dinâmica da vivência.	Indígenas
	Espaço Contemporâneo	Visita as estruturas do espaço contemporâneo.	Indígenas
	Dinâmica Trilha sensitiva	Dinâmica “quebra gelo” e depois os participantes seguiram para realizar a trilha sensitiva.	AMA Ecoturismo
Tarde	Almoço Descanso	O almoço foi realizado na escola. Venda de artesanatos.	Todos
	Trilha	A trilha foi liderada pela indígena Itá Mirim. O percurso dá acesso ao espaço tradicional da aldeia. Durante todo o trajeto, Itá Mirim abordou sobre a fauna e a flora local, a relação e o respeito entre ser humano e a natureza, e também mostrou algumas das matérias-primas vegetais para se fazer os artesanatos e tinturas produzidos pelo seu povo.	Indígenas
	Museu vivo	Chegando ao espaço tradicional todos os indígenas da aldeia – crianças, jovens e adultos - encenaram sobre a lenda indígena da <i>mandy</i> . Foi possível notar que neste local a vegetação se apresenta de maneira mais densa e exuberante, e as casas são feitas de palha posicionadas de maneira circular onde há também uma fogueira no centro, instrumentos musicais, pele de animais, acessórios e artesanatos.	Indígenas
	Banho no lago	Momento de confraternização no lago.	Todos
	Fechamento	Roda de encerramento, onde os indígenas ensinaram cantos e danças. Momento alegre e de gratidão.	Todos

Fonte: Cássia Praeiro, 2013.

Segundo Fortunato e colaboradores (2011), o turismo em comunidades caminha na perspectiva do desenvolvimento endógeno, visto que utiliza as potencialidades naturais e culturais como um bem econômico capaz de promover melhora nas condições de vida para as populações envolvidas. É possível perceber que, além das danças, com a intenção de utilizar a cultura como bem econômico, os indígenas também oferecem caminhadas guiadas pela mata, explicação sobre plantas medicinais e demonstração de algumas práticas tradicionais.

Nesse sentido, tem-se que o turismo pode proporcionar a valorização da cultura tradicional, tendo a consciência de que a mesma continua presente, porém, ressignificada pelas interações sucessivas com os turistas, que ao buscar o “índio

verdadeiro” acabam encontrando-o, pois como comenta Cohen (1988), toda vivência é uma encenação.

Para os indígenas da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*⁶⁴, as encenações são uma maneira de reviver a história ou a lenda contada, por esta razão chamam esta atividade de “museu vivo” (figuras 21 e 22). Todos da comunidade participam desta encenação – crianças, jovens, adultos e idosos.

Sobre tais fatos, Thompson (1995), discorre em seu trabalho sobre o termo revitalização das “formas simbólicas”. Neste processo os indígenas constroem suas formas simbólicas em novos contextos e os processos sociohistóricos especificamente estruturados de diversas maneiras. Quando estas formas simbólicas funcionam em contextos estruturais de apreço, elas adquirem valores: simbólico e econômico.

Se aproveitando deste conceito, Luíndia (2007), formula uma interessante hipótese argumentando que, os povos autóctones estão utilizando seus valores simbólicos para desenvolver uma alternativa de auto manejo de suas atividades. Quando as formas simbólicas dos indígenas são metamorfoseadas em atrativos, as mesmas trazem a si mesmas uma carga de reinvenções que possuem significados, tanto para os manifestantes quanto para os apreciadores.

A venda de artesanato contribui para a renda financeira da comunidade. Os *Ñandeva* produzem brincos, colares, pulseiras, filtro dos sonhos, arcos, flechas, machadinhas, esteiras, tambores, maracá e demais objetos decorativos rústicos. Como matéria-prima utilizam penas, diversos tipos de sementes, madeira, pedras e cipó.

Para Luíndia (2007), o fato dos indígenas se planejarem para exibirem e venderem as suas peças artesanais e outros elementos que definam a sua identidade é um processo de autoafirmação que também tem o poder de auxiliá-los em rendimentos financeiros. Tal fato serve para promover a visibilidade das atuais condições econômicas, socioculturais e ambientais dos indígenas.

⁶⁴ Em entrevista com os líderes da aldeia concedida à Cássia Praeiro em 27 de abr. de 2014.

Figura 21: II Vivência na aldeia. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: Cássia Praeiro, 2014.

Figura 22: Atividade do museu vivo apresentado pelos indígenas. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: Cássia Praeiro, 2014.

5.4. VIVÊNCIA NA ALDEIA III

A terceira Vivência na Aldeia demorou a acontecer por conta dos longos períodos chuvosos ocorridos na região e também por algumas dificuldades internas relacionadas a desentendimentos e divergências de ideias e ideais entre indígenas e parceiros⁶⁵, como também pela falta de matéria-prima para se produzir os artesanatos que são vendidos durante o encontro, conforme informado pelos líderes da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*⁶⁶

Esta vivência foi realizada no dia 26 de julho de 2014, das 9h às 17h e cumpriu a seguinte programação informada no quadro 4:

Quadro 4 – Programação das atividades desenvolvidas no dia 26 de julho de 2014, na III Vivência na aldeia: Educação Ambiental e Tradições Indígenas. Aldeia *Tabaçu Reko Ypy. Itanhaém-Peruíbe/SP.*

PROGRAMAÇÃO (26 jul. 2014)			
III Vivência na Aldeia: Educação Ambiental e Tradições Indígenas			
Período	Atividade	Descrição	Ministrante
Manhã	Recepção	As boas-vindas aos visitantes ocorreu no centro do espaço contemporâneo da aldeia.	Indígenas
	Espaço Contemporâneo	Visita as estruturas do espaço contemporâneo.	Indígenas
	Dinâmica Trilha sensitiva	A dinâmica “quebra-gelo” foi realizada em roda onde cada indivíduo se apresentava e depois arremessava um rolo de barbante para o outro integrante do grupo e, assim por diante, até o último participante. Ao final, todos estavam conectados entre o emaranhado de barbante que formava uma teia de ligações. Foi um momento divertido que serviu para descontrair e conhecer melhor todos os participantes. A trilha sensitiva, foi também uma dinâmica de confiança, onde todos estavam vendados, um colocava a mão no ombro do parceiro da frente que o guiava na trilha. Num certo ponto, cada indivíduo era separado em dupla ou trio e, posicionados em frente a uma árvore. A proposta neste momento envolvia sentir a árvore e seu entorno, tentando identificar a maior quantidade de informações possíveis – sentir através do tato a textura e tamanho do tronco, das folhas, das flores e raízes; sentir o perfume, dentre outros fatores em que era possível explorar através dos sentidos. Após um determinado tempo de análise, os participantes eram levados de volta ao meio da trilha e a venda dos olhos era retirada. Neste momento os participantes eram informados que teriam que encontrar a sua árvore. Como	AMA Ecoturismo

⁶⁵ Tais divergências se refere a desacordos entre distribuição justa de valores, rendas e lucros. Os indígenas também buscavam mais autonomia e participação ativa no desenvolvimento e na aplicação das atividades. Relatam sobre a necessidade de mostrar aos turistas mais sobre a sua identidade cultural, sobre a sua culinária, os jogos indígenas praticados na aldeia, o seu modo de viver em harmonia com a natureza, dialogar com os visitantes sobre os preconceitos em que os povos indígenas enfrentam, suas dificuldades e orgulhos, dentre outras atividades. Informações obtidas em entrevista concedida à Cássia Praeiro em 11 de abr. de 2015

⁶⁶ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 11 de abr. de 2015.

		fechamento para esta atividade fica a reflexão de que, embora possa parecer, nenhuma árvore é idêntica a outra, assim como ninguém é igual a ninguém, todos temos nossas particularidades.	
Tarde	Almoço Descanso	O almoço comunitário foi realizado na em uma mesa localizada no centro da aldeia. Descanso. Compra de artesanatos.	Todos
	Apresentação Cerimônia formal	A apresentação ocorreu no centro da aldeia, onde todos formaram uma roda. A líder Itá Mirim se apresentou formalmente em português e em <i>tupi</i> . Comentou um pouco sobre a sua cultura, sobre a história da aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i> e também relatou sobre as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelo seu povo. Por fim, também contou sobre o lado bom de ser índio.	Indígenas
	Trilha	Os participantes foram divididos em três grupos. Cada equipe era liderada por um indígena, que seria o monitor da trilha. Em cada ponto que passavam, durante o trajeto, era mostrado e comentado com os visitantes sobre as plantas de utilização pessoal – medicinais, pintura e artesanatos. O percurso dá acesso ao espaço tradicional da aldeia.	Indígenas
	Museu vivo	Encenação sobre a lenda indígena da <i>mandy</i> . Também houve cantos e danças. Pausa para registro de fotos e um bate-papo informal entre todos os envolvidos. Não houve banho no lago, pois embora o dia se mostrava ensolarado, a sensação térmica estava fria.	Indígenas
	Fechamento	Roda de encerramento no espaço contemporâneo, onde os indígenas ensinaram cantos e danças. Momento alegre e de agradecimento.	Todos

Fonte: Cássia Praeiro, 2014.

Na aldeia *Tabaçu Reko Ypy* as cerimônias de apresentação dos indígenas aparentam ser transparentes com o público visitante, pois contam abertamente sobre as suas propostas de atividades, falam sobre as dificuldades que enfrentam e também da importância em se manter viva as tradições de seu povo. Suas falas são arraigadas de sentimento e orgulho de suas origens. Clamam por respeito ao seu modo de vida e conservação ambiental. Querem proporcionar aos visitantes uma vivência agradável e rica em conhecimento para assim, obterem eficiência em suas mensagens em prol as das causas indígenas (figura 23).

Figura 23 – III Vivência na Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, Itanhaém-Peruíbe/SP



Fonte: RIGUETTI, 2014.

Com relação as trilhas, as vivências devem continuar sendo organizadas e controladas, a fim de conservar, preservar, proteger e recuperar os ambientes naturais locais, evitando assim, erosões e o comprometimento das fontes de água potável e das fontes de água para recreação. A poluição sonora provocada pelo excesso de visitantes também deve ser evitada, a fim de atalhar transtornos à fauna local (SNPT, 1997). Para tanto, a aldeia *Tabaçu Reko Ypy* disponibiliza 30 vagas para visitantes e, devido a isso a ocorrência do barulho não é intensa. Os turistas costumam respeitar e, quando ocorrem excessos durante as trilhas, os indígenas pedem colaboração e silêncio.

5.5. NOVAS PROPOSTAS E DESAFIOS A ENFRENTAR

Em outras visitas realizadas em abril e junho de 2015 foi possível observar e participar mais do cotidiano do povo *Ñandeva*. Percebe-se também que não ocorreram mudanças na estrutura da aldeia e nos projetos de turismo étnico. Porém, as suas atitudes e pensamentos com relação a auto sustentabilidade se encontram mais fortes e concretas.

Uma das casas que foram construídas na primeira Vivência se encontra em más condições, com a ocorrência de chuvas durante este período, algumas paredes caíram. Isso ocorreu devido ao tipo de argila inadequada que foi utilizada para barrear a casa. Devido à falta de recurso financeiro não conseguiram efetuar a manutenção destas casas que estão cobertas por lonas para se protegerem do frio e das chuvas. Também não conseguiram construir a tão almejada *Oguatsu*.

*Itá Mirim*⁶⁷ conta que, quando se inicia uma nova aldeia, o primeiro passo consiste em construir o *Oguatsu*. E para que seja possível a realização desta obra, a coleta das folhas deve ser feita em épocas e na Lua adequada, ou seja, desde a colheita até a construção da casa sagrada se praticam os rituais sagrados em todas as etapas, ao adentrar a mata, permanecer e sair dela até a sua construção final. Tal matéria-prima, a palha específica, só é encontrada em aldeias afastadas e para isso, eles dependem de recurso financeiro para contar com o transporte – carroto – alimentação para todos e demais gastos.

Tais fatos e mudanças fizeram com que os indígenas tomassem a decisão de desenvolver e aplicar os seus projetos de maneira autônoma. Essa decisão se deu pelo fato da ocorrência de alguns conflitos e decepções entre parceiros e a comunidade, uma vez que, os seus objetivos já não são mais os mesmo entre ambos. Sabe-se que, sob o aspecto ético-moral, o turismo pode conduzir a processos de exclusão social, econômica e cultural e, com isso, gerar bons resultados apenas para grandes empresas que vendem e lucram com a exploração da região (SNPT, 1997).

Os líderes indígenas (figura 24) demonstram perceber que o caminho para a auto sustentabilidade e para o resgate e fortalecimento das tradições da sua

⁶⁷ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 11 de abr. de 2015.

comunidade se dará mediante do turismo étnico, pois é a partir desta ferramenta que seu povo obterá renda financeira para estruturar toda a sua aldeia e ao mesmo tempo, partilhar sobre seus valores éticos com os visitantes que desejam conhecer a sua cultura.

Figura 24 – Reunião com os líderes da aldeia *Tabaçu Reko Yoy, Itanhaém-Peruíbe/SP* em 11 de abril de 2015.



Fonte: Cássia Praeiro, 2015.

O despertar cultural pode constituir uma experiência positiva para os moradores, dando-lhes certa conscientização sobre a continuidade histórica e cultural de sua comunidade que, por sua vez, podem se tornar aspectos que potencializem a atividade do lugar, melhorar a qualidade de vida e fomentar os valores à igualdade (SNTF, 1997).

Em junho de 2015, os indígenas da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* expuseram propostas relacionadas às futuras vivências, porém, reconhecem que não possuem domínio total com relação a técnicas de divulgação, administrativas e financeira. Para isso estão contando com o apoio de amigos para a divulgação de seus eventos, fotografias e dicas de gestão.

O turismo em territórios indígenas tem adquirido características peculiares de cada etnia, pois cada uma se encontra num estágio diferente de organização para o turismo. Vale ressaltar que, se faz notória a ausência de uma proposta concreta que viabilize sua organização (OLIVEIRA, 2006). Essa falta de assistência para projetos em aldeias indígenas também é relatada por Grunewald (2003), nas TI de Barra Velha e de Coroa Vermelha localizadas na Bahia. Segundo o autor, além da

dimensão política local, se faz necessário também pensar modelos de etnodesenvolvimento para as populações indígenas, considerando-se vários elementos: história, cultura, religião, economia, políticas públicas, relações interétnicas, fluxos culturais globais, além dos aspectos propriamente científicos e tecnológicos.

Silva e colaboradores (2011), ao abarcarem a temática da Educação Ambiental em terras indígenas por meio do turismo, são enfáticos ao afirmarem que tais ações também necessitam de um planejamento estratégico bem definido que oriente as ações da comunidade visando o mínimo de impacto possível na natureza e na cultura da comunidade indígena.

O turismo em territórios indígenas é um tema bastante controverso, em que se podem visualizar duas correntes de pensamento. Por um lado, sinaliza-se para os indígenas como vítimas da exploração do mercado turístico global, sofrendo consequências negativas, como a descaracterização cultural e a degradação do seu patrimônio natural (FORTUNATO; SILVA, 2011). Por outro, indica-se que o turismo realizado nesses territórios se torna um campo de negociação, uma arena turística, na perspectiva de Grunewald (2003), em que as comunidades se modelam no processo dialógico com o mercado turístico, se submetendo a gestão da atividade aos seus critérios e às suas visões de mundo com intuito de assegurar sua sobrevivência e saciar seus desejos no seio de uma sociedade de consumo.

5.6 I VIVA OKATUR - NHANDEREKÓ

Mesmo diante de tantos desafios, em agosto de 2015, o povo *Ñandeva*, de maneira independente, divulgou a sua primeira Vivência, agora chamada “*Viva Okatur - Nhanderekó*”⁶⁸, cuja finalidade foi receber grupos interessados para conhecer e vivenciar junto aos indígenas a sua cultura por meio de trilhas interpretativas, canto e dança, atividade esportiva tradicional, lendas encenadas, exposição de artesanatos para venda, cursos sobre povos nativos brasileiros, instruções básicas de sobrevivência na mata, segundo conhecimento indígena *Tupi-Guarani*, entre outras atividades. Esta vivência foi realizada nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2015. O quadro 5 aponta sobre a programação organizada pelos indígenas.

Quadro 5 – Programação do *I Okatur – Nhanderekó* na Aldeia *Tabaçu Reko Ypy, Itanhaém-Peruíbe/SP*.

PROGRAMAÇÃO (16 out. 2015) - SEXTA-FEIRA <i>I Viva Okatur - Nhanderekó</i>	
Horário	Atividade
16h as 18h	Recepção
19h	<i>Mandio mboipy</i> (Caldo de Mandioca)
20h	<i>Tata ruçu</i> e ritual de pintura
PROGRAMAÇÃO (17 out. 2015) - SÁBADO <i>I Viva Okatur - Nhanderekó</i>	
Horário	Atividade
7h as 8h	Desjejum
9h	Início do curso I – Nativos Brasileiros
12h	Almoço
14h	Curso II - Parte I - Conhecimentos básicos de Sobrevivência na Mata
19h as 20h	Jantar
20:30h	História ao pé do fogo e <i>mbokwerá tata</i> (fogueira da cura)
PROGRAMAÇÃO (18 out. 2015) - DOMINGO <i>I Viva Okatur - Nhanderekó</i>	
Horário	Atividade
7h as 8h	Desjejum
9h	Curso II - Continuação
12h	Almoço

⁶⁸ Nosso Modo de Viver, o Renascer da Grande Aldeia.

14h	Trilha interpretativa e apresentações tradicionais <i>Tupi-Guarani</i> .
15h	<i>Eura Tupã Nhanderu</i> [Nomenclatura dos formados guerreiros e encerramento].

Fonte: VIVAOKATUR, 2015.

A figura 25 ilustra sobre a manutenção e melhorias de infra-estrutura para receber os turistas.

Figura 25 – Construção de novas estruturas na Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, Itanhaém-Peruíbe/SP.



Fonte: VIVAOKATUR, 2015

É interessante a observação de Grunewald (2003) quando argumenta sobre a importância em se respeitar a lógica dos indígenas, mesmo quando (aparentemente) parece ser desvantajosa para seu desenvolvimento se contraposta à racionalidade da economia clássica. Não se deve subestimar a capacidade dos povos indígenas em planejar, empreender e conduzir o desenvolvimento turístico em seu território.

O fio condutor da análise baseou-se na hipótese de que, independentemente das ações fomentadas pela atividade turística, a cultura indígena sempre sofreu, e continuará sofrendo interferências e modificações - em maior ou menor grau - de ordem econômica, social, espacial, territorial, ambiental e cultural. Entende-se que o planejamento participativo do turismo junto às comunidades indígenas brasileiras pode ser instrumento de transformação e valorização de elementos culturais tradicionais na composição da atividade, além daqueles considerados “novos” ou “inventados” para a produção turística (JESUS, 2012).

Embora o valor de acesso à visita da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* tenha aumentado radicalmente neste último encontro, se faz necessário notar que os investimentos

para poderem oferecer uma vivência de duas noites e três dias, incluindo materiais didáticos, alimentação integral, *camping*, manutenção, reformas e melhoria da infraestrutura local, além de gás e outros custos, o valor cobrado por pessoa, ainda não cobriu todos os gastos. Ou seja, nesta última vivência, a comunidade ainda não conseguiu obter lucros, conforme relatado por *Morubixaba* e *Itá Mirim*⁶⁹ em janeiro de 2016. Ainda assim, dizem estarem felizes pela realização da vivência oferecida, pois se sentem vivos em poderem disseminar seus conhecimentos.

É notório perceber o quanto o povo *Ñandeva* da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* deseja buscar oportunidades e melhorias em suas terras e em seu cotidiano através de seus projetos relacionados a um perfil de turismo que possa promover um modelo de educação, conservação e desenvolvimento a toda comunidade, ou seja, buscase alcançar um etnodesenvolvimento de qualidade e coerente com suas propostas.

Sobre os impactos ambientais todo e qualquer tipo de turismo, incluindo o ecoturismo, produzem um impacto ambiental negativo, que pode ser maior ou menor. Embora o ecoturismo assuma um perfil de turismo ambientalmente sustentável, as suas práticas podem ser danosas quando exercidas de maneira inadequada em ecossistemas muito frágeis (LUÍNDIA, 2007, p. 44). Segundo a SNPT (1997), o impacto ocorre quando uma ação ou um conjunto de ações incide sobre determinado aspecto no ambiente, originando uma transformação no seu comportamento ao longo do tempo.

Diante das observações realizadas em encontros relacionados sobre o pré-desenvolvimento da programação e também durante os eventos, nota-se a dedicação e a criatividade da comunidade *Ñandeva*, em criar, desenvolver e aplicar uma programação muito interessante e fiel aos seus objetivos no que diz respeito ao combate ao preconceito e a valorização de sua cultura⁷⁰

Nas vivências anteriores a maneira em como a EA era conduzida se resumia em dinâmicas de sensibilização e interpretação do meio. Não que isso não seja importante, agrega valor e conhecimento a todos os envolvidos, mas de acordo com Pedrini (2007), para que seja possível explorar mais esta proposta é de grande valia se verificar se a EA realmente está sendo aplicada e desenvolvida durante as trilhas interpretativas ou não. Para isso se faz necessário uma avaliação por um

⁶⁹ Entrevista concedida à Cássia Praeiro em 04 de jan. de 2016.

⁷⁰ Encontros realizados em 27 de jun. de 2015.

analista ou guia capacitado em EA. Tais dinâmicas poderiam também envolver mais o povo *Ñandeva*.

Com relação as atividades de vivência praticadas até o ano de 2014, onde havia o auxílio entre parceiros externos, inevitavelmente havia de certa forma a interferência nas decisões relacionadas ao desenvolvimento e a programação das vivências. Um exemplo era a grande vontade do povo *Ñandeva* aplicar uma vivência cuja a principal proposta se referia a oferecer um curso prático de *Tõndaros*⁷¹, contendo mais momentos de diálogo e reflexões sobre a cultura indígena e também podendo oferecer a alimentação típica aos visitantes. Essa vontade foi realizada no *I Viva Okatur – Nhanderekó* onde puderam organizar e aplicar a proposta de maneira autônoma⁷².

O “curso básico de sobrevivência na mata e nativos brasileiros” ministrado por *Itá Mirim, Ború (morubixaba) e Tõndaros* resultou em um material didático informativo sobre a cultura indígena, esclarecendo conceitos como etnia, costumes, diversidade de língua, aldeias, música, danças, ritos de passagem, tecnologias e suas políticas. Este material serviu de apoio durante discussão ministrada na escola da aldeia por *Itá Mirim* no dia 17 de outubro de 2015. A atividade prática foi aplicada por *Ború* e quatro *Tõndaros* nos dias 17 e 18 de outubro de 2015. Os visitantes foram convidados a caminhar por trilhas onde durante o percurso os indígenas explicavam sobre a fauna e a flora local, curiosidades e histórias. Também foi ensinado sobre prática de sobrevivência na mata, técnicas de defesa contra animais predadores, sendo os mais comuns, a onça-pintada, o porco selvagem, serpentes e demais animais peçonhentos⁷³. Por fim, como encerramento da atividade prática, os visitantes aprenderam como construir cabanas com folhas de palmeiras.

Nhantze liderava e abençoava os rituais na fogueira e as demais mulheres da aldeia preparavam as refeições, enquanto as crianças brincavam livres e se interagiam em todos os momentos com os visitantes e parentes.

Dentre tantas novidades, a culinária preparada e oferecida pelo povo *Ñandeva* enriqueceu a vivência e aproximou ainda mais todos os integrantes envolvidos. De

⁷¹ Guerreiros, em *tupi-guarani*.

⁷² Entrevista concedida à Cássia Praeiro realizada em 08 de jun. 2015.

⁷³ Peçonhentos é aquele que possui veneno e estrutura para inocular este veneno como por exemplo, serpentes (presas), aranhas (quelíceras), escorpiões (agulhão) e lagartas (cerdas) (CIT, 2016).

acordo com Cardozo (2006), colocar a gastronomia em evidência em experiências turísticas, especialmente com as de cunho cultural, seria também preencher essa vivência com sabor e aroma que tornariam o produto turístico único, permeando as lembranças do visitante sobre tão peculiar ponto de cultura de localidades visitadas.

Embora a programação tenha ficado interessante e ter oferecido toda a alimentação e material didático aos visitantes, o evento, diferente dos anteriores, obteve apenas 15 inscrições efetivas. Provavelmente isso tenha acontecido devido a alteração de valores e o canal de divulgação⁷⁴ não tenha favorecido o preenchimento de vagas. O povo *Nãndeva* não obteve lucros financeiros, porém, demonstraram em entrevista, grande satisfação em poder compartilhar o seu conhecimento.

Em janeiro de 2016 a comunidade indígena *Tabaçu Reko Ypy* recebeu o prêmio de participação e classificação do edital de Seleção Pública nº 02, de 02 de julho de 2015 do Ministério da Cultura – MinC com o projeto: Ao redor do *Tataruçu* (DOU, 2015). O projeto escrito com a ajuda de amigos de confiança deles foi um dos classificados. Através desta remuneração, o povo *Nãndeva* está se dedicando a melhoria da infra-estrutura da aldeia para o recebimento de turistas e também a construção da tão sonhada *Oguatsu*. Após a finalização desta mão-de-obra poderão oferecer um espaço de qualidade para dar andamento as suas atividades turísticas.

De acordo com a nova reformulação das vivências, o povo *Nãndeva* da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* se aproxima do conceito de turismo desenvolvido em base comunitária, ou seja, aquele turismo cujo grupo é proprietário dos empreendimentos e principal beneficiário dos retornos, atrelado ao despertar de uma consciência ambiental e valorização cultural, à transparência do uso dos recursos e a uma distribuição justa, desempenhando, assim, um papel relevante no etnodesenvolvimento da comunidade (SILVA; CARVALHO, 2008).

O turismo de base comunitária é, portanto, uma estratégia de sobrevivência, e de entrada daqueles de menores condições econômicas na chamada cadeia produtiva do turismo. Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a

⁷⁴ O canal de divulgação para os eventos da aldeia *Tabaçu Reko Ypy* é feito somente via Rede Social (*facebook*) e Blog.

ressignificação da cultura, a sobrevivência e não a acumulação, embora nem sempre os resultados sejam tão positivos (CORIOLANO, 2006).

Nota-se o princípio de uma transformação no que se refere às práticas de turismo que começarão a ser exercidas na aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. Determinados conflitos, inevitavelmente colaboraram para que agora se iniciasse uma mudança de perfil; a junção de um turismo étnico seguindo diretrizes de um turismo de base comunitária poderá favorecer a conquista de um etnodesenvolvimento local responsável.

Desde o segundo semestre de 2015, a comunidade *Ñandeva* corresponde a quase todas as regras do perfil ditado pela Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL (2008), ou seja:

- *a participação dos atores locais desde o planejamento até a gestão do turismo em seu território, ou seja, a comunidade deve ser proprietária gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos locais;*
 - *a concepção do turismo como uma atividade complementar a outras atividades econômicas já praticadas na comunidade;*
 - *a geração e distribuição de renda equitativa, praticando preços justos, satisfazendo a comunidade e turista, além de promover a distribuição de renda entre os moradores locais;*
 - *a valorização cultural e a afirmação da identidade cultural local. As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante. Não se trata de apresentações folclóricas de cultura popular, mas de atividades que fazem parte do cotidiano que o turista vai experimentar;*
 - *a concepção do modo de vida local como principal atração turística da comunidade;*
 - *o entendimento de que a atividade turística só é viável quando construída sobre uma base associativa, ou seja, o sucesso individual está condicionado à sustentabilidade do ambiente que o cerca;*
 - *a relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade. O turista é visto como um parceiro, não como um cliente;*
 - *a conservação e sustentabilidade ambiental;*
 - *a cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base comunitária;*
 - *o trabalho com regras, normas e padrões estabelecidos entre a comunidade local em relação à gestão do turismo em seu território;*
- o auxílio na luta pela posse de terra pela comunidade através do turismo de base comunitária (TURISOL, 2008).*

A única lacuna ainda não alcançada neste estágio se refere a sustentabilidade plena socioespacial; mas, mesmo a longo prazo, caminham para esta conquista ao buscarem alternativas relacionadas à agricultura familiar e à proteção do seu território na busca por direitos e melhores condições de suas terras.

A improdutividade do solo da TI *Piaçaguera* acarreta na deficiência de cultivo e produção de alimento. Por esta razão os indígenas dependem de cestas básicas e recursos financeiros para poderem comprar o seu alimento no centro da cidade. Buscar parcerias relacionadas a agricultura familiar⁷⁵ é uma alternativa interessante, uma vez que este tipo de agricultura visa à segurança alimentar e a defesa de seu território ocupando espaços de maneira harmônica, gerando desenvolvimento econômico, social, manutenção da cultura e da biodiversidade, valorizando as práticas, os modos de vida tradicionais e o mercado local (ABONG⁷⁶, 2013). Este tipo de rede social entre pequenos agricultores, ambientalistas, indígenas, comunidades tradicionais, academia, setores governamentais, entre outros, podem trazer resultados positivos entre todos os envolvidos, como acontece na região centro-oeste do país, onde o bioma de cerrado se encontra comprometido devido ao agronegócio brasileiro (OPAN⁷⁷, 2013).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são ações entre cooperativas e programas sociais do governo federal consideradas bem-sucedidas. Por meio do PAA, o governo adquire alimentos de pequenos agricultores que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os destina para “pessoas em situação de Insegurança alimentar e nutricional, atendidos por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens”, segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Social. De forma semelhante, o PNAE articula a compra de alimentos de pequenos produtores e a destina para a merenda das escolas promovendo alimentação saudável para as crianças. Com isso, os programas conseguem atuar em dois objetivos: combater a fome com alimentos

⁷⁵ A agricultura familiar é uma forma de produção rural baseada na diversificação dos alimentos e apoiada na mão de obra familiar, ou seja, realizada pelas próprias famílias que ocupam e vivem nas terras usadas para cultivo. Diferente da produção massiva dos latifúndios, a agricultura familiar acontece em pequenas propriedades e é a principal responsável pela produção de alimentos no Brasil (ABONG, 2013).

⁷⁶ ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais.

⁷⁷ Operação Amazônia Nativa.

saudáveis e fortalecer a agricultura familiar, garantindo a venda de ao menos parte da produção dos pequenos produtores (ABONG, 2013).

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável de *Itanhaém* (2016), ofereceu no dia 02 de dezembro de 2015 uma oficina de capacitação sobre programas de incentivo à agricultura familiar, promovida pelo Observatório Litoral Sustentável em Parceria com a Prefeitura de *Itanhaém*. O encontro reuniu cerca de 50 pessoas e contou com a participação do representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP); do Ministério da Agricultura das prefeituras de *Itanhaém*, *Peruíbe*, *Mongaguá* e Santos e de agricultores e povos indígenas da região.

De Perúibe a São Vicente existe 16 aldeias indígenas, mas apenas a Aguapeú, de Mongaguá, comercializa os produtos para Itanhaém. “A relação do índio com a terra não é só de produção, é também cultural e religiosa. Por isso o incentivo leva tempo. É necessário adaptar os programas à realidade de cada povo indígena”, explica Cristiano Hutter, coordenador regional litoral sudeste da FUNAI. Cleiton Silvano, conhecido como Ború, morubixaba da aldeia Tabaçu Reko Ypy, de Perúibe, participou da oficina para obter informações e levar à comunidade. “Plantamos apenas para consumo próprio. Como não sabemos como comercializar, vim buscar esse conhecimento, que é mais um meio de garantir a subsistência das famílias” (OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL, 2016).

Coriolano (2004), argumenta que o turismo de base comunitária mostra indícios de novas formas e adaptações do turismo, como atividade capitalista, voltado mais ao homem do que ao capital e, sobretudo, demonstra que um outro turismo é possível.

Segundo a teoria do capital social, a valorização da cultura tem o poder de promover um desenvolvimento justo e igualitário, que influenciará positivamente também no setor econômico (SEN; KLIKSBURG, 2010).

Na busca de melhores possibilidades, conhecer novas alternativas e ferramentas de apoio se faz necessário para poder alcançar um turismo de qualidade capaz de visar o etnodesenvolvimento local, entre parcerias que sejam capazes de aplicar diretrizes relacionadas ao capital social para que seja possível desenvolver um turismo de base comunitária promissor e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo a ser praticado pelo povo *Ñandeva* se encontra em fase experimental e de adequação. Pelo que foi observado e de acordo com as mudanças ao longo dos anos, percebe-se estar havendo uma junção entre dois segmentos do turismo: o étnico e o de base comunitária. Embora saibam sobre a aculturação e os novos modelos em prol de melhorias e qualidade de vida, o principal desafio se dá em resgatar e fortalecer suas tradições e se tornarem autossustentáveis através da prática do Turismo Étnico como ferramenta de apoio para o alcance do etnodesenvolvimento endógeno.

Mesmo já tendo experimentado algumas vivências com os visitantes até o momento, tudo ainda se encontra em fase de testes. O Turismo Étnico é uma alternativa de geração de renda que pode ou não colaborar com o resgate de identidade cultural, bem como o reconhecimento e a administração de suas potencialidades locais. Para tanto, é preciso estar ciente sobre os possíveis riscos e vantagens.

O povo *Ñandeva* afirma ainda não ter obtido lucros financeiros com este trabalho, mas os indígenas da comunidade gostam de exercer essa prática, pois relatam que se sentem vivos e orgulhosos em poder mostrar a sua cultura e transmitir mensagens de respeito ao próximo e à natureza. Tais atividades os tornam conhecidos na região, trazendo a possibilidade de novos trabalhos e lutando assim, contra o preconceito que o seu povo enfrenta cotidianamente.

Para que seja possível ocorrer uma transformação consistente e sustentável, os indígenas necessitam de uma capacitação, estrutura e organização para poderem cumprir com mais segurança a sua gestão e etnodesenvolvimento. Parcerias e apoios também são importantes e necessários e os indígenas não descartam tais possibilidades futuras desde que o resgate de sua cultura, a programação de suas vivências e o ambiente onde vivem não sejam demasiadamente alterados e prejudicados. Tal fato somado às condições atuais do território ainda frágil e incapaz de produzir e de garantir o sustento da comunidade mostra uma realidade em que o etnodesenvolvimento começará a gerar frutos por um período a longo prazo e através de muita persistência, com amadurecimento a cada passo.

Promover atividades esporádicas e de pequena escala evitará desgastes desnecessários no ambiente e interferências em suas tarefas cotidianas. Este sistema de visitação controlada é uma estratégia de conservação ambiental favorável capaz de contribuir para um turismo organizado e autêntico, se tornando um diferencial entre as demais atividades de turismo praticada em outras aldeias da região.

Melhorar a infraestrutura e controlar o número de visitantes são ações que contribuem para a qualidade do serviço prestado e que podem reduzir possíveis impactos negativos no local. O *marketing* turístico deve ser honesto, estratégico e inteligente, evitando distorções culturais e a massificação desta atividade. Também se faz necessário pensar sobre a saúde e a segurança do local como forma de evitar possíveis acidentes, contatos e conflitos com drogas, abusos e violência.

Obter conhecimento e fazer uso de ferramentas alternativas e limpas também pode favorecer o sucesso, a autonomia, o empoderamento nas decisões a serem tomadas e a restauração do ecossistema degradado. Este aprender irá de certa forma interferir na cultura da comunidade, porém, é preciso compreender que as sociedades passam por processos dinâmicos e contínuos que são capazes de favorecer determinadas transformações. É preciso saber ponderar, quando necessário, discernir sobre o que é bom e útil para buscar melhorias na qualidade de vida e na sustentabilidade financeira, ambiental e sociocultural.

As diretrizes do capital social e o apoio de colaboradores podem contribuir positivamente para o alcance do etnodesenvolvimento. É possível praticar um modelo de Turismo de Base Comunitária que faça uso de técnicas pedagógicas e que também utilize a educação ambiental como ferramenta de apoio à percepção e a sensibilização. Envolver e incluir todos os membros da comunidade poderá fortalecer os laços familiares e a autoestima entre todos os envolvidos. Para tanto, também se faz necessário se atentar sobre as possíveis consequências negativas que o turismo pode trazer, como a degradação ambiental de um ecossistema frágil em recuperação, o consumo excessivo dos recursos naturais locais e a perda de sua privacidade e identidade cultural.

Igualmente devem se policiar para não serem vistos e julgados pelo público como apenas mais uma aldeia personificada, pois na região são vistos e respeitados pela

sua fidelidade e comprometimento com as suas raízes. Embora saibam sobre os desafios a serem encarados com determinação e organização, os indígenas se mantêm otimistas diante de qualquer dificuldade enfrentada até o momento.

Aprender com ações que não deram certo, arriscar e analisar sobre as possíveis consequências são experiências importantes para que seja possível prosperar de maneira prudente e consistente ao sucesso do etnodesenvolvimento responsável e sustentável através do turismo étnico e o de base comunitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. A. **Relatório Técnico**. São Paulo: 2012.

AMA ECOTURISMO. Vivência na aldeia. **Permacultura, Educação Ambiental e Tradições Indígenas**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://vivencianaaldeia.org/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

AMATUZI, B; BOTEGA, J. L; CELANTE, L. S. **Implementação de banheiro seco como proposta de saneamento ecológico**. 2013. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologia em Gestão (Monografia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2013.

ARAÚJO, F. X. S; SANTOS, E. S.; ESTEVES, L. U.; SILVA, T. L. Educação Ambiental nas sociedades indígenas brasileiras: uma breve análise. **Holos**, Amapá: Universidade Federal do Amapá, v. 5, p. 282-292, 2013.

ASSIS, A. M.; CARNEIRO, G. P.; CUNHA, G. V. M; SUZUKI, J. C. **Produção e circulação do artesanato na Aldeia Indígena Krukutu**: revalorização dos saberes tradicionais. Grupo de Pesquisa em Educação e Território. Universidade de São Paulo, p.13, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/?q=gt/internas/demografia-dos-povos-ind%C3%ADgenas-no-brasil>>. Acesso em: 15 de jan. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Organização em defesa dos direitos e bens comuns. **Caminhos para um desenvolvimento justo**: a sociedade civil na linha de frente da luta socioambiental - Gestão 2013/2016. 80 f. 2016.

AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, A. C.; BARROSO-HOFFMANN, M (Orgs). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra-Capa/LACED, 2002, p. 29-38.

AZEVEDO, M. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, n.11, p. 235-244, 1994.

AZEVEDO, P. M. P.; FERREIRA, A.; ANDRADE, M. O. Etnodesenvolvimento local, contraponto ao capitalismo: pressupostos teóricos e sua interface para análise de uma comunidade. **Revista Brasileira de Antropologia**, Natal, n. 29, p.13, ago. 2014.

BAIDAL, J. I. A. **Planificación y gestión des desarrollo turístico sostenible**: propuestas para la creación de um sistema de indicadores. Alicante: (Proyecto METASIG). Instituto Universitario de Geografía, 75 f. 2001.

BAINES, S. **Terras indígenas apresentam os menores índices de devastação**. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3702128/terras-indigenas-apresentam-os-menores-indices-de-devastacao>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural político. **Revista Mana**, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BATALLA, G. B. **América Latina: etnodesarrollo, etnocidio**. Costa Rica: FLACSO, 1982.

BANDUCCI JR.; BARRETTO, M. **Turismo e Identidade local: uma visão antropológica**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Manual de Ecoturismo Indígena**. Brasília: MMA, 1997.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília, 1998.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Marcos Conceituais do Turismo**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos conceituais**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. 2. ed. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de Base Comunitária**. 2008. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

_____. Ministério do Turismo. Edital MTur n.º001/2008. **Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária**. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília, 2010.

_____. Conselho Indigenista Missionário. **A violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pub/CNBB/Relat.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil.**

_____. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria da Cultura. **Ruínas do Abarebebê.** 2015. Disponível em:
<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.>>. Acessado em: 10 jan. 2014.

_____. **Estatuto do Índio.** 2015. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CAMPBELL, D.; STANLEY, J. **Experimental and quase experimental designs for research.** Boston: Houghton Mifflin, 1963.

CARDOZO, P. F. Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. Pasos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.** Amapá: Instituto de Ensino Superior do Amapá. v.4, n.2, p.143-152, 2006.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, p.165-182, 2000.

CASTRO, V. M. 2009. **Intersetorialidade e Transdisciplinaridade: Educação, Cultura Popular e Turismo Comunitário: O Caso da Ação Griô Nacional.** 2009. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Animais peçonhentos.** 2016. Disponível em:
<http://www.cit.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=4&Itemid=56>. Acesso em 20 mar. 2016.

CESAR, P. **Superadobe: construindo com o terreno.** Rio de Janeiro, 2015.

CHAVES, R. P. R. O Turismo Étnico em Comunidades Indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu. **Revista de Estudos Turísticos y Patrimonio Cultural.** Espanha, 2012.

COHEN, E. Authenticity and commoditization in tourism. **Annals of Tourism Research,** v. 15, 1988.

COLVIN, J. C. Capirona: a modelo of Indigenous Ecotourism. Journal of Sustainable Tourism. Informative and critical history of tourism in Capirona and its influence on community-based tourism within the Napo region. In: LUÍNDIA, L. A. **Ecoturismo Indígena.** Quito-Ecuador: Abya Yala, p. 174-177, 1994.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças.** São Paulo: CPISP, 2010.

_____. **Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças.** São Paulo: CPISP, 2013.

_____. **Cartilha Ywyrá Rogwé / Ywyrá Rapó.** São Paulo: CPISP, 2014.

CORIOLANO, L. N. M. T. **Turismo, territórios e sujeitos nos discursos e práticas políticas.** 2004. Tese (Doutorado) - UFS/NPGeo, Aracaju, 2004.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

CUELLO NIETO, C. Toward a holistic approach to the ideal of sustainability. Techné: **Journal of the Society for Philosophy and Technology**, Blacksburg, v.2, n.2, p.41-48, 1997.

CUNHA, M. C. **Os direitos do índio: ensaios e documentos.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O futuro da questão indígena.** São Paulo: Estudos Avançados, 1994.

DASMANNIR. Toward a Biosphere Consciousness. In: WORSTER, D. (ed.). **The ends of the Earth. Perspectives on Modern Environmental History.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

DIÁRIO DO LITORAL. **Ruínas do Abarebebê: primeira igreja de Peruíbe do século XVI.** 2007. Disponível em: <<http://www.diariodolitoral.com.br/conteudo/6752-ruinas-do-abarebebe-primeira-igreja-de-peruibe-do-seculo-xvi>>. Acesso em: 31 de jan. 2015

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Seção 1. p. 66.** 2011. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/25387468/pg-66-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-03-2011>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. **Seção 1. p. 18.** 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1312409/Portaria+n%C2%BA%2061+de+16.12.2015>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

_____. **Seção 1. p. 07.** 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02%2F05%2F2016&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=1127>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.** São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

DORIA, C. R. C. **Viabilidade do ecoturismo como alternativa de renda para comunidade na Amazônia.** 2004. 310 f. Tese (Doutorado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Pará, 2004.

FABEIRO, C. P. **El desarrollo endógeno local, estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos:** aplicación al caso del Baixo Miño. 2004. 373 f. Tesis (Doctorado em Ciências Economicas) – Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Vigo, 2004.

FACO, R. A.; NEIMAN, Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN, Z; RABINOVICI, A (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil.** p.43-60. São Paulo: Manole, 2010.

FARIA, I. F. **Ecoturismo Indígena Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo:** princípios para a autonomia. 2007. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Pasos: revista de turismo y patrimônio cultural**, v.3, n.1, p.63-77. 2005.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). **Cultur**, Rio de Janeiro , n.2, ago., 2011.

FREITAS, T. P. Impactos Culturais do Turismo: Contradições e Paradoxos – Estudo de caso com os índios Pataxó de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia – BA. **Revista eletrônica de turismo cultural**, São Paulo: ECA-USP, vol. 03, n. 01, 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Modalidades de Terras Indígenas.** 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas#>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

_____. **Demarcação da Terra Indígena Piaçaguera.** 2013. Disponível em: <<http://funaitanhaem.blogspot.com.br/2013/09/demarcacao-da-terra-indigena-piacaguera.html>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. **Povos Indígenas.** 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJ2498B870ITEMID76D69670659E4F69AA8C5BEE9B1C8956PTBRIE.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. **Terras Indígenas apresentam o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal.** 2014. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2914-terras-indigenas-apresentam-o-menor-indice-de-desmatamento-na-amazonia-legal>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GEERDINK, S; NEIMAN, Z. A educação ambiental pelo turismo. In: NEIMAN, Z; RABINOVICI, A (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil.** São Paulo: Manole, 2010, p. 63-81.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GALLOIS, D. T. **Terra ocupadas? Territórios? Territorialidades?** São Paulo: NHII-USP, 2004.

GODELIER, M. **L'ideél et le matériel**. Paris: Fayard. 1984.

GODOY, A. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.4, p.65-71, 1995.

GOMES, M. P. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012.

GOODWIN, H. **Pursuit of ecotourism. Biodiversity and Conservation**. v.5, n.3, p.277-291, 1996.

GRÜNEWALD, R. A. Turismo e o “resgate” da cultura pataxó. In: BANDUCCI, A.; KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. Etnodesenvolvimento Indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. **Revista Antropológicas**, ano 7, v. 14, p. 47-71, 2003.

HANAI, F, Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: G&DR, v.8, n.1, p. 198-231, jan./abr. 2012.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HOLMGREN, D. **Os fundamentos da permacultura**. Austrália, p. 3-27, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: população indígena**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. **População residente, segundo a situação do domicílio e condição indígena – Brasil 1991/2010**. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2>>. Acesso em: 23 de mar. 2015.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Terras Indígenas apresentam os menores índices de devastação.** 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/535485-terras-indigenas-apresentam-os-menores-indices-de-devastacao>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Povos indígenas do Brasil: Guarani Nandeva.** 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **O Serviço de Proteção ao Índios.** 2015. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-%28spi%29>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

JESUS, D. L. **A (re) Tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul – BR) e Maori (Ilha Norte – NZ).** 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

JONES, S. The analysis of depth interviews. In: WALKER, R. **Applied qualitative research.** p. 56-70, Aldershot (Hants.): Gower, 1985.

JUNQUEIRA, C. **Antropologia Indígena: uma introdução.** São Paulo: Editora da PUC, 1991.

_____. **Parque Indígena do Xingu: Marco do indigenismo, Xingu discute o futuro.** Brasil Indígena. FUNAI. ano 3, n.3. 2006

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEAL, R. E. S. O turismo desenvolvido em terras indígenas sob o ponto de vista antropológico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, 2007.

LEVY, M. S. F. Perspectivas Do crescimento das populações indígenas e os direitos constitucionais. **R. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 387-397, 2007.

LINDBERG, K.; HAWKINGS, E. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão.** 1999. 289 p. [s.n.] 2. ed. São Paulo, 1999.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. Campo Grande-MS: **Tellus**, n.3, p.33-52, out. 2002.

LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/LACED/Museu Nacional, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUINDIA, L. A. **Ecoturismo Indígena**. 1º. ed. Quito: Abya-Yala, 2007.

MACCANNELL, D. **The Tourist** : a new theory of the leisure class. New York: Schocken Books, 1976.

MAINARDI, C. **Construindo proximidades e distanciamento**: etnografia Tupi Guarani da Terra Indígena Piaçaguera – SP. 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010.

MAGALHÃES, E. D. (Org.). **Legislação Indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base Comunitária: experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p.25-44.

MATOS, M. H. O. **O processo de criação e consolidação do movimento Pan-Indígena no Brasil (1970-1980)**. 1997. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da UnB, Brasília, 1997.

MEDEIROS, M. Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico. **Ambiência**. Guarapuava (PR), v.7, n.1. p.165-177 jan./abr. 2011.

MENESES, U. T. B. de. Os “Usos Culturais” da Cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, G.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. da. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem, cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.88.

MORAIS, R. C. [fotógrafa]. **Aldeia Tabaçú Reko Ypy**. 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/regiane.sky/photos_albums. Acesso em: 21 mar. 2014.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico de pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOREIRA, M. A. **Pesquisa em ensino: Métodos Qualitativos e Quantitativos**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, 2010.

_____. Organizações não Governamentais e turismo trilhando os conceitos de participação e sustentabilidade. In: **Anais do IIº Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza, 2008.

NEVES, S. C. Produção, Circulação e Significados do Artesanato Pataxó no Contexto Turístico da aldeia de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália- BA. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, vol. 9, p.45-58, 2011.

OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL. **Oficina de capacitação sobre programas de incentivo à agricultura familiar acontece em Itanhaém**. 2015. Disponível em: <<http://litoralsustentavel.org.br/noticias-sobre-o-projeto/oficina-de-capacitacao-sobre-programas-de-incentivo-a-agricultura-familiar-acontece-em-itanhaem/>>. Acesso em 18 fev. 2016.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. **Revista Travessia**, São Paulo: CEM, v.9, n.24, p. 5-9, jan./abr. 1996.

OLIVEIRA, H. **Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

OLIVEIRA J. P.; FREIRE C. A. R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia INTERAÇÕES. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. vol. 8, n. 2, set. 2007.

Operação Amazonia Nativa. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Organização em defesa dos direitos e bens comuns. **Caminhos para um desenvolvimento justo: a sociedade civil na linha de frente da luta socioambiental - Gestão 2013/2016**.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO PACTO DAS ÁGUAS. **Institucional**. 2016. Disponível em: <<http://pactodasaguas.org.br/pt/institucional,5/sobre-o-pacto-das-aguas,195.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero; MCT/CNPq, 1988.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.192, 2005.

PEDRINI, A. G. A educação ambiental no ecoturismo brasileiro – passado e futuro. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2007.

PEET, R. The Destruction of Regional Cultures. In: JOHNSTON, R; TAYLOR, P. A. **World in crisis: geographical perspectives**. London: Blackwell, 1986.

PELEGRINO FILHO, A. **Ecología, Cultura e Turismo**. São Paulo: Papirus, 1993.

PEREIRA, V. A.; LIMA, M. G. S. B. **A pesquisa etnográfica: construções metodológicas de uma investigação**. Piauí: UFPI, 2010.

PÓLO DE ECOTURISMO. **Aldeia Krukutu**. 2016. Disponível em: <<http://www.cidadedesapaulo.com/ecoturismo/atracoes/aldeia-krukutu/>> Acesso em: 05 mai. 2016.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIBEIRO, B. G. Quantos seriam os índios das Américas? **Ciência Hoje**, ano. 1, n. 6, p. 55-60, 1983.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIGUETTI, C. [fotógrafa] **III Vivência na aldeia Tabaçú Reko Ypy**. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/aldeia.t.rekoypy/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SANTOS, M. O. Turismo étnico: estudo de caso de um programa. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, 2007.

SANTANA, J. A. L. **Antropología y turismo: nuevas bordas, viejas culturas?** Barcelona: Ariel, 1997.

SCHADEN, E. Aculturação e assimilação dos índios do Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: USP, 1967 [online].

SECRETÁRIA ESPECIAL DA SAÚDE INDÍGENA. **Histórico: do sanitarismo à municipalização**. 2016. Disponível em:

<<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/historico>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, E. V; RABELO, F. B; RODRIGUEZ, J. M. M. **Educação Ambiental e Indígena**: caminhos da extensão universitária na gestão de comunidades tradicionais. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SILVA, R. E; CARVALHO, C. D. O turismo de base comunitária como alternativa para o etnodesenvolvimento da comunidade quilombola de Filipa – MA. In: **Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza, 2008.

SILVA, M. O. L.; OLIVEIRA, S. S.; PEREIRA, V. A.; LIMA, M. G. S. B. **Etnografia e Pesquisa Qualitativa**: apontamentos sobre um caminho metodológico de investigação. Piauí: UFPI, 2011.

SMITH, R. **Manual de Ecoturismo**: para guías y comunidades de la Amazonía ecuatoriana. Cayambe-Ecuador: Gráfica Modelo, 2000.

SOUZA M. N.; BARBOSA, E. M. Direitos Indígenas fundamentais e sua tutela na ordem jurídica brasileira. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 85, 2011. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

STAVENHAGEN, R. Las organizaciones indígenas: actores emergentes em América Latina. **Revista de la CEPAL**, n.62, p.61-73, 1997.

STENHOUSE, L. Case study methods. In: HUSÉN, T.; POSTLETHWAITE, T. N. (Eds.). **International Encyclopedia of Education**. Oxford: Pergamon Press, 1985.

STURMAN, A. Case study methods. In: KEEVES, J. P. (Ed). **Educational research, methodology, and measurement**. Oxford: Pergamon Press. 1988, p.61-66.

TARLOMBANI, M. A. **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

THOMPSON, J. **Ideología y Cultura Moderna**: teoria social crítica em la era dos médios de comunicación de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TURISOL. **Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário**. Brasília: DeTur, 2008.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

TYLOR, E. B. **Antropology**: na introduction to the study of man ando civilization. New York: D. Appleton, 1909.

VIVA OKATUR. **Aldeia Tabapu Reko Ypy**. 2015. Disponível em: <<http://vivaokatur.blogspot.com.br/p/objetivo.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Aldeia Tabapu Reko Ypy**. 2015. Disponível em: <<http://aldeiatabacurekopyy.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. **Objetivo da aldeia**. 2016. Disponível em: <http://vivaokatur.blogspot.com.br/p/objetivo_2.html>. Acesso em: 01 mai. 2016.

VIVÊNCIA NA ALDEIA. **Produção de Anarco filmes produções**. São Paulo: Anarco filmes produções, 2013. (13 min.), sonoro, colorido. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=6saegdKv1uk>>. Acesso em: 08 de set. 2013.

VON HELD, A. A. **Turismo em Terras Indígenas**: Atravessando o portal com respeito. Brasília: CET, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WESHE, R.; DRUMM, A. **Defending our Roainforest**: a guide to community-based ecotourism em the Ecuadorian Amazon. Quito-Ecuador: Abya-Yala, 1999.

Entrevistas:

BORU, M. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2013.

_____. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2014.

_____. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2015.

_____. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2016.

MIRIM, I. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2013.

_____. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2014.

_____. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2015.

_____. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2016.

NHANTZE. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2014.

_____. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2015.

_____. Entrevista concedida a Cássia Aparecida Praeiro Mateus. Itanhaém-Peruíbe, 2016.

APÊNDICES

A entrevista semi-estruturada (figura 26) foi realizada no dia 27 de abril de 2014 com o intuito de conhecer em detalhes o contexto histórico do povo *Ñandeva*, bem como os seus ideias e propostas de turismo. A entrevista foi realizada na escola da aldeia, com a líder e professora *Itá Mirim* e a Anciã, Mãe da Aldeia, *Nhantze*.

O quadro 6 mostra os tópicos que foram abordados. As respostas encontram-se descritas e discutidas no corpo deste trabalho, em diferentes momentos.

Quadro 6 – Tópicos abordados durante a entrevista semi-estruturada na aldeia *Tabaçu Reko Ypy* em 27 de abril de 2014.

Etnia?
Número de Famílias? Número de indivíduos?
Situação burocrática da TI Piaçaguera?
Costumes e afazeres diários: Como é ter que lidar com essa resistência em uma nova área e mantendo as famílias?
Contexto Histórico da Aldeia <i>Tabaçu Reko Ypy</i> : Dá onde vieram? Como e por que vieram?
Mantém contato com as demais aldeias? Como é essa relação?
Quais e como são os trabalhos alternativos exercidos por esta comunidade indígena?
O tradicional: Quais são as tradições mantidas?
O Contemporâneo: Há novos costumes? Quais são?
Como lidar com as dificuldades e inovações sem perder as raízes, tradições e costumes?
Até que ponto isso é bom e possível diante das dificuldades enfrentadas atualmente?
Sobrevivência nesta nova área buscando o resgate das tradições indígenas
Situação atual sobre as condições alimentícias: caça, pesca, cultivo?
Parcerias e Projetos: Vivência na Aldeia, EA e Resistência
Discriminação e Conflitos: Quais são os conflitos enfrentados?
Como é essa relação com o ambiente urbanos e as outras pessoas?
Relação com a FUNAI e demais órgãos?
Filosofia de vida?
Proposta de Projetos Futuros? Quais?
Sonhos?

Fonte: Cássia Praeiro, 2014.

Figura 26: Entrevista realizada em 27 de abril de 2014.



Fonte: Cássia Praeiro, 2014.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: O turismo étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, Itanhaém-Peruíbe, SP.

Pesquisadora: Cássia Aparecida Praeiro Mateus.

- O (a) sr. (sra.) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade diagnosticar as consequências socioambientais do turismo indígena desenvolvido na Aldeia *Tabaçu Reko Ypy*, entre os municípios de Itanhaém e Perúibe – litoral sul de São Paulo. O povo *Ñandeva*, pertencente a esta aldeia, desenvolve e pratica esta atividade como uma ferramenta de apoio à geração de renda alternativa na busca de melhores condições de vida em prol da recuperação do seu território que foi gravemente degradado pela atividade de mineração, bem como, o resgate as suas raízes, tradições e cultura.
- Ao participar deste estudo o (a) sr. (sra) permitirá que a pesquisadora Cássia Aparecida Praeiro Mateus registre em seu trabalho imagens e relatos expostos em entrevistas, vídeos e demais atividades socioeducativas praticadas pela comunidade da aldeia *Tabaçu Reko Ypy*. O (a) sr. (sra.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.
- Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
- As entrevistas, quando necessárias, serão pré-agendadas. O (a) sr. (sra.) não tem obrigação de responder sobre determinado assunto que não queira discutir ou expor. As entrevistas, sempre que possível, serão gravadas, desde que permitida pelos entrevistados, para que seja possível melhor análise e interpretação dos fatos e oralidade. As entrevistas poderão ser realizadas de maneira formal e não-formal.
- A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e evitará ao máximo provocar algum transtorno ou desconforto. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
- Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisador, orientadora e co-orientador terão conhecimento sobre os dados. As informações contidas no corpo do trabalho, somente serão divulgadas com o consentimento e autorização do (a) entrevistado (a).
- Ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício financeiro direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre todo o seu histórico, conflitos e lutas em prol de direitos e qualidade de vida, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa provocar maior interesses em possíveis projetos, divulgação de vossos trabalhos, conscientização, justiça e respeito a favor das diferenças, etnias e culturas, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.

- O (a) sr. (sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.
- Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador